n. 19 2019

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	**03**
A Coordenação Pedagógica no Gerenciamento de Processos e Projetos. Gonçalves, André Luiz Freitas. Págs. 4 – 10	**04**
O Relatório do Segundo Ciclo de Monitoramentodas Metas do Plano Nacional de Educação: Educação Integral em Tempo Integral no Estado do Pará. Nicaretta, Cendy Castro. Págs. 11 – 21	**11**
A Importância das Tecnologias como Ferramenta na Aprendizagem. Santos, Denize Aparecida Machado dos. Págs. 22 – 32	**22**
Educação Ambiental como Ferramenta Multiplicadora de Saberes. Lima, Geanini Augusto Pires. Págs. 33 – 42	**33**
Prevenção Contra Doenças Ocupacionais Realizadas pelo Enfermeiro. Ignácio, Ione Cavalcante. Págs. 43 – 51	**43**
Jus Postulandi: Deficiências e Relevância Técnica. Ferreira, John Rhanyson Costa. Págs. 52 – 68	**52**
Educação e Surdez – Um Olhar para Inclusão de Libras no Sistema Educacional. Freitas, Leallis Justino da Silva; Mara, Cheila. Págs. 69 – 82.	**69**
Papel da Sinalização de Trânsito como Fator de Contribuição para Redução de Acidentes. Silva, Marco Antônio Rodrigues da. Págs. 83 – 109	**83**
Auditoria e Controladoria no Terceiro Setor. Bueno, Nilson Diego Berardo. Págs. 110 – 119.	**110**
Revisão Integrativa: Análise de Estudos Brasileiros sobre a Aplicação do Picture Exchange Communication System – PECS com Indivíduos Autistas. Silva, Vera Lúcia Brinques da. Págs. 120 – 135	**120**

Editorial

LETRAMENTO DIGITAL: DESAFIO PARA A INTERPRETAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS EAD.

A capacidade de leitura e interpretação das abas e ícones das plataformas EAD, precisa ser uma meta e traduzir-se em um investimento pessoal para aqueles que pretendem fazer um curso à distância.

Fazer um exercício de leitura cuidadosa das informações, entender os comandos, acessar e interpretar corretamente o que está sendo falado e pedido, é de extrema relevância para o sucesso do aluno em relação ao seu AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem.

É muito comum e até mesmo cultural, que se tenha certa "preguiça" em navegar pelo AVA e autonomamente procurar compreendê-lo. Por vezes percebe-se um desestimulo e até mesmo certa irritação quando ao navegar não se consegue de imediato entender e encontrar o que deseja. È preciso abandonar essa ideia de dificuldade e buscar a leitura e interpretação cuidadosa de cada informação lida.

O fato de o aluno compreender que quanto mais autonomia em seus estudos e na navegação pelo AVA ele tiver, mais sucesso e segurança terá em seus estudos e realização das tarefas, é sinal de inteligência e perspicácia.

O Brasil tem se destacado como pioneiro em pesquisas e descobertas importantes sobre o tratamento e cura de determinados tipos de câncer, dentre eles o de próstata, segunda causa de morte entre os homens. Esse sucesso nas pesquisas se dá pelo fato de as instituições de ensino terem percebido e investido no letramento digital e em uma formação cada vez mais autônoma e voltada para a construção de um perfil de aluno pesquisador.

È fato que somente através da leitura, da pesquisa, da investigação é que teremos reais avanços científicos em nosso país. Autonomia é sinal de segurança, maturidade, crescimento, qualidade no processo de aprendizagem.

Quanto mais autônomo e consciente de que a leitura e a pesquisa é que irão fazer de fato a diferença na formação, mais chances de novas descobertas e de sucesso nas pesquisas realizadas. Portanto, boas leituras e interpretações. SEJA VOCÊ O PROTAGONISTA DOS SEUS ESTUDOS E DA SUA APRENDIZAGEM.

Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO GERENCIAMENTO DE PROCESSOS E PROJETOS

Gonçalves, André Luiz Freitas

RESUMO
Essa pesquisa objetiva-se sobre o estudo realizado sobre Coordenação Pedagógica no Gerenciamento de Processos e Projetos dentro da disciplina de Música que acontece dentro do espaço escolar do ensino fundamental. Dentro desse processo do gerenciamento do projeto de música, a metodologia utilizada na pesquisa foi a metodologia bibliográfica. Foi observado de resultado positivo, um melhor desenvolvimento da leitura dos alunos de séries iniciais, através dos exercícios de analisar os poemas e compreensão dos símbolos musicais, como também, foi percebido um melhor rendimento nas diversas matérias dos alunos do ensino fundamental, ao adaptar as necessidades dos alunos no planejamento pedagógico na oficina de música, colaborando com esse desenvolvimento, auxiliando os alunos em suas dificuldades na aprendizagem.

PALAVRAS – CHAVE: Projeto. Multidisciplinariedade. Gerenciamento. Processos. Musicalização.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa que tem por tema o Gerenciamento de Processos e projetos de musicalização e ensino de violão dentro do espaço escolar. Justifica-se pela importância do ensino da música dentro da escola, tendo em vista seus benefícios no desenvolvimento do amadurecimento, físico e emocional, cognitivo, também lhes permitindo desenvolver o máximo de todas suas potencialidades, humanas e individuais através do processo de ensino musical.
A promulgação da lei 11.769, sancionada no dia 18 de agosto de 2008, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica. Essa lei, sem dúvidas, foi uma grande conquista à área de educação musical no país, porque o Brasil, como sabemos, possui uma riqueza cultural e artística riquíssima que pode ser incorporada no processo educacional, propiciando também o que tange a multidisciplinariedade no ensino, trazendo aspectos históricos, políticos, culturais de diversas ramificações através da música e seus elementos.
Conforme nos afirma Queiroz:

> Se por um lado é preciso reconhecer que temos um cenário representativo de conquistas, debates e reflexões no âmbito das práticas da educação

> musical na escola, por outro lado é preciso evidenciar, também, que ainda precisamos de ações que possam alicerçar a atuação de professores de música nessa realidade. (QUEIROZ, 2009, p.62)

Essa proposta do ensino de música nas escolas de ensino fundamental não possui conteúdos pré-estabelecidos, mas antes, deve reconhecer a diversidade cultural a ser considerada ao se elaborar os projetos. Isso quer dizer, também, que os valores simbólicos das culturas locais devem estar presentes juntamente com aqueles conhecidos que fazem parte do patrimônio musical brasileiro.
Sendo assim, a lei citada abre espaço para um debate sobre o que se pode fazer atualmente para a melhoria da educação brasileira como também pode possibilitar que se planeje essa inserção no sistema educacional brasileiro, pois a escola é o único espaço garantido constitucionalmente de acesso a toda a população que dá acesso ao exercício da cidadania cultural dentro do nosso sistema de educação.
Assim, percebemos que as práticas musicais na escola se mostram como um fator potencialmente favorável de transformação social aos grupos de alunos participantes dos projetos de música no espaço escolar. Buscando sempre trabalhar as potencialidades individuais de cada aluno com o intuito de colaborar com seu desenvolvimento pessoal, motor e cognitivo, também, não tendo o objetivo de formar músicos, mas sim indivíduos com senso crítico bem desenvolvidos.
A opção pelo instrumento "Violão", se deu pela razão de ser um instrumento bastante popular, relativamente de fácil acesso no contexto aplicado, e que também desperta a atenção e curiosidade das crianças do ensino fundamental, tornando-se uma ferramenta facilitadora para se alcançar e trabalhar uma gama enorme de conteúdos desejados nas oficinas de musicalização.
Com a reforma educacional empreendida pelo regime militar nos 1970 (Lei 5.692/71), o ensino de música de 1º e 2º graus, gradativamente deixa de existir. O ensino de arte, sob a denominação de educação artística, passa a ser componente curricular obrigatório e, no caso de todos os estados brasileiros e cidades, será considerada como atividade e não como área de estudo ou disciplina.
Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a denominação de educação artística muda para ensino de arte e continua sendo um componente curricular obrigatório em toda a educação básica. Na sequência, o MEC divulga os Parâmetros Curriculares para o Ensino de Arte, contemplando as linguagens de Artes Visuais, Teatro, Música e Dança.
Paralelamente, inicia-se um processo de encerramento dos cursos de educação artística, criados para formar professores multidisciplinares;

e a criação de cursos especializados em uma das linguagens, uma delas educação musical. Como a maior parte dos professores é habilitada em Educação Artística com especialização em Artes Plásticas ou Visuais, na prática as outras linguagens não aparecem no currículo escolar.

O quadro começa a mudar a partir de 2008, quando a Lei Federal nº 11.769 inclui um parágrafo 6º que torna conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, o ensino de música no componente curricular ensino de arte, previsto no § 2º do artigo 26 da LDB de 1996.
A questão a ser enfrentada, a partir desse momento é a da formação de professores especializados para o ensino de Música. Tarefa que levará algum tempo, muito mais que os três anos estabelecidos pela legislação, tendo em vista serem poucos os cursos de licenciatura em Música no Brasil.
Para que se tenha clareza sobre a dimensão do problema, basta mencionar que só na rede pública estadual e municipal existem milhares de escolas, acrescente-se a esse universo as escolas particulares.
Com isso a questão da formação de professores especializados em Música torna-se mais complexa ainda. O antigo vice-presidente da República, ao vetar o parágrafo único do art. 62 da LDB, criou uma lacuna que talvez precise ser suprida pelos Conselhos Estaduais de Educação.
No livro - Música em Diálogo – Ações Interdisciplinares na Educação Infantil, a autora Ponso apud Gottlieb (2005, p.60), citas quatorze estratégias práticas no auxílio da alfabetização, citando algumas, como por exemplo:

- Enfatizar a construção do vocabulário como base para a aprendizagem futura;
- Estimular as crianças a brincar com as letras e com o reconhecimento de palavras;
- Oportunizar eventos que estimulem a escrita;

Conforme afirma PONSO:

> Adotando essas estratégias práticas e experiências de alfabetização, as crianças passam a ter acesso a inúmeros materiais para que seu vocabulário se desenvolva. Desenvolver um projeto na educação infantil requer a ampliação do campo de investigação, visando ampliar o vocabulário e sustentar as hipóteses iniciais. Esses materiais podem ser gravuras, fotos, livros, revistas, e outros que as estimulem visualmente, e músicas e sonoridades para despertarem sua percepção auditiva.

Sendo assim, como educadores de música dentro do processo de musicalização nas escolas, temos papel importantíssimo de mudar essa realidade e mostrar através do trabalho diário, os benefícios do ensino de música nas salas de aulas e oficinas, sendo de instrumentos, canto ou musicalização.

PROJETO MUSICALIZAÇÃO E ENSINO DE VIOLÃO

O instrumento Violão tem sua história iniciada há cerca de 2.00 anos ac., na antiga Babilônia, arqueólogos encontraram placas de barro com figuras seminuas tocando instrumentos musicais muito semelhantes ao violão atual, cerca de (1900-1800 ac). Exames mais detalhados puderam nos mostrar que esse instrumento era por certo um antecessor do violão tão conhecido e popular nos tempos de hoje.

Na história da humanidade, percebe-se registros milenares em diversas regiões do mundo de instrumentos próximos ao violão hoje conhecido em sua forma atual. No Egito era utilizado de cordas também pulsadas, chamado de HARPA, em formato côncavo e que depois foi acrescentada de um braço com trastes cuidadosamente marcados e cordas feitas de tripas de animais. Pouco tempo depois se combinariam e evoluíram para um instrumento ainda mais próximo ao violão.

Em Roma: Surge instrumento totalmente de madeira (30 a.C-400 d.C.). O tampo, que antes era de couro cru (semelhante ao banjo) agora é de madeira e possui cinco buracos. É importante frisar que nas catacumbas egípcias foram encontrados instrumentos, com leves curvas características do violão.

O primeiro instrumento de cordas europeu, de origem medieval, data de 300 anos depois de Cristo, e possuía um corpo arredondado que se interligava com um braço de comprimento considerável. Este tipo de instrumento foi utilizado por muitos anos e foi o antepassado provavelmente da **Teorba**.

Há também a descrição de outro instrumento datado da Dinastia Carolingian, que pode ser de origem tanto alemã como francesa. Este instrumento possuía formato retangular e seu corpo era equivalente ao seu braço.

Em ilustrações pode se observar que na "mão" do instrumento (de formato arredondado) se encontravam quatro, e às vezes cinco tarraxas de afinação, com um número de cordas equivalente. Este instrumento manteve seu formato e suas definições até o século quatorze.

Paralelamente a este instrumento, outro começou a se desenvolver. Possuía leves curvas nas laterais do corpo tornando-o mais anatômico e confortável. Descrições deste instrumento foram encontradas em catedrais inglesas, espanholas e francesas datadas do fim do século quatorze.

É importante frisar que haviam distinções, como a guitarra Latina e a guitarra Morisca. A **guitarra Morisca**, como o nome indica, tinha origem Moura, devido a colonização da Espanha e da África do Norte. Este instrumento possuía um corpo oval e o tampo possuía vários furos ornamentados chamados de Rosetas. Era totalmente remanescente do Alaúde, e dentro deste conceito uma série de outros modelos, com diferentes números de cordas também existiam.

Hoje o violão é um dos instrumentos mais populares do brasil, também de fácil acesso por sua disseminação e facilidade de acessos a videoaulas, professores informais, também em projetos de musicalização em espaços escolares e não escolares.

Nas oficinas de música, ele acabou se tornando uma ferramenta fundamental e importantíssima nesse contexto escolar por facilitar uma variedade enorme de conteúdo a ser trabalhado e , acaba funcionando, de certa forma, como um facilitador, por através dele termos acesso a músicas que tragam diferentes contextos, estruturas, texturas musicais desejadas pelo educador a serem trabalhadas nas oficinas procurando contemplar a multidisciplinariedade, adaptando-se ao contexto social, datas comemorativas ou até mesmo eventos escolares.

Nos projetos de músicas, neste caso, onde leciono no Município de Sapiranga-RS, todas as escolas da rede municipal possuem professores com formação específica em música. Nesses projetos, em sua maioria, são realizadas oficinas de ensino de violão por ser um instrumento bastante popular nesse contexto. Dentro dessas oficinas são feitos grupos de até 10 alunos divididos em idades e níveis, para que se possa dar mais qualidade as aulas e um atendimento mais atencioso a cada educando, buscando sempre instigar o aluno a buscar mais sobre os conteúdos trabalhados em aula.

Buscando como uma forma de colaborar com outras matérias do currículo escolar, tendo por exemplo a matéria de Português, trabalha-se o conteúdo poético e literário dos poemas musicais de forma que se perceba desde a acentuação correta das palavras, pontuação, e outras questões oportunas a depender da série de cada grupo ou aluno. Dentro da matéria de Geografia e história, por exemplo, pode-se trabalhar as questões da localização de onde foi composta a música, contexto histórico da região, o que acontecia politicamente na época em que foi composta a música, como está atualmente, e muitas outras a depender da forma pedagógica em que os professores de música transmitem seus ensinamentos aos outros professores do grupo.

> Educadores precisam de formação teórica e da concretização da teoria na prática, adquiridas em situações didáticas que permitam que os conhecimentos aprendidos, de diferentes naturezas e experiências, possam ser experimentados em

> tempos e espaços distintos, de maneira crítica e reflexiva. (BARREIRO E GEBRAN, 2006, p.89)

Podendo também trazer algumas experiências na educação infantil com alunos do jardim ou primeiro ano, se faz bastante perceptível o quanto as aulas de música auxiliam no aprendizado da leitura e nesse processo de desenvolvimento inicial, colaborando de forma positiva. Vejamos o que leciona Caroline Cao Ponso acerca da matéria:

> por meio da música, é possível criar, reciar diversas cenas cotidianas a fim de desenvolver os preceitos básicos da alfabetização da língua materna e também da linguagem musical. Nesse momento, contudo, faz-se necessário salientar alguns aspectos teóricos sobre o processo de alfabetização especificamente. Para que ocorra o processo de ler e escrever, as crianças devem entender como os sons são representados a partir de imagens do alfabeto (PONSO, 2008, p.35.)

Especificamente, as escolas do município de Sapiranga, tem uma preocupação em qualificar esse trabalho e os investimento em cultura dentro da área da educação, tendo a consciência de sua importância e colaboração ao desenvolvimento dos alunos da rede. Com isso, são realizados diversos eventos durante o ano letivo para amostragem dos trabalhos realizados com o objetivo de acrescentar mais cultura aos alunos e mostrar para a sociedade esse trabalho que vem sendo realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa presente decorre sobre a importância do professor de música nono espaço escola. Através dela, percebemos o quanto é importante esse trabalho do educador musical para colaborar com os alunos no desenvolvimento da leitura, e trabalhando com a multidisciplinariedade ao colaborar com outras matérias do currículo escolar.

Com isso, esperamos que a lei 11.769 possa der de fato respeitada, pois como observamos, ainda temos muito do que se chama de professor polivalente, atuando dentro da matéria da música. Às vezes é um professor de artes, mas muitas vezes nos deparamos até com professores de outras matérias, que possuem algum conhecimento bastante superficial de música, colocado no lugar de um professor com formação. Pois, infelizmente, ainda nos deparamos muito com essa realidade, mesmo tendo expirado o prazo para adequação da lei citada anteriormente.

Como educadores, sabemos o quanto é gratificante colher os frutos de um trabalho, perceber que o esforço valeu a pena. Por esse trabalho, podemos assim observar o valor do professor de música no

espaço escolar em seu contexto, também os benefícios que, através do seu trabalho, trazem apara colaborar no desenvolvimento do educando.
Por isso é importante que, nós educadores de música, sigamos mostrando nosso trabalho dentro da escola e à sociedade para que assim seja reconhecido em suas beneficies e compreendido em sua importância nos trabalhos que tem, sendo nos projetos de musicalização ou mesmo como disciplina escolar em sala de aula, para que a música siga contribuindo no desenvolvimento dos alunos e contribuindo com a formação de um ser humano melhor e, consequentemente, uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Iraíde e GEBRAN, Raimunda. **Prática de ensino e estágio Supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEINEKE, Viviane. **A composição do ensino de música: perspectiva de pesquisa e tendências atuais**. Revista da ABEM, Porto Alegre, V.20, 2008.

PENNA, Maura. **MÚSICA(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PONSO, Caroline Cao. **Música em Diálogo**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

http://abemeducacaomusical.com.br/artsg2.asp?id=20. Pesquisado em 21/02/2019 às 20h e 45 min.

https://www.violaosambaechoro.com.br/origem-do-violao-sua-historia-caracteristicas-curiosidades. Pesquisado em 22/02/2019 às 18h.

O RELATÓRIO DO 2º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DO PARÁ

Nicaretta, Cendy Castro

RESUMO

O presente trabalho, inserido na temática da Educação em Tempo Integral-ETI, insurgiu da problemática de se compreender a situação do Estado do Pará, quanto à consecução do Indicador 6B da Meta 6 do Plano Nacional de Educação-PNE, em escolas urbanas municipais do ensino infantil, entre os anos de 2016 a 2017, com base no "Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação- 2018". A importância deste trabalho é retomar a reflexão sobre os avanços ou não tidos pelo Pará quanto a uma das diretrizes do PNE e sobre as atuações do Poder Público na formulação e implementação de políticas públicas para efetivar o direito à educação. O objetivo principal deste exame é identificar, entre 2016 a 2017, com base no "Relatório do 2º Ciclo...", o avanço quantitativo do Indicador 6B da Meta 6 do PNE no Pará. Entre os objetivos específicos, constam: proceder à revisão bibliográfica sobre o tema; entender a Lei nº 13.005/2014 que instituiu o PNE; interpretar a Meta 6 e seus Indicadores; coletar dados presentes no relatório em questão; e interpretar os dados. Desenvolveu-se um tipo de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem quantitativa, para identificar, registrar e analisar as informações. Concluiu-se que o Estado do Pará, de 2016 a 2017, teve um avanço na implementação do Indicador 6B, porém, um avanço muito reduzido em comparação a outros estados e regiões, demonstrando a necessidade de o Poder Público formular e implementar outras medidas para alcançar a Meta 6 até 2024.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral em Tempo Integral. Plano Nacional de Educação. Meta 6 do PNE. Estado do Pará.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho encontra-se inserido na temática da Educação em Tempo Integral, cuja problemática se remete a compreender a situação do Estado do Pará, Estado-membro da Região Norte do país, quanto à consecução do Indicador 6B da Meta 6 do Plano Nacional de Educação-PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), em escolas urbanas municipais do ensino infantil, entre os anos de 2016 a 2017. a partir das informações coletadas no "Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação- 2018" elaborado pelo Ministério da Educação-Mec e auxiliares.

Artigo: O Relatório do Segundo Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação: Educação Integral em Tempo Integral no Estado do Pará.
Nicaretta, Cendy Castro. Págs. 11 – 21.

A importância deste trabalho encontra-se naquilo que Jaqueline Moll e Lúcia Helena Alvarez Leite descrevem em "Educação Integral em tempo integral: desafios e possibilidades no campo das políticas afirmativas de direitos" ao defenderem que a compreensão da constituição de uma escola básica de tempo integral perpassa por um debate sobre as políticas afirmativas de direito e sobre mecanismos para se enfrentar as desigualdades sociais, políticas, econômicas entre os nacionais cujo acesso à educação vincula-se à inserção deste sujeito numa determinada classe (MOLL&LEITE, 2015, p.19).

Assim sendo, ao pensarmos sobre os avanços ou não tidos pela região Norte do País quanto ao alcance de uma das metas descritas no PNE, podemos refletir sobre as atuações do Poder Público sobre esta região na consecução de políticas que afirmem o direito de acesso à educação integral e de qualidade - diminuindo a desigualdade social, política, econômica, cultural, entre outros, que assolam o país desde seu surgimento-, para cumprir um dos ditames maiores da Constituição Federal da República de 1988.

Com isso, o objetivo principal deste exame é identificar, entre o período de 2016 a 2017, com base no "Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação- 2018", a consecução quantitativa da meta 6, indicador 6B, do Plano Nacional de Educação, no Estado do Pará. Entre os objetivos específicos, constam: proceder à revisão bibliográfica sobre o tema da Educação Integral em tempo integral, fichando os principais livros e artigos; entender a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação, dando as diretrizes para que os estados federativos alcancem todas as 20 metas para uma educação integral em tempo integral; interpretar a Meta 6 e seus indicadores; coletar dados, a partir das tabelas e gráficos presentes no "Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação- 2018", sobre a consecução quantitativa da Meta 6 no Estado do Pará, no interstício de 2016 a 2017; e interpretar as informações coletas.

Assim sendo, desenvolveu-se um tipo de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem quantitativa, pela qual foi possível identificar, registrar e analisar os dados sobre os avanços do Estado do Pará, em escala municipal e urbana e do ensino infantil, da execução do Indicador 6B da Meta 6 do PNE do ensino infantil, entre os anos de 2016 a 2017.

Com isso, foram retomadas as perspectivas de diversos teóricos e estudiosos sobre o assunto, a exemplo de Jaqueline Moll e Lúcia Helena Leite que contribuem para o pensar na Educação Integral em tempo integral enquanto uma política pública afirmativa de direito; a citar também outros pesquisadores que auxiliaram a construção do entendimento sobre a Lei nº 13.005/2014 e a construção da Meta 6, como a autora Cláudia da Mota Parente, em mais de uma obra

publicada; além de outros autores importados a este exame para a compreensão da temática que se pretende construir.

O artigo encontra-se, assim, organizado da seguinte maneira: no primeiro tópico do desenvolvimento, "Da Educação Integral: Política Pública afirmativa de direito", serão retomados conceitos e discussões sobre o tema desta pesquisa, de modo a enfatizar a educação integral em jornada integral como política pública necessária para a redução da desigualdade social, cultural e econômica entre os nacionais; no próximo tópico, "Do Plano Nacional de Educação-PNE e do Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das metas do PNE-2018", serão introduzidas as considerações sobre a Lei nº 13.005/2014 que, em conformidade com a Carta Magna de 1988, traz diretrizes para que em 10 anos a sociedade e o Poder Público possam promover uma educação de qualidade; já no tópico "Da metodologia" será descrita a metodologia empregada para a elaboração deste estudo; no próximo tópico, "Discussão dos resultados: da Meta 6 do PNE e seus Indicadores no Estado do Pará", serão explicitados cada um dos indicadores que estão vinculados à meta em questão, quanto à promoção da Educação Integral em Tempo Integral, e será feita uma analise, a partir dos objetivos deste estudo, da consecução de tal meta no Estado do Pará.

DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: POLÍTICA PÚBLICA AFIRMATIVA DE DIREITO

A Educação Integral em tempo integral é vista como um direito, para Moll & Leite (2015, p. 21), e que como tal não se resume à ampliação do tempo escolar, mas a um "processo coletivo de formação" onde os sujeitos envolvidos - escola, família, comunidade etc.- contribuem para a formação dos alunos. Assim, por ser um direito, este está vinculado a um Estado que procure reafirmá-lo por meio de políticas afirmativas de direito. Logo, ao analisarmos uma política afirmativa de direito, para Dye (2008, p.4., apud PARENTE, 2018, p. 417), poderíamos perceber e analisar o "que os governos fazem, porque fazem e que diferença isso faz, se houver". Por meio disso, então, passaríamos a compreender a atuação do Estado no âmbito da educação, mais precisamente quanto à Educação integral em tempo integral, além das causas das políticas públicas educacionais e das consequências das mesmas na sociedade e nos indivíduos diretamente interligados a elas.

Ademais, Parente (2018, p. 418) vem apresentar que a política pública é uma ação proposta pelo Estado para o "enfrentamento de determinado problema público". Secchi (2014, p. 44 apud Parente, 2018, p. 418) elucida que o problema público, então, é a "diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública". Logo, se entendermos a formação integral em tempo integral, conforme Parente (2018), enquanto política pública é compreender a

existência de um problema público para o qual essa política afirmativa de direitos se remete: a questão da qualidade da educação básica no Brasil. Porém, a autora indaga e confirma que a educação integral em tempo integral, enquanto política pública, pode ou não ser culminada para solucionar determinado problema educacional e até mesmo social.

> Segundo Parente (2017), a educação em tempo integral é temática
> recorrente na agenda política da educação brasileira. No entanto, nem sempre o tema recebeu força política suficiente para avançar rumo à formulação e à implementação de políticas. Algumas vezes, as políticas na área foram formuladas e implementadas de forma isolada, por alguns entes federativos; e muitas dessas políticas foram permeadas de descontinuidades, aspecto muito presente na gestão pública brasileira. (PARENTE, 2017, p. 23)

Além disso, para Parente (2017), tratar da educação integral em tempo integral na agenda da União, Estado-membros, Municípios e Distrito Federal, bem como em pensar em formas em que as políticas públicas possam afirmar tal direito e permitir a permanência de uma educação de qualidade, tudo isso depende de várias questões "condicionantes da política". Pensando nisso, que se insurgiu o Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) como forma de resposta estatal para materializar políticas públicas neste âmbito.

DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-PNE E DO RELATÓRIO DO 2º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO -2018

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, ou Lei do Plano Nacional de Educação-PNE, apresenta a declaração do legislador ordinário em instituir diretrizes, metas e estratégias, para o interstício de 10 anos - a partir do ano de 2014 até o ano de 2024- em prol da efetivação do direito à educação de qualidade, conforme a Carta Magna de 1988. A título de maior elucidação, a lei citada alhures insurgiu-se como meio para a efetivação do artigo 214 da Constituição Federal da República do Brasil-CFRB de 1988 quando, ipsis litteris, prescreve que:

> Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:
> I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988, p. 40)

Logo, o PNE origina-se enquanto legislação que delimita um aglomerado de metas e estratégias que incidem sobre todos os

níveis, modalidades e etapas educacionais e apresenta também uma "direção" a "profissão docente", à "implantação da gestão democrática" e ao "financiamento do ensino", conforme a própria Lei nº 13.005/ 2014. Além disso, em diversos artigos e incisos do PNE há estratégias singulares para a diminuição da desigualdade e inclusão de minorias, a exemplo do artigo 8º, parágrafo 1º:

> Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.
> § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que: I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; **II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;** III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; IV - promovam a articulação Inter federativa na implementação das políticas educacionais.(grifo nosso; BRASIL, 2014, p.2)

Com isso, o PNE delimitou, em anexo à lei, 20 metas e suas respectivas estratégias como desdobramento das 20 diretrizes apresentadas no artigo 2º do próprio Plano; diretrizes essas que vão desde o que a CRFB/1988 já havia previsto até outras orientações que direcionassem os entes federativos à promoção dos "princípios do respeito aos direitos humanos", por exemplo.

Assim, o PNE, ao tratar do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, no artigo 11, caput e §1º, de sua lei, prescreve que todos os entes federativos produzirão, no máximo a cada 2 (dois) anos, um relatório sobre a qualidade da educação básica, servindo este documento como fonte de informação e como meio de formular, implementar e avaliar as políticas públicas da área.

Por consequência, desde 2014, dois relatórios foram publicados e, conforme objeto deste estudo, será pautado o último, o "Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação-2018" que pautou o desenvolvimento da educação básica, entre o ano de 2014 até 2017. O próximo relatório deverá ser publicado em 2020, trazendo mais informações sobre os anos de 2018 e 2019. É importante destacar que essas publicações compõem umas das atribuições dadas ao Inep para que haja a disseminação de informações sobre os estudos produzidos, com base no monitoramento da consecução de todas as metas previstas no PNE em todas as regiões do país, como o Norte, Nordeste, Sudeste etc.,

cujos dados foram coletados por diversos entes e/ou órgãos, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-Inep, entidade esta que juntamente com Ministério da Educação-MEC, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados etc.

DA METODOLOGIA

Como retromencionado, foi desenvolvido um tipo de pesquisa bibliográfica e documental, visto o objetivo principal deste exame estar vinculado à identificação dos dados, entre os anos 2016 a 2017, sobre os avanços ou não do Estado do Pará, em escala municipal e urbana e do ensino infantil, da execução do Indicador 6B da Meta 6 do PNE do ensino infantil. E para isso, o documento principal utilizado como fonte de análise foi "Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação- 2018" o qual traz todas as informações quantitativas da execução do PNE em prol do alcance das 20 metas, também mencionadas acima.

Desta forma, por ter uma abordagem quantitativa, os dados dispostos em gráficos no Relatório foram coletados e subscritos em tabelas para a melhor leitura e análise quantitativa da consecução do Indicador 6B da Meta 6, quanto:

a) ao percentual de ETI no Estado do Pará, entre 2016 a 2017;

b) ao percentual de escolas de ETI na localização urbana, no mesmo período;

c) ao percentual de escolas de ETI em dependência administrativa municipal, entre os dois anos;

(e d) ao percentual de escolas de ETI na Educação Infantil, no mesmo interstício.

Após tal disposição, seguiu-se à análise do quantitativo de escolas nos moldes apresentados por cada alínea acima, verificando o engajamento administrativo por alcançar o que prevê o PNE até 2024.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: DA META 6 DO PNE E SEUS INDICADORES NO ESTADO DO PARÁ

De acordo com a Lei do Plano Nacional de Educação, cada meta apresentada pelo plano apresenta um conjunto de estratégias para a plena consecução das mesmas. A meta 6, objeto de estudo desta pesquisa, vem ditar que até o ano de 2024, o Brasil deverá ter oferecido educação integral em, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, atendendo no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica. E, para a efetivação desta meta, a lei prevê as seguintes estratégias, a seguir: a garantia de 7 (sete) ou mais horas por dia aos discentes ao longo do ano letivo, colocando-os em escolas com uma infraestrutura digna e com materiais didáticos próprios para uma educação integral em tempo integral; além de articular as unidades de ensino com outros

órgãos/entes de fomento ao ensino e cultura, como teatros, museus e bibliotecas, por exemplo; e ampliar a rede de ensino integral em jornada integral a todos as modalidades de ensino, seja na localidade urbana, seja na rural.

Destarte, para a verificação sobre se o avanço da política pública quanto à implementação da educação integral em tempo integral, a Meta 6 é subdividida em 2 (dois) índices ou indicadores: o Indicador 6A - remete-se ao quantitativo, em percentual, do número de discentes da educação básica pública que são o público alvo da Educação em Tempo Integral e que "estão em jornada de tempo integral"; o Indicador 6B - vincula-se ao quantitativo de escolas públicas da educação básica que têm, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos do público alvo da educação integral em tempo integral.

É importante mencionar que o Indicador 6A está mais vinculado ao que diz a Meta 6 sobre a "oferta da ETI para, pelo menos, 25% dos alunos das escolas públicas, até 2024"; já o Indicador 6B recai sobre a pretensão da Meta 6 em ter, 2024, no mínimo, "50% das escolas públicas ofertando ETI".

Cada um desses indicadores foi analisado, conforme o "Relatório do 2º Ciclo…", em todas as regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sudeste etc.) e seus respectivos Estados-membros cuja localização da escola (urbana ou rural) foi considerada, bem como a própria dependência administrativa da escola (federal, estadual ou municipal) e as etapas de ensino (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio).

Por conta disso, foram observadas as informações sobre a situação do Estado do Pará, Região Norte do País, quanto à consecução do Indicador 6B da Meta 6, em escolas urbanas municipais do ensino infantil, entre os anos de 2016 a 2017, cujas informações foram coletadas e analisadas no retromencionado relatório.

Assim sendo, têm-se as seguintes informações dispostas, pelos fins deste estudo, em tabelas cujos dados forma retirados do "Relatório do 2º Ciclo...", a saber:

Tabela I - Percentual de ETI no Estado do Pará - 2016 a 2017

Brasil/Região/UF	2016		2017	
	Público ETI	Escolas ETI	Público ETI	Escolas ETI
Pará	10.184	6,8%	10.055	13,4%

Fonte: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard

Tabela II - Percentual de escolas de ETI na localização urbana- 2016-2017

Localização da escola	2016	2017
Urbana	29,1%	35,2%

Fonte: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard

Tabela III - Percentual de escolas de ETI em dependência administrativa municipal - 2016-2017

Dependência Administrativa	2016	2017
Municipal	23,2%	31,7%

Fonte: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard

Tabela IV - Percentual de escolas de ETI na Educação Infantil - 2016-2017

Etapa de Ensino	2016	2017
Educação Infantil	20,5%	21,6%

Fonte: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard

Pela análise dos dados coletados no "Relatório do 2º Ciclo…", como dispostos acima, observou-se que:

a) o percentual de escolas que já implementaram a Educação Integral em tempo integral no Pará, entre os anos de 2016 a 2017, aumentou em 6,6%;

b) já o percentual de escolas de ETI na localização urbana do Pará também teve um aumento, do ano 2016 ao ano 2017, de 6,1 %;

c) o percentual de escolas de ETI em dependência administrativa de âmbito municipal teve um alavanque de 8,5%;

d) o percentual de escolas de ETI na Educação Infantil, entre os anos retromencionados, teve um aumentou em 1,1%.

Assim, entre os anos 2016 a 2017, com o objetivo de efetivar o Indicador 6B da Meta 6 do PNE, houve um avanço mesmo que ínfimo, como ocorreu na alínea "d" acima, do percentual de escolas de ETI, nos moldes apresentados alhures, ou seja, considerando-se a localização urbana - não rural-; a dependência municipal de administração - não a estadual ou a federal, por exemplo-; e considerando a Educação Infantil, somente.

Mesmo assim, destaque-se aqui que, em se tratando da Região Norte (englobando outros estados-membros, como Roraima, Amazonas etc.), o Relatório apontou que esta Região onde está situado o Estado do Pará apresentou o menor resultado, em comparação a outras regiões, em se tratando da implementação da Meta 6, Indicador 6A e 6B, como transcrito a seguir, e isso está intrinsecamente relacionado

às políticas públicas de afirmação de direitos nos mais diversos níveis, do municipal ao federal:

> os maiores percentuais de escolas de ETI são das regiões Sul (34,8%) e Sudeste (31,7%) em 2017. A região Norte é a que apresenta o menor resultado (13,9%), o qual se encontra em um patamar sensivelmente menor do que o apresentado pelas demais regiões, distanciando-se, por exemplo, em mais de 20 p.p. da região Sul (BRASIL, 2018, p. 126)

Logo, é evidente - e isso é afirmado pelo próprio Relatório em questão- que há uma desigualdade alarmante entre as regiões quando o assunto é a efetivação da Meta 6 do PNE e que isso muito se deve, como apresentado no começo do artigo, à desigualdade de acesso e permanência do discente a uma educação de qualidade, no caso, a uma educação integral em tempo integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como debatido alhures, Educação Integral e Tempo Integral, enquanto política afirmativa de um dos mais cruciais direitos constitucionais - como o direito à educação pela CRFB/1988, art. 214-, remete-se a uma das formas que o Poder Público encontrou para sanar uma problemática social do Brasil: a universalização da educação, em todos os níveis e modalidades, da forma mais digna possível, ou seja, garantindo a qualidade necessária aos sujeitos.

Diante disso, esse processo de universalização de uma educação de qualidade está sendo reafirmado por políticas públicas, a exemplo a Educação Integral em Tempo Integral como uma das metas do Plano Nacional de Educação até 2014, tendo em vista que a ETI precisa ser vista por todos os sujeitos da sociedade – não somente pelo Poder Legislativo que cria normas, mas os diretores de escolas, os docentes, os familiares dos discentes nas escolas onde já está sendo aplicada a ETI- como realmente um processo coletivo de afirmação de um direito constitucional

Porém, a exemplo dos dados vistos e analisados por este estudo, no Estado do Pará entre os anos de 2016 e 2017, quanto à verificação da aplicação e ampliação da ETI, como formo de alcançar a Meta 6 - mais precisamente o Indicador 6B-, percebeu-se um avanço reduzido. O Estado do Pará, em comparação a outros estados como os da região Sudeste e Sul, apresenta uma ínfima evolução quanto ao que prevê o PNE. Assim, há um problema público a ser enfrentado e um avanço da implementação da ETI no Estado do Pará dependerá de que a educação em tempo integral seja temática recorrente na agenda política do próprio estado, em todos os seus âmbitos e modalidades, de forma integrada – entre as escolas e as

comunidades onde aquelas estão inseridas; entre a secretaria de educação do estado e do município e os docentes e gestores de escolas, por exemplo- e contínua, para a implementação de políticas públicas advindas da Lei nº 13.005/2014. Além disso, o Estado do Pará ainda possui 5 (cinco) anos para o fortalecimento de estratégias que viabilizem a consecução do Indicador 6B da Meta 6, mesmo diante de cenário de contingenciamento de verbas para custear a educação, em seus mais diversos níveis, principalmente a de nível superior onde a atual agenda governamental não observa a universalização da educação, um dos preceitos do Estado Democrático de Direito, seja ela integral ou não – nem o que prevê o próprio PNE-, como prioridade.

Se problema público insurge-se daquilo que desejamos que seja a realidade coletiva ainda inexistente- no caso, uma educação integral em jornada integral de qualidade -, de longe, como pilar do desenvolvimento do estado do Pará, até mesmo do Brasil, é prioridade se pensar, responder e solucionar os óbices à concretização de políticas públicas, como a concretização do PNE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 02 jul. 2019.

_____. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso: 20 jul. 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/RELAT%C3%93RIO+DO+SEGUNDO+CICLO+DE+MONITORAMENTO+DAS+METAS+DO+PNE+2018/9a039877-34a5-4e6a-bcfd-ce93936d7e60?version=1.17. Acesso: 20 jul. 2019.

MOLL, Jaqueline; LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Educação Integral em tempo integral: desafios e possibilidades no campo das políticas afirmativas de direitos.** Educ. rev. vol.31 no. 4. Belo Horizonte out./dez. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698003104. Acesso: 15 jul. 2019.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. A Construção da Meta de Educação em Tempo Integral do Plano Nacional de Educação (2014). In**:** **Educação em Revista**. Marília, v. 18, Edição Especial, p. 23-42, 2017.

_____. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 415-434, abr./jun. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661874. Acesso: 10 mai. 2019.

A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA NA APRENDIZAGEM

Santos, Denize Aparecida Machado dos

RESUMO

Este trabalho pretende investigar e ampliar o conhecimento e a discussão sobre o uso das tecnologias em sala de aula e relacioná-las com o processo de ensino e aprendizagem, considerando alguns elementos que viabilizem o aprendizado de forma diferenciada, proporcionando ao aluno aulas mais dinâmicas, que o ajude a aprender melhor os conteúdos e refletir sobre os problemas apresentados. Como então utilizar as tecnologias para melhorar o processo de ensino-aprendizagem? Quais as estratégias utilizadas para que haja o desenvolvimento pleno nas atividades pedagógicas? O objetivo principal deste trabalho será o de investigar e apresentar a utilização das novas tecnologias e suas ferramentas para melhorar à aprendizagem, facilitando a troca de conhecimento entre professor e aluno. A partir de uma pesquisa, de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, pretende-se conhecer a contribuição das tecnologias para o desenvolvimento da aprendizagem nas diferentes etapas da Educação e principalmente na Educação Inclusiva. Tendo em vista que esses recursos acabam ajudando os professores na sala de aula, e a escola tem o papel de possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber e das tecnologias enriquecendo o ambiente educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos Tecnológicos. Ensino-Aprendizagem. Escola.

INTRODUÇÃO

Com o progresso das tecnologias, surgem na sociedade a necessidade de aperfeiçoamento das habilidades para utilização destes equipamentos, pois estamos na era da tecnologia, em que todas as áreas da sociedade se beneficiam dos esplendores tecnológicos existentes, que surgem para melhorar as atividades e necessidades de cada uma dessas áreas. Com a educação não poderia ser diferente. Hoje, as tecnologias contribuem para um melhor processo de ensino-aprendizagem, proporcionando novas formas de ensinar e aprender.

Segundo Ribas (2008), o professor deve ser alguém criativo, competente e comprometido com o aparecimento das novas tecnologias, interagindo em meio à sociedade do conhecimento, repensando a educação e buscando os fundamentos para o uso dessas novas tecnologias, que causam grande impacto na educação e determinam uma nova cultura e novos valores na sociedade.

A partir dessas mudanças na forma de ensinar e com a inserção de tecnologias nesse processo de ensino, mudam-se também as formas de aprendizagem. Os alunos sentem-se mais motivados, pois estas diferem de antigamente, quando não existia diálogo entre professor e aluno; hoje há uma troca de informações em sala de aula, na qual o professor não é mais o detentor de todo o conhecimento. Onde o principal objetivo do processo de ensino-aprendizagem por meio da tecnologia é formar alunos mais ativos e criativos, de modo que o professor e a tecnologia se tornem mediadores desse processo, devendo estar integrados para que a aprendizagem se torne eficaz.

O objetivo desse artigo é falar sobre as tecnologias, mostrando sua contribuição e seus benefícios para o processo de ensino-aprendizagem focando sua utilização em sala de aula, de modo a proporcionar novas formas de ensinar e a sua relação com o professor, demonstrando que ela surgiu para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Esse objetivo é justificado pelas grandes mudanças e transformações da sociedade, as quais requerem novas formas de acesso à informação para alunos e professores, estimulando o processo de ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento e demonstrando a importância do uso das tecnologias para a educação.

Segundo MORAN, A tecnologia deve servir para enriquecer o ambiente educacional, propiciando a construção de conhecimentos por meio de uma atuação ativa, crítica e criativa por parte de alunos e professores. Desta maneira a pesquisa têm por base as seguintes questões:

- Como então utilizar as tecnologias para melhorar o processo de ensino-aprendizagem?
- Quais as estratégias utilizadas para que haja o desenvolvimento pleno nas atividades pedagógicas?

E para responder as questões propôs-se como objetivo geral investigar e apresentar a utilização das novas tecnologias e suas ferramentas para melhorar a aprendizagem, facilitando a troca de conhecimento entre professor e aluno. Desenvolvendo um processo de reflexão e valorização continuamente dos recursos tecnológicos utilizados nas aulas. Dominando os recursos tecnológicos e suas inovações, pois não basta a escola adquirir recursos tecnológicos sofisticados e modernos, precisa também construir novas concepções pedagógicas elaboradas sob a influência desses recursos.

Conforme Gadotti:

> As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento. Agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos. Cada dia mais pessoas estudam em casa, pois podem lá acessar o ciberespaço da formação e da aprendizagem à distância, buscar fora, a informação disponível nas redes de computadores interligados serviços que respondem às suas demandas de conhecimento. Por outro lado, a sociedade civil

> está se fortalecendo, não apenas como espaço de trabalho, mas como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimentos (2005, p. 16)

Cientes da ideia de que educação especial requer, basicamente, uma convivência passiva de todos os sujeitos que dela participam, na realidade que vivenciam, e que seja reafirmada nos projetos educativos que a sustenta em contextos onde ela é requerida, buscamos, pela pesquisa bibliográfica e em campo, observar algumas questões.

Por isso a educação deve progredir no mesmo ritmo, acompanhando os avanços e trabalhando para diminuir as desigualdades que se ocasionam em função da revolução tecnológica. A escola não pode ficar excluída desta realidade, devendo se apropriar dos avanços tecnológicos e incorporá-los a prática educativa, precisam renovar-se constantemente e ir além dos métodos de aprendizagem tradicional. Incentivar práticas e ideias inovadoras e utilizar novos dispositivos como smartphones e tablets tornam-se uma grande vantagem para auxiliar alunos na aquisição de novos saberes, uma vez que eles já estão nas mãos das crianças e adolescentes em sala de aula. Apesar de muitas crianças e adolescentes, em muitos casos professores, ainda não terem acesso à tecnologia e internet em casa, muitas escolas possuem salas informatizadas que auxiliam os jovens que não tem acesso à internet em suas casas à utilizarem computadores, promovendo a inclusão digital e a construção do conhecimento.

A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NA APRENDIZAGEM DO ALUNO

Em um mundo tecnológico, integrar novas tecnologias à sala de aula ainda é pouco frequente e um desafio para docentes. Em muitos casos, a formação não considera essas tecnologias, e se restringe ao teórico, ou seja, o professor precisa buscar esse conhecimento em outros espaços. Isso nem sempre funciona, pois frequentar cursos de poucas horas nem sempre garante ao professor segurança e domínio dessas tecnologias.

A utilização de recursos tecnológicos na sala de aula tem sido muito discutida. Aos poucos, as escolas estão implantando a informática em seus currículos, dando aos alunos as primeiras noções do mundo da informatização.

Nas aulas, temos visto os alunos utilizarem programas específicos para escreverem textos, elaborarem listas e cálculos de suas despesas, organizarem agendas, e fazerem slides para apresentar algum trabalho.

É ótimo, maravilhoso, que a tecnologia tenha chegado ao âmbito escolar, mas se o assunto fosse levado mais a sério os benefícios seriam muito maiores.

Crianças e jovens tem se utilizado desses recursos tecnológicos mais como forma de diversão do que em benefício de aprendizagens significativas.
É claro que a diversão faz parte de uma vida saudável, e os jogos eletrônicos e vídeo games são grandes responsáveis por isso. Além desses, as salas de bate-papo também são muito utilizadas, fazendo com que todos tenham oportunidade de interagir virtualmente com seus amigos. Mas se tais recursos fossem trabalhados de forma mais eficiente, poderia ser uma das formas de transformação da educação.
As escolas deveriam repensar essas práticas, levando para o processo ensino/aprendizagem projetos que oportunizem o enriquecimento da troca de informações, já que através da internet podemos ter contato com o mundo.
Embora alguns ainda se sintam inseguros e despreparados, muitos educadores já perceberam o potencial dessas ferramentas e procuram levar novidades para a sala de aula, seja com uma atividade prática no computador, com videogame, tablets e até mesmo com o celular.
O fato é que o uso dessas tecnologias pode aproximar alunos e professores, além de ser útil na exploração dos conteúdos de forma mais interativa. O aluno passa de mero receptor, que só observa e nem sempre compreende, para um sujeito mais ativo e participativo.
O ideal seria testar as novas tecnologias e identificar quais se enquadram na realidade da escola e dos alunos. Uma das dificuldades é a falta de infraestrutura de algumas escolas e a falta de formação de qualidade para os professores quanto ao uso dessas novas tecnologias.
A tecnologia também auxilia o professor na busca por conteúdo a serem trabalhados, o professor/mediador cria certas facilidades aumentando a autoestima dos alunos, além de permitir novos valores e verificando a dificuldade de aprendizagem readaptando com jogos interativos e de fácil entendimento, ou seja, o professor como mediador tem papel significativo e é dele a missão de buscar alternativas viáveis para fazer desaparecer o desinteresse dos alunos que não querem se envolver e participar dos projetos implantados pela escola. Hoje, com todos os avanços, existe a necessidade de adequação, de abertura para o novo, a fim de tornar as aulas mais atraentes, participativas e eficientes. A tecnologia permite uma nova linguagem para enfrentar a dinâmica dos processos de ensinar e aprender, contemplando com maior ênfase, a capacidade de aprender novas habilidades, de assimilar novos conceitos, de avaliar novas situações, de lidar com o inesperado, exercitando a criatividade e a criticidade. Docentes que resistem à inclusão da tecnologia em sua prática pedagógica acabam por se prender a métodos desatualizados, que não funcionam da mesma maneira. Por outro lado, professores capazes de tirar proveito dos benefícios que a tecnologia pode trazer

aos processos de ensino e aprendizagem são capazes de atuar de maneira mais atraente e inovadora junto aos seus alunos.
Segundo Faria (2004), o papel do educador está em orientar e mediar as situações de aprendizagem para que ocorra a comunidade de alunos e ideias, o compartilhamento e a aprendizagem colaborativa para que aconteça a apropriação que vai do social ao individual, como preconiza o ideário vygotskyano. O professor, pesquisando junto com os educandos, problematiza e desafia-os, pelo uso da tecnologia, à qual os jovens modernos estão mais habituados, surgindo mais facilmente a interatividade. Portanto, o professor deve estar aberto a essas novas mudanças, principalmente no que se refere à sua nova postura: o de facilitador e coordenador do processo de ensino-aprendizagem.

O USO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS NA SALA DE AULA

A tecnologia tem um papel cada vez mais relevante na sociedade. Ela tem sido aplicada às diferentes atividades do dia a dia e, portanto, tem desempenhado uma função importante do ponto de vista pessoal e profissional. Por isso, não é possível pensar na formação de um cidadão que não esteja preparado para lidar com essas ferramentas, que apresente domínio em relação ao seu uso e, principalmente, que saiba analisar criticamente suas aplicações e implicações.
Também não podemos nos esquecer de que a tecnologia facilita a vida do educador. Ela permite automatizar algumas de suas tarefas, otimizando tanto o tempo usado na preparação das aulas quanto a própria ação didática.
Para que a sala de aula se torne um espaço de aprendizagem significativa, o professor aquele que possui um papel importante no processo de aprendizagem, faz uso das tecnologias, investigando e buscando caminhos que transformem a maneira de passar os conteúdos aos alunos, através da diversidade e inovação desencadeando assim uma aprendizagem mais facilitadora. O uso da tecnologia favorece a interação entre alunos. Mesmo alunos considerados tímidos conseguem interagir por meio de ferramentas tecnológicas. Ao fazerem atividades em pares ou grupos, a internet permite que todos expressem seus conhecimentos e deem opiniões, o que traz à tona a experiência prévia dos alunos, o que os motiva ainda mais, pois sentem-se parte ativa e importante do processo de aprendizagem.
Com a introdução das tecnologias no cotidiano escolar anima o desenvolvimento do pensamento crítico criativo e a aprendizagem cooperativa, uma vez que torna possível a realização de atividades interativas. Sem esquecer que também pode contribuir com o estudante a desafiar regras, descobrir novos padrões de relações, improvisar e até adicionar novos detalhes a outros trabalhos tornando-os assim inovados e diferenciados. As tecnologias proporcionam que os alunos construam seus saberes a partir das

interações com um mundo de pluralidades, no qual não há limitações geográficas, culturais e a troca de conhecimentos e experiências é constante. Dessa maneira as tecnologias de informação e comunicação atuam como molas propulsoras e recursos dinâmicos de educação, à proporção que quando bem utilizadas pelos educadores e educandos proporcionam a intensificação e a melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e fora dela.

É preciso compreender que a ferramenta tecnológica não é ponto principal no processo de ensino e aprendizagem, mas um dispositivo que proporcionaliza a mediação entre educador, educando e saberes escolares, assim é essencial que se supere o velho modelo pedagógico é preciso ir além de incorporar o novo (tecnologia) ao velho. Sendo assim, temos que entender que, a inserção das TICS no ambiente educacional, depende primeiramente da formação do professor em uma perspectiva que procure desenvolver uma proposta que permita transformar o processo de ensino. Vieira (2011) ressalta duas possibilidades para se fazer uso das TICs, a primeira é de que o professor deve fazer uso deste para instruir os alunos e a segunda possibilidade é que o professor deve criar condições para que os alunos descreva seus pensamentos, reconstrua-os e materialize-os por meio de novas linguagens, nesse processo o educando é desafiado a transformar as informações em conhecimentos práticos para a vida. Pois como diz Vieira:

> "A implantação da informática como auxiliar do processo de construção do conhecimento implica mudanças na escola que vão além da formação do professor. É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, administradores e comunidades de pais – estejam preparados e suportem as mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo profissional. Nesse sentido, a informática é um dos elementos que deverão fazer parte da mudança, porém essa mudança é mais profunda do que simplesmente montar laboratórios de computadores na escola e formar professores para utilização dos mesmos". (VIEIRA, 2011, p. 4).

Sabemos que, a aprendizagem intermediada pelo o computador gera profundas transformações no processo de produção do conhecimento, se antes as únicas vias eram de sala de aula, o professor e os livros didáticos, hoje é concedido ao aluno navegar por diferentes espaços de informação, que também nos viabiliza enviar, receber e armazenar informações virtualmente, abrem-se novas possibilidades à educação, solicitando assim, uma nova presença do educador. Com a utilização das tecnologias na educação, podem-se obter informações, fazendo assim, uma conexão com alunos e professores, permitindo que o educador trabalhe melhor o desenvolvimento do conhecimento.

O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial pode ser conceituada como uma educação voltada para os portadores de deficiências como: auditivas, visuais, intelectual, física, sensorial, surdo cegueira e as múltiplas deficiências. Para que esses seres humanos tão especiais possam ser educados e reabilitados, é importante a participação deles em escolas e instituições especializadas. É importante lembrar que o conceito de inclusão engloba: atender aos alunos portadores de necessidades especiais na vizinhança da sua residência; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes regulares; propiciar aos professores um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência; propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum do ensino regular. No entanto, o conceito de inclusão não é: levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado; ignorar as necessidades específicas da criança; fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades; extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo; esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico.

Para crianças com deficiência, que até pouco tempo não tinham muitos meios para aprender em sala de aula, essa diversidade proporcionada pelas novas tecnologias facilita o seu acesso ao conteúdo educativo. Os alunos estão acostumados a estudar sempre com o livro, mas quando um professor começa a utilizar a tecnologia a seu favor, os alunos começam a perceber que existem outras formas de adquirir informação. Artigos na internet, filmes, aplicativos, tudo isso pode trazer informação e deixar a aula mais interessante.

Entender e incluir as diferenças no dia a dia da sala de aula é um desafio para professores, gestores e pais. Há algumas décadas, era impensável juntar crianças deficientes e alunos regulares em um sistema comum de ensino. Não devemos esquecer que a educação inclusiva é um direito garantido e foi criada para dar oportunidades para que todas as crianças e adolescentes façam parte do sistema regular de ensino, convivendo com a diferença e respeitando a diversidade.

A Tecnologia Assistiva no Brasil ainda representa uma área relativamente nova, impulsionada pelo processo de inclusão escolar, possibilita aos indivíduos importante apoio ao desenvolvimento educacional e social dos sujeitos foco desse estudo. Galvão Filho (2009) destaca que Tecnologia Assistiva é uma expressão nova e que se refere a um conceito ainda em pleno processo de construção e sistematização. Sendo assim, considera-se que Tecnologia Assistiva é um recurso ou uma estratégia utilizada para ampliar ou possibilitar a

execução de uma atividade necessária e pretendida pelo alunado público alvo da Educação Especial. Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Tecnologia Assistiva é voltada para favorecer a participação do alunado público alvo da Educação Especial nas diversas atividades do cotidiano escolar. Logo, é fundamental que o professor do Atendimento Educacional Especializado que trabalha com alunos que apresentam alguma Deficiência na Sala de Recursos Multifuncional, identifique, conheça e saiba manusear os recursos de Tecnologia Assistiva voltados para este tipo de deficiência, a fim de buscar um ensino/aprendizagem efetivo, onde, tanto o professor quanto o aluno, tenham seus objetivos alcançados e suas necessidades supridas.

O conceito de Tecnologia Assistiva – TA (BERCH, 2009). A Tecnologia Assistiva representa atualmente uma área em ascensão, impulsionada, principalmente, pelo paradigma da inclusão social, que defende a participação do público citado acima nos diversos ambientes da sociedade. Para a maioria dessas pessoas, os recursos de TA são essenciais para a mobilidade, atividades relacionadas à aprendizagem, trabalho, comunicação e interação com o mundo. No Brasil a TA é uma área de conhecimento relativamente nova e observa-se que as expressões TA, Ajudas Técnicas e Tecnologia de Apoio são utilizadas, mais frequentemente, como sinônimos. Chamamos de Tecnologia Assistiva (TA) as estratégias, os procedimentos e os recursos especializados. De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT, 2007) a Tecnologia Assistiva é:

> Uma área do conhecimento de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

A TA viabiliza que pessoas com deficiência (física, auditiva, visual e mental), tenham melhor qualidade de vida, com mais possibilidades de serem incluídas na escola e na sociedade. Por meio dessas tecnologias, pessoas com deficiências ganham autonomia e possibilidade da realização das tarefas do cotidiano desde as tarefas mais básicas de autocuidado até o desempenho de atividades educacionais e profissionais. O professor dispõe de um arsenal de material de apoio, mas indiscutivelmente o computador é muito mais do que uma ferramenta, é a oportunidade de comunicação, de autonomia e pode ser para ele um grande aliado para melhorar a aprendizagem de todos os alunos, principalmente dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para pessoas com deficiências motoras, sensoriais ou cognitivas, o computador pode contribuir para sua autonomia e acesso a informação. Há uma quantidade

significativa de softwares educacionais disponíveis no mercado. Esses são aplicativos que contribuem para o desenvolvimento cognitivo do aluno, facilitando a apresentação dos conteúdos, tornando a ação pedagógica dinâmica e interessante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, a tecnologia é uma realidade que traz inúmeros benefícios e, quando incorporada ao processo de ensino-aprendizagem, proporciona novas formas de ensinar e, principalmente, de aprender, em um momento no qual a cultura e os valores da sociedade estão mudando, exigindo novas formas de acesso ao conhecimento e cidadãos críticos, criativos, competentes e dinâmicos. É necessário aliar as tecnologias às novas metodologias, tornando esse processo eficaz, fazendo com que a bagagem de informações que os alunos já trazem para a escola seja transformada em conhecimento. É nesse momento que o professor deixa de lado seu antigo papel de detentor do conhecimento e passa a ser o mediador, facilitador, de modo que os alunos, os quais são atualmente os sujeitos ativos do processo de ensino- -aprendizagem, explorem as informações, socializem o saber e construam seu conhecimento.

O professor deve ver a tecnologia com uma aliada do processo de ensino aprendizagem, isto é, como um recurso que surgiu em contribuição ao processo. Já é percebível certa mudança na forma de pensar dos professores, pois o quadro negro, as quatro paredes da sala de aula e o discurso do professor já não são suficientes para prender a atenção do aluno, entretanto ainda encontramos aqueles que são resistentes, inseguros e que não acreditam nos benefícios que a tecnologia proporciona. Certamente, o professor deve aprender também a utilizar as ferramentas básicas de Informática como: processador de textos, editor de desenhos, planilhas eletrônicas, banco de dados, Multimídia e Internet, possibilitando o desenvolvimento de habilidades para o enriquecimento da Prática Pedagógica. Assim, cabe ao docente se inteirar e se adequar às tecnologias, pois, a sociedade do conhecimento demanda agora um novo perfil de profissional.

A tecnologia assistiva conta com algumas categorias e recursos fundamentais, classificados de acordo com cada grupo e seus níveis de necessidade. Por isso, toda pessoa com deficiência pode usufruir dessas tecnologias: cegos, surdos, deficientes físicos, deficientes múltiplos, com transtornos variados, entre outros que precisam de meios facilitadores para que possam exercer todas suas atividades. No entanto é valido ressaltar que o professor que usa a tecnologia na escola além de somar as dificuldades encontradas na sala de aula tem que aliar as vertentes, ou seja, mostrar que domina o conteúdo, os recursos tecnológicos e praticidade, pois sem essas teorias é impossível desenvolver e resolver as questões dificultosas que

apresenta no mundo de hoje, pois é preciso que o professor acompanhe e aprenda a elaborar atividades sob aquilo que para o aluno é interessante, pois só desta maneira conseguiremos trazer o aluno para uma aprendizagem mais rígida e valorosa, tanto para sua vida pessoal, tanto quanto para a profissional.
Concluímos que o trabalho em equipe torna-se fundamental para que haja inclusão, pois o serviço de Tecnologia Assistiva depende de vários profissionais para acontecer, tais como: equipe escolar, equipe da área médica, profissionais do atendimento educacional especializado, engenheiros, entre outros, não podendo esquecer que a participação da família é muito importante. Essas ações conjuntas promovem ao público alvo da educação especial, os alunos com deficiência, seus direitos como cidadãos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita, MACHADO, Rosângela. In: SCHIRMER, Carolina R. et al. **Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física.** Brasília/DF: MEC/SEESP, 2007.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS – CAT. Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007, do **Comitê de Ajudas Técnicas da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República** (CORDE/SEDH/PR). 2007.

FARIA, E. T. **O professor e as novas tecnologias**. In: ENRICONE, D. (Org.) **Ser Professor**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 57-72.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: Ensinar-e-aprender com sentido**. Curitiba-PR: Ed. Positivo, 2005.

MORAN, José Manuel et al. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. 6. Ed. Campinas; Papirus, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ROLKOUSKI, E. **Tecnologias no ensino de matemática**. Curitiba: Ibpex, 2011.

VIEIRA, Rosângela Souza. **O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação:** um estudo sobre a percepção do

professor/aluno. Formoso - BA: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), 2011. v.10, p.66-72.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA MULTIPLICADORA DE SABERES

Lima, Geanini Augusto Pires[1]

RESUMO:
O presente projeto de pesquisa denominado: Educação Ambiental como ferramenta multiplicadora de saberes visa apresentar de forma restrita a importância da função de uma sociedade educada ambientalmente. Contudo, é imprescindível destacar que para a produção dessa dissertação foi necessária à utilização de obras de autores que abordam temáticas semelhantes com clareza e coesão como Dias (2010) e Reigota (2006). Diante desse contexto a presente pesquisa possui a finalidade de explorar as diversas facetas da relevância de uma comunidade educada ambientalmente e quais os benefícios essa postura pode trazer para a sociedade direta ou indiretamente. Sendo assim, os principais objetivos do projeto consiste em: Relatar a importância de uma bacia hidrográfica para uma comunidade, mostrar para a sociedade o quanto o leito do rio é importante para a manutenção de uma vida saudável e trabalhar a Educação Ambiental com os estudantes na prática. Portanto, torna-se importante destacar que para uma melhor compreensão desse estudo foi necessário a elaboração de uma série de atividades que tiveram a finalidade de conscientizar o público alvo desse projeto de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ambiental. Sociedade. Natureza. Atividades.

INTRODUÇÃO

Conforme (DIAS, 2010) ‘’A vida é sustentada na terra por um conjunto de fatores que atuam ao mesmo tempo. Há trilhares de seres vivos sobre o solo (plantas, animais, microrganismos) e um número ainda maior sob o solo.’’

Desde a sua origem até a atualidade, o homem tem causado transformações ao meio ambiente, resultando muitas vezes em danos irreversíveis, pois com o crescimento populacional e industrial, o consumo e demanda por recursos naturais tem atingidos níveis cada vez mais críticos e devido ao alto índice de exploração, o planeta tem respondido de maneira agressiva através de mudanças climáticas drásticas ou desastres naturais. Dessa forma, o homem contribui para o desencadeamento de uma série de eventos que colocam não só a sua vida em risco mas também a do planeta. (REIGOTA, 2006)

A industrialização, globalização, mundo capitalista, consumo desenfreado, crescimento populacional descontrolado, países em subdesenvolvimento e comunidades sem estruturas adequada onde faltam todas as alternativas

[1] Licenciado em Ciências Biológicas e Pós Graduando em Coordenação e Supervisão Escolar pelo Instituto Souza

para construir uma vida saudável e sustentável em convívio mútuo com a natureza são alguns dos fatores que contribuem para a crise ambiental. (DIAS, 2010)

Nesse contexto é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza. Para isso, a ação educativa deve levá-lo a se questionar sobre si e a realidade social e ambiental em que se encontra, fazendo com que descubra ser capaz de transformar.

‘’A degradação ambiental é o produto do analfabetismo ambiental acoplado ao egoísmo e à ganância, regada a imediatismo e materialismo e emoldurada pela ignorância’’ (DIAS, 2010).

Mas, ainda é possível reverter esse quadro clínico através da educação ambiental (EA) e sustentabilidade desde que todas as escalas da sociedade atuem em conjunto. Pois, a EA surge como ferramenta de orientação para tomada de consciência dos indivíduos frente aos problemas ambientais e é exatamente por isso que sua prática é importante pois soluciona grande parte desses problemas.

> ‘’ A Educação Ambiental (EA) tem sido vista como ferramenta capaz de contribuir para alterar esse quadro destacando-se por ser um processo de formação social orientado para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental.’’ (REIGOTA, 2006, p.36)

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225, §1º, VI estabelece a obrigação do Poder Público de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. E embora há várias décadas já se discuta a questão da degradação ambiental e sua relação com a educação ambiental (EA), está última se tornou lei no Brasil somente em 27 de Abril de 1999, com a promulgação da Lei Nº 9.795 – que dispõe sobre a EA e institui Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no país, foi ai que o Brasil se tornou o primeiro país da América Latina a ter uma política nacional voltada para a EA.

Neste sentido, o presente trabalho visa aplicar e acompanhar o desenvolvimento de seis projetos socioambientais com os alunos do ensino fundamental II e do ensino médio das escolas da rede pública de ensino Raquel de Castro Ferreira e Domingos de Souza do município de Guarujá SP no ano letivo de 2019.

A proposta do projeto é desenvolver nos estudantes e educandos dos colégios Raquel de Castro Ferreira e Domingos de Souza do município de Guarujá – São Paulo, a consciência dos problemas ambientais existentes em nosso município e estimulá-los a tentar buscar soluções para enfrentar essas situações. Segundo (GADOTTI, 2000) ‘’O simples fato de o ser humano aprender a economizar, reciclar, compartilhar, preservar e aceitar diferenças pode representar a revolução no sistema socioambiental.’’

S.O.S RIO SANTO AMARO

O Rio Santo Amaro é um dos mais importantes rios do município de Guarujá, tem uma extensão de aproximadamente 4,75 km, sua

localização é muito próxima da zona urbana e industrial, sua voz é quase totalmente ocupada pelas instalações do Iate Clube de Santos e na sua margem esquerda existem empresas ligadas a pesca e manutenções de embarcações. (MOTA, 2002)

Esse rio nasce no centro da ilha harmônima, formando diversos meandros no seu curso Noroeste-Sudoeste desaguando em muitos pontos do Estuário. (RONCATTI, 2013)

O autor ainda destaca que o Santo Amaro tem sido sufocado pelo crescimento urbano de Guarujá, tem sofrido estreitamento do seu leito, bifurcação, descaracterização ecológica e poluição química, que conseguiu destruir toda fauna presente nos dois primeiros quilômetros do rio, partindo-se do estuário. Hoje, é difícil percorrê-lo em uma mesma embarcação, pois sua largura muda constantemente, variando conforme a expansão urbana. Ele possui duas nascentes uma doce e outra salgada.

Entre Janeiro e Dezembro de 2012 a ONG que trabalha com o projeto S.O.S Mata Atlântica analisou as águas de 30 rios de 9 estados brasileiros, dentre eles estava o rio Santo Amaro que apresentou a qualidade de sua água classificada como regular. Conforme Roncatti (2013) '' Essa iniciativa teve o papel de provocar uma reflexão sobre a importância do cuidado com a água nas cidades brasileiras e mostrar como as ações cotidianas podem impactar a qualidade da água que bebemos.''

> '' Santo Amaro já foi um rio importante, por onde entravam as expedições dos colonizadores para conhecerem o interior da ilha. Foi um dos pontos-bases de abastecimento da área e o remanso formado por sua embocadura, no estuário, servia para guardar, com segurança, embarcações de médio porte. Nada disso, entretanto, garantiu ao velho Rio Santo Amaro, o mais característico curso de água de Guarujá, a respeitabilidade exigida. E hoje, cinco séculos após o início da colonização, ainda tendo importância econômica para a área, o Santo Amaro é um rio agonizante.'' (MOTA, 2002, p.13)

IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA DO SANTO AMARO

Roncatti (2013) entende que o rio apresenta como um de seus braços o estuário de Santos, então quando a maré sobe, a água salgada avança alguns quilômetros e quando baixa ocorre o processo contrário. Esse mecanismo fez com que o rio se tornasse um criadouro natural de várias espécies marinhas que preferem depositar os seus ovos nesse ''braço'' do rio, em vista da baixa comunidade de predadores garantido dessa forma a perpetuação da espécie com um índice maior de descendentes sobreviventes. Além disso, o Santo Amaro também funciona como abrigo para diversas espécies animais, oferece recursos naturais para a flora e fauna local, é fundamental no ciclo das águas e atua como um grande ecossistema auxiliando a engrenagem de cadeias e teias alimentares de espécies da região.

> '' O rio é o componente mais importante do ciclo hidrológico. Exerce um efeito pronunciado sobre a ecologia da superfície da terra e sobre o desenvolvimento econômico humano. É a vazão do rio que é mais amplamente distribuída sobre a superfície da terra e

> fornece o maior volume de água para consumo no mundo.'' (SHIKLOMANOV, 1998, p. 6)

2.3. IMPORTÂNCIA ECÔNOMICA DO SANTO AMARO:

Nesse tópico serão listados os fatores econômicos que resultam na relevância direta e indiretamente desse afluente.

FONTE DE ÁGUA

Motta (2002) afirma que a água corresponde a 70% da composição do corpo humano, sendo o principal componente da saliva, do suor, das lágrimas, do sangue. Ela é parte essencial dos fluidos dos sistemas digestivo, respiratório, circulatório, nervoso, muscular, urinário, reprodutor e ósseo. Auxilia, por exemplo: o transporte de oxigênio e alimentos, o controle da pressão sanguínea e da temperatura do corpo, a eliminação de substâncias tóxicas, a lubrificação dos olhos, das narinas, das juntas e da pele, além de ajudar a absorver impactos e proteger os órgãos, dentre outras funções.

Sendo que, o Santo Amaro é uma fonte disponível de água potável para a população de Guarujá e região.

Segundo Arthurton et al (2007, p.116) '' A disponibilidade e uso de água potável, assim como a conservação de recursos hídricos, são chave para o bem-estar humano.''

IRRIGAÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA

Para Arthurton et al (2007, p.20) O Santo Amaro apresenta potencial de irrigação em terras que possuem atividades agrícolas, sustentando dessa forma a vegetação natural. Um exemplo na história é o rio Nilo. Localizado em uma região desértica do continente africano, foi graças a ele que se pôde irrigar as terras para a agricultura no Egito Antigo. Após as cheias do rio, as terras das margens ficavam forradas de húmus, um lodo fértil.

LAZER

Os rios têm se prestado também ao lazer de muitas pessoas, possibilitando atividades como: nadar, pescar, velejar, dentre outras. Estas atividades também dependem da qualidade das águas dos rios. (MOTA, 2002).

PSICULTURA

Roncatti (2013) entende que a piscicultura, ou seja, o cultivo de peixes é uma das atividades econômicas propiciadas pelos rios.

No rio Parnaíba, por exemplo, que se localiza na região Nordeste do Brasil, entre os estados do Ceará, Maranhão e Piauí, a principal atividade econômica desenvolvida é a piscicultura.

Um dos fatores fundamentais para a piscicultura é a qualidade das águas, que necessita estar em uma condição adequada para a manutenção da vida saudável dos peixes e em equilíbrio dinâmico com o ecossistema.

Entre outras atividades econômicas que o Santo Amaro pode ofertar para a população.

IMPACTOS AMBIENTAIS SOFRIDOS PELO SANTO AMARO

Os ecossistemas aquáticos têm sido frequentemente alterados de maneira significativa pelo uso inadequado do solo, podendo provocar a redução na qualidade da água para o consumo humano e integridade biológica (Machado e Klein, 2003; Tundisi, 2003; Pedreira et al., 2009)

Na área, a pesca deixou de ser, há muito tempo, uma atividade frequente. Os poucos peixes que sobrevivem na bacia hidrográfica não servem para o consumo, tal o grau de contaminação por produtos químicos diversos, desde óleos combustíveis, até metais líquidos pesados provindos de atividades industriais.

O corpo de bombeiros do município fica próximo à área do leito do rio, porém, os treinamentos para salva-vidas que eram feitos dentro do Santo Amaro foram cessados. Pois a água se encontra altamente contaminada em certos pontos.

No segundo km do rio, os problemas de saneamento básico como esgoto e lixo passam a afetar drasticamente o Amaro, reduzindo dessa forma o nível de oxigênio presente na água e afetando a diversidade da fauna e flora presente naquele local. Como se não bastasse, a 100 metros um trecho de mangue foi utilizado durante cerca de um ano como depósito de lixo da prefeitura.

AÇÕES EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS EM PROL DO SANTO AMARO:

O projeto visa desenvolver uma série de atividades para ressaltar aos estudantes a importância ecológica, social, econômica do rio conscientizando-os a estabelecerem uma relação simbiôntica de protoocoperação com a bacia hidrográfica, além de estimula-los a replicarem todo o conhecimento adquirido ao longo das práticas desenvolvidas, segue abaixo a lista de exercícios que serão praticadas em ordem cronológica:

2.5.1 – Palestras Socioambientais;
2.5.2 – Aulas interdisciplinares sobre o tema;
2.5.3 – Produção de mural ecológico para ser exposto na escola;
2.5.4 – Caminhada ecológica em prol do rio;
2.5.5 – Aplicação de atividades conscientizadoras;

CRONOGRAMA:

Atividades	Ago/Set	Out/Nov	Dezembro	Jan/Fev
Introdução				
Desenvolvimento do projeto				
Aplicação das atividades				
Análise dos Resultados				
Conclusão do Trabalho				

MATERIAIS E MÉTODOS:

Para início da aplicação do projeto de campo foi desenvolvida a atividade ‘’Plante Uma Árvore’’.

O intuito desse exercício é revelar aos estudantes através de palestras e oficinas a importância das árvores e florestas, como: Elevar a permeabilidade do solo, reter água da chuva, evitar erosões e enchentes, controlar a temperatura e microclima, mitigar ruídos, ventos e luminosidade do sol, diminuir a poluição do ar, proporcionar bem-estar ecológico, manter mais de 50% da biodiversidade, fornecer matéria prima para produção de chás, além de frutas, madeira, látex, resina e pigmentos. Para que cada vez mais árvores sejam preservadas, várias cidades brasileiras possuem uma política ambiental específica para revitalizar espaços públicos. Na capital paulista, o projeto "Distribuição de Mudas Permanentes", organizado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, atua em todas as regiões da grande São Paulo.

Os parques da zona leste, oeste, norte e sul da capital distribuem, diariamente, mudas de árvores e outras plantas herbáceas. Cada cidadão tem o direito a 10 mudas de árvore e cinco plantas por ano. Para adquirir uma delas é preciso se dirigir aos parques com documento de identificação e comprovante de endereço.

As mudas escolhidas para plantio na zona urbana de Guarujá serão: *tabebuia alba (Vahl), Tabebuia roseoalba (Ridl.) Tabebuia impetiginosa (Mart. Ex DC.),* que são respectivamente conhecidas popularmente: Ipê amarelo, Ipê rosa, e Ipê roxo. Que além de serem nativas da Mata Atlântica, possuem um potencial paisagístico enorme devido a beleza das suas flores na época de florescência. O local de plantio deverá ser escolhido pela Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura municipal com apoio dos professores das duas escolas da rede pública de Guarujá. O projeto disponibilizará 99 mudas dessas três espécies, que depois de plantadas contará com a supervisão da prefeitura e das comunidades locais para garantir o desenvolvimento sadio das arbóreas utilizadas.

"Se você está pensando um ano a frente, semeie uma semente. Se você está pensando dez anos à frente, plante uma árvore. " (Provérbio chinês, 500 ac).

O sucesso de um plano de arborização ocorre quando há o envolvimento do setor público, escola e comunidade local. E com a criação de normas que estimule a arborização de maneira eficiente; a criação de programas de educação ambiental que promova o convívio harmônico da população com as árvores. '' O homem toma conhecimento da sua própria personalidade quando procura unir-se o possível a natureza''. (Chardin, 2002. p. 107)



Figura 1: Ipê



Figura 2: Ipê



Figura 3: Ipê

Logo em seguida, foi desenvolvida uma atividade com o intuito de provocar aprendizado individual e coletivo e estimular o pensamento crítico das crianças por meio de brincadeiras e brinquedos que estimulem a oralidade de cada criança e com isso, aumentando o seu vocabulário. Segundo Souza de Vargas (2002) "O brinquedo é peça fundamental no quebra-cabeça do desenvolvimento infantil, sendo muito difícil excluí-lo deste processo. Em situações de brincadeira, a criança constrói a consciência de realidade, possibilitando um maior entendimento das relações e fatos sociais reais."

Atividades lúdicas e divertidas são ideais para despertar o interesse da criança sobre a importância da preservação do planeta. Uma boa opção são os trabalhos com reciclagem, que possibilitam a elas descobrirem, através de suas potencialidades criadoras, as possibilidades de reaproveitamento da matéria-prima e os efeitos positivos deste tipo de ação para o meio ambiente.

Construir brinquedos utilizando sucata é uma maneira simples e atrativa de mostrar às crianças que materiais que costumam ter como destino o lixo, podem se tornar objetos úteis e interessantes. Além de desenvolver a criatividade, este tipo de atividade contribui para a percepção de valores importantes sobre a preservação ambiental e são fundamentais na formação de cidadãos ecologicamente conscientes e responsáveis.

Todo brinquedo confeccionado com material reciclável tende a despertar nas crianças novos interesses, desenvolve grandiosamente a criatividade, mostrando as possibilidades de transformar objetos e também a destreza manual na confecção dos brinquedos. Pode ser em grupo, ensinando a interação social e a dividir o espaço.

Agora imaginemos todo esse aprendizado, junto com conscientização de meio ambiente, já que nos dias de hoje se fala tanto em qualidade de vida, sustentabilidade.

Essa atividade será restrita as séries iniciais do ensino fundamental II, sendo desenvolvida com os alunos dos 6º e 7º através de oficinas artesanais de educação ambiental.

Por fim, foi realizada uma caminhada ecológica nas margens do rio Santo Amaro a fim de conscientizar a comunidade local acerca da relevância desse corpo hídrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas socioambientais enfrentados pela humanidade são frutos de um uso inadequado dos recursos naturais do planeta. O fato de o homem ainda não ter a consciência de que ele é parte do meio ambiente nos distancia cada vez mais de uma solução para a crise ambiental.

É necessário que haja mudanças no modo de pensar das pessoas e essa mudança deve ser o foco do trabalho da educação ambiental. Nenhum indivíduo é passível de mudança se não houver um fator externo que o motive.

Desta forma cabe ao educador trabalhar assuntos que façam parte da realidade dos alunos.

A compreensão de um problema ambiental significativo proporciona ao aluno a formação de opiniões que podem despertar o desejo de agir em prol de soluções para a situação vivenciada. É dessa formação de opinião e do desejo de atuar e, dessa forma, concretizar ações a favor de uma causa coletiva que o indivíduo passa a exercer sua cidadania.
Em cima disso o trabalho apresenta a função de conscientizar estudantes e professores sobre a importância de se manter um relacionamento estável e equilibrado com a natureza, e para isso, o tema educação ambientais será trabalhado de maneira lúdica (apalpável) utilizando o cotidiano do público alvo para inserir essa prática na vida deles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARTESANATO COM PET. **Ideias para fazer brinquedos reciclados para as crianças**. revistaartesanato.com.br. Disponível em: <http://www.revistaartesanato.com.br/ideias-para-fazer-brinquedos-reciclados-para-as-criancas/> Acesso em: 22 dez 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.html>. Acesso em: 23 dez. 2018.

CARVALHO, I. CRISTINA M. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental/ conceitos para se fazer 38 educação ambiental**. Brasília, DF: IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas, 1998. 102 p.

CORADI, P. C.; FIA R.; PEREIRA-RAMIREZ, O. **Avaliação da qualidade da água superficial dos cursos de água do município de Pelotas-RS, Brasil**. Revista Ambiente & Água, v. 4, n. 2, p. 46-56, 2009. Disponível em: <http:/www.dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.86> Acesso em: 10 dez 2018.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**. Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós Graduação em "Latu Sensu" Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007.

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000.

FRITJOF, C. **Alfabetização ecológica: o desafio para o século 21**. In: TRIGUEIRO,A. (Coord.) Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Ed. Papirus, Campinas, SP, 2003. Col. Magistério formação e trabalho pedagógico, 107 p.

LEONARDI, M. L. A. **A Educação Ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual**. In: CAVALCANTI, C. (ORG.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 391 – 400.

LORENZI. **Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil.**Instituto Plantarum de Estudos da Flora, São Paulo, 2014.

MARUN. **Desassoreamento do rio Santo Amaro está prestes a sair do papel**. Diariodolitoral.com.br. Disponível em: <http://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/desassoreamento-do-rio-santo-amaro-esta-prestes-a-sair-do-papel/50913/> Acesso em: 22 dez. 2018.

MENDONÇA, P.R. **A Educação Ambiental como política educacional: reflexões sobre o desafio desta nova institucionalidade**. In: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A.F.S. (Orgs.). Pesquisa em Educação Ambiental. Pensamentos e reflexões. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2004, p. 215-228.

MENDONÇA, P. **Educação ambiental como política pública: avaliação dos parâmetros em ação meio ambiente na escola**. 2004. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável.

PENSAMENTO VERDE. **A importância dos trabalhos com reciclagem na educação infantil**. Pensamentoverde.com.br. Disponível em <http://www.pensamentoverde.com.br/atitude/a-importancia-dos-trabalhos-com-reciclagem-na-educacao-infantil/> Acesso em: 22 dez de 2018.

PMF/SME. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Divisão de Educação Fundamental. Proposta para educação ambiental nas escolas municipais de Florianópolis: construindo um caminho para a participação consciente e responsável** – Florianópolis: PRELO, 2004. 48 p.

SERRANO, C. M. L. **Educação ambiental e consumismo em unidades de ensino fundamental de Viçosa-MG**. Dissertação (mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa: UFV, 2003. 91p. Disponível em: <http://www.ipef.br/servicos/teses/arquivos/serrano,cml.pdf.> Acesso em: 18 Dez 2018.

SOUZA, G. P. O. de; LIMA, A. A. O.; FLUMINHAN JR., **A. Educação ambiental em museus e acervos de ciências naturais**. Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 11, p. 232-246, 2015.

ST. CLAIR, R. Words for the world: **Creating critical environmental literacy for adults**. New Directory of Adult and Continuing Education, n. 99, 2003.

TRISTÃO, M. **Espaços/tempos de formação em Educação Ambiental**. In: GUERRA, A. Educação ambiental e formação crítica: fundamentos e desafios. Itajaí: UNIVALI, Maria do Cais, 2007 (no prelo).

ZUCCHI, O. J. **Educação Ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais: Um estudo de caso das concepções e práticas dos professores do ensino fundamental e médio em Toledo-Paraná. Florianópolis**, 2002. 139f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

PREVENÇÃO CONTRA DOENÇAS OCUPACIONAIS REALIZADAS PELO ENFERMEIRO

Ignácio, Ione Cavalcante[2]

RESUMO

As doenças desenvolvidas devido às atividades laborais têm aumentado de forma significativa no Brasil nos últimos anos. Com isto, muitas empresas têm realizado ações de prevenção para minimizar o surgimento destas nos seus colaboradores, com o apoio do (a) enfermeiro (a) do trabalho. Este estudo tem por objetivo descrever as ações do enfermeiro do trabalho na prevenção de doenças ocupacionais nas instituições. O estudo trata-se de uma revisão de literatura com o intuito de descrever as ações do enfermeiro do trabalho na prevenção de doenças ocupacionais nas instituições. Conclusão: Conclui-se que as empresas brasileiras devem investir cada vez mais no que tange a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, tendo o profissional enfermeiro, como um grande estimulador frente aos outros colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE: Doença ocupacional. Prevenção. Enfermeiro.

INTRODUÇÃO

As doenças desenvolvidas devido às atividades laborais têm aumentado de forma significativa no Brasil nos últimos anos. Com isto, muitas empresas têm realizado ações de prevenção para minimizar o surgimento destas nos seus colaboradores, com o apoio do (a) enfermeiro (a) do trabalho na visão de Castro, Sousa e Santos (2010).

O enfermeiro que atua dentro das empresas tem por objetivo prestar atendimento e zelar pelo bem-estar e saúde do trabalhador, visando qualidade de vida no trabalho nos aspectos social, físico e mental. Segundo Castro, Sousa e Santos (2010), algumas intercorrências e patologias têm como ser evitadas através de ações de prevenção.

Os acidentes de trabalho assim como afastamentos em decorrência do tipo de função que exerce podem ser evitados através de um levantamento das condições de trabalho junto aos colaboradores e análise no que tange às falhas das empresas em relação à segurança do trabalhador e de sua saúde conforme Almeida e colaboradores (2012).

O enfermeiro do trabalho após este levantamento e análise concluídos tem que realizar uma sistematização da assistência de enfermagem visando melhorar as condições de trabalho, pois dependendo das atividades que certas empresas executam, os riscos são diversos, tais como: químicos, biológicos, físicos na concepção de Castro, Sousa e Santos (2010).

[2] Enfermeira. Pós-graduanda em Enfermagem do Trabalho pelo Instituto Souza. Email: <ione.cavalcante@hotmail.com>.

Através desta premissa este estudo tem por objetivo descrever as ações do enfermeiro do trabalho na prevenção de doenças ocupacionais nas instituições. O estudo trata-se de uma revisão de literatura. Para o embasamento teórico foram utilizados artigos científicos no período de 2008 a 2018, publicados em sites como *Scielo, Lilacs e Bireme*, salvo manuais, leis e livros publicados anteriormente a este período.

DOENÇAS OCUPACIONAIS

Nos dias atuais, toda empresa tem certo número de colaboradores. Colaborador significa aquele que ajuda, ou seja, que coopera e que faz parte da empresa. O termo colaborador é uma forma de estimular a autoestima do trabalhador, tornando-o parte fundamental para o desenvolvimento da empresa (PORTE, 2013).

Na visão de Porte (2013), para melhorar esta relação empregador-empregado, as empresas têm por obrigação respeitar os direitos dos seus colaboradores e proporcionar um ambiente de trabalho seguro, de acordo com a legislação trabalhista brasileira adotando algumas medidas, a fim de prevenir e evitar agravos à saúde do trabalhador.

Dentre as medidas a serem adotadas pelas empresas estão a higiene e segurança no trabalho, ou seja, normas que auxiliam a eliminar riscos que possam vir a desencadear acidentes de trabalho e doenças ocupacionais provenientes as atividades laborais (PORTE, 2013).

O Programa de Higiene e Segurança do Trabalho também realiza o controle de horas extras, identifica se o colaborador está ficando exposto a substâncias tóxicas, como solventes, metálicos, pesticidas, sílica, chumbo, fungicidas, etc., em um período muito extenso e como esta exposição pode afetar sua saúde, entre outras coisas que pode desenvolver doenças ocupacionais (SANTOS; BRASILEIRO, 2013).

> As doenças ocupacionais e as doenças profissionais são ocasionadas ou agravadas pela exposição a ambientes que ofereçam riscos à saúde física, mental ou social, ceifando a vida de trabalhadores, deixando-os incapacitados de trabalhar, tornando-os totalmente ou parcialmente improdutivos (PORTE, 2013, p. 13).

Estes componentes de substâncias tóxicas acima citadas podem desenvolver doenças respiratórias (asma alérgica, alveolite alérgica extrínseca, câncer de pulmão, pneumoconiose), em caso do trabalhador desempenhar suas atividades laborais sem os equipamentos de proteção individual (EPI's) e exposição excessiva a estas substâncias de acordo com Lido e colaboradores (2008).

Além disso, as doenças de pele como eczemas de contato, queimaduras, dermatite, carcinoma epidermóide podem surgir também em consequência da exposição ao calor e exposição a substâncias tóxicas. Outras doenças ocupacionais que são desenvolvidas no trabalhador são as cãibras; a desidratação; hipotermia; edema do calor, provocados pelo excesso de calor (FONSECA, 2014).

Outras doenças estão relacionadas ao trabalho como as osteomusculares (LER/DORT), contudo podem ser minimizadas e/ou evitadas, através da

implantação da medicina do trabalho segundo Lino e colaboradores (2012).

ENFERMEIRO DO TRABALHO

As empresas de hoje em dia estão passando por inúmeros processos de mudanças. Há muitos anos, o governo brasileiro criou as normas regulamentadoras de trabalho, com o intuito de garantir qualidade de vida do trabalhador. Sendo assim, as empresas e indústrias tiveram que reformular suas condutas de trabalho, a fim de que seus colaboradores trabalhem conforme as leis que regem os direitos dos trabalhadores conforme Lino e colaboradores (2012).

Contudo, os primeiros relatos relacionados à preocupação com a saúde do trabalhador aparecem no século XVIII. No ano de 1700, um médico italiano chamado Bernardino Ramazzini publicou um livro sobre as doenças que atingiam os trabalhadores, dando origem a medicina do trabalho (VASCONCELOS; GAZE, 2009).

Marziane e colaboradores (2010) afirmam que a partir da II Guerra Mundial, a relação de trabalho mudou assim como, as formas de produção originando a saúde ocupacional relacionada às atividades exercidas no trabalho e como elas afetam a saúde do trabalhador, porém, somente no fim do século XX que os trabalhadores tiveram o conhecimento sobre as discussões no que tange ao processo saúde-doença no trabalho.

No Brasil, a saúde do trabalhador passou a ter ênfase no ano de 1920 através de Carlos Chagas, que através da Portaria 3237/72 criou o SESMET (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho). Com o tempo, este assunto passou a ter importância entre os trabalhadores, conforme Lino e colaboradores (2012).

A Constituição Federal Brasileira fornece aos trabalhadores direitos sociais e fundamentais garantindo-lhes saúde física e mental, de acordo com o artigo 7º, onde assegura os direitos sociais. Conforme a mesma, todo empregador tem que fornecer condições seguras de trabalho, a começar pela solicitação de exames antes da admissão do trabalhador assim como exames demissionais, com o intuito de averiguar se o trabalhador apresenta alguma patologia em decorrência de suas atividades laborais (BRASIL, 1988).

Dependendo do número de funcionários em uma empresa, esta necessita contratar um enfermeiro do trabalho para prestar assistência de enfermagem aos seus colaboradores concomitante ao médico e o técnico do trabalho. O mesmo tem preservar a saúde do trabalhador contra qualquer risco ocupacional, além de ofertar atendimento em caso de acidentes no ambiente de trabalho segundo Castro, Sousa e Santos (2010).

Bulhões (1986) citado por Alexandrino e Coutinho (2013, p. 5) afirma que:

> [...] a enfermagem do trabalho é uma especialidade destinada ao cuidado daquele que trabalha, portanto, preocupa-se com trabalhadores. Sua atenção volta-se para os trabalhadores de

> todas as categorias e de todos os setores de ocupação, onde quer que se encontrem.

Com esta afirmativa, Alexandrino e Coutinho (2013) acreditam que o papel dos profissionais de enfermagem, a começar pelo enfermeiro é de extrema importância para o controle da saúde do trabalhador dentro das empresas, principalmente na detecção de problemas ocasionados por doenças ocupacionais.

O enfermeiro do trabalho deve ser um apoiador dentro de uma empresa seja ela privada ou pública, no sentido de identificar as deficiências da instituição no que tange a segurança e saúde do colaborador, independentemente de seu cargo e função (ALEXANDRINO; COUTINHO, 2013).

A especialização do enfermeiro do trabalho aconteceu em decorrência da Revolução Industrial, pois segundo Malagutti e Miranda (2010), certos países como Alemanha, França perceberam que seus trabalhadores apresentavam alguns problemas de saúde. Com isto, em 1830 iniciou-se o serviço de saúde ocupacional na Inglaterra. Atualmente no Brasil, grandes empresas contêm este tipo de trabalho em seu ambiente laboral.

O enfermeiro do trabalho direciona suas atividades quanto à segurança e preservação da saúde dos colaboradores da empresa a qual o mesmo encontra-se inserido. Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (BRASIL, 2009), o Enfermeiro do Trabalho tem que estudar e identificar as condições de segurança, insalubridade e periculosidade da empresa, em todos os ambientes laborais.

Na concepção de Alexandrino e Coutinho (2013), após a realização desta análise, o mesmo deve discutir sobre as possíveis melhorias a serem implantadas pela empresa. O enfermeiro também realiza o levantamento das doenças profissionais que mais acometem os trabalhadores e que são responsáveis pelos afastamentos médicos.

De acordo com as Normas Regulamentadoras das leis brasileiras, as doenças ocupacionais são provocadas por riscos físicos, químicos e biológicos. O enfermeiro tem que articular-se com a gestão da empresa no que concerne sobre a importância das medidas de proteção dentro de cada ambiente de trabalho (BRASIL, 2009).

Os gestores têm que ter o conhecimento, de que tais medidas favorecem o bom desempenho do funcionário; diminui o índice de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, que geralmente são responsáveis pelo afastamento temporário ou até mesmo permanente do colaborador (ALEXANDRINO; COUTINHO, 2013).

Desenvolver este tipo de trabalho não é uma das tarefas mais fáceis para um enfermeiro, visto que além de mostrar os pontos falhos de uma empresa para um gestor em relação à segurança e saúde do trabalhador, o enfermeiro também enfrenta outra realidade. Esta realidade consiste na mudança de conduta dos trabalhadores. Muitos trabalhadores têm dificuldades em adaptar-se a novos padrões exigidos pelas empresas e pela medicina do trabalho (RIBEIRO, 2012).

No conceito de Andrade (2011), convencer um trabalhador a utilizar equipamentos de segurança é uma tarefa árdua e contínua, pois muitos trabalhadores apresentam resistência quanto a isso, mesmo sabendo que diversos acidentes de trabalho podem ser evitados, com o uso correto destes equipamentos.

Faz-se necessária a implantação de uma educação permanente dentro das empresas independentemente de sua área de atuação, visto a importância de transmitir aos colaboradores a necessidade deles em seguirem no que tange as normas de segurança e qualidade de vida no trabalho (RIBEIRO, 2012).

A educação permanente tem por objetivo inserir o trabalhador como parte integrante do processo de trabalho. Não serve apenas para melhorar o desempenho profissional, mas também para mostrar que tal desempenho pode ser afetado ao ser realizado de qualquer maneira e que a falta de segurança pode acarretar problemas futuros (ANDRADE, 2011).

Segundo Andrade (2011), ao oferecer um curso de aperfeiçoamento quanto as normas de atualização relacionado à área da saúde para seu colaborador, a instituição de saúde proporciona a este novas habilidade, novos conhecimentos e novas formas de aprimorar seu trabalho. Motivar os trabalhadores a participarem de um treinamento requer muito diplomacia e persuasão por parte do enfermeiro do trabalho.

O trabalho deste profissional consiste em proporcionar ações de prevenção tanto quanto ao surgimento de doenças ocupacionais desencadeadas pelo trabalho, como os acidentes de trabalho, que acontecem por desconhecimento das normas de segurança por parte de colaboradores e empregadores quanto por atos inseguros realizados pelos próprios trabalhadores (MAGALHÃES, 2009).

Durante os treinamentos, o enfermeiro tem a oportunidade de incentivar o colaborador a questionar sobre as condições de trabalho e sugerir mudanças quanto a forma de realizar o mesmo serviço de maneira mais efetiva e que não cause danos à sua saúde e de seus colegas de trabalho (RIBEIRO, 2012).

Contudo, o enfermeiro do trabalho depara-se com a falta de estrutura de algumas empresas e instituições; profissionais que não querem participar dos treinamentos por acharem desnecessários; ausência de um local apropriado para a realização dos treinamentos; ausência de motivação por parte de gestores e colaboradores em buscar conhecimento (MAGALHÃES, 2009).

A falta de conhecimento sobre normas de segurança e prevenção quanto ao ambiente de trabalho são itens essenciais para o surgimento das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. Visando melhorar esta forma de pensar de alguns colaboradores e gestores de algumas empresas brasileiras, faz-se a importância da função do enfermeiro do trabalho, pois, este profissional encontra-se apto para lidar com estas questões (MAGALHÃES, 2009).

> A educação do trabalhador é vista como um dos principais instrumentos para a redução das doenças ocupacionais. Diversas

> empresas vêm investindo pesadamente em diferentes formas de treinamento a fim de evitarem gastos com afastamentos e processos judiciais. A busca pela qualidade de vida no ambiente de trabalho também passa pela educação (SANTOS; BRASILEIRO, 2013, p. 3).

Existem várias formas de prevenção dentro de um ambiente de trabalho. Na concepção de Ribeiro (2012), o enfermeiro deve planejar de que forma estimulará os colaboradores a participarem de seus treinamentos, buscando alternativas para tornar o estudo em uma situação prazerosa e não maçante e cansativa, onde possa haver a participação de todos os envolvidos. Desta maneira, ele tem condições de trabalhar efetivamente no processo de prevenção contra doenças ocupacionais decorrentes do trabalho e concomitante com a equipe multidisciplinar ofertar uma qualidade de vida para o trabalhador.

PREVENÇÃO CONTRA DOENÇAS OCUPACIONAIS REALIZADAS PELO ENFERMEIRO

O enfermeiro para realizar um trabalho eficaz quanto à prevenção a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais em uma empresa deve:
Conhecer a atividade econômica da empresa;
Conhecer as atividades desenvolvidas por cada trabalhador;
Identificar as condições de trabalho de cada ambiente da empresa;
Identificar e avaliar os tipos de riscos de cada função exercida pelos trabalhadores;
Orientar os funcionários sobre os tipos de riscos encontrados em seu ambiente de trabalho;
Orientar os funcionários quanto à importância do uso dos equipamentos de proteção individual;
Avaliar o perfil de saúde de cada funcionário conforme o trabalho que exerce;
Ofertar treinamentos de primeiros socorros;
Adotar medidas quanto à vigilância à saúde dos trabalhadores;
Realizar ações educativas sobre doenças e outros agravos decorrentes do trabalho;
Implantar programas de prevenção segundo as Normas Regulamentadoras (NR) previstas pelas leis brasileiras (SANTOS; BRASILEIRO, 2013).

METODOLOGIA

Este estudo apresenta-se como uma revisão de literatura no que tange a descrever as ações do enfermeiro do trabalho na prevenção de doenças ocupacionais nas instituições.
Lakatos e Marconi (2010) defendem a ideia de que a revisão de literatura auxilia o pesquisador a compreender o assunto proposto e a fazer uma análise ampla sobre o tema escolhido.
Para o embasamento teórico deste estudo realizou-se por artigos científicos publicados através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), assim como em sites como *SciELo* e *Bireme.* Os artigos escolhidos foram

publicados no idioma português, no período de 2008 a 2018, salvo as publicações editadas em livros em anos anteriores ao período escolhido. Tendo como palavras-chaves: doença ocupacional, prevenção, enfermeiro.

RESULTADOS

A literatura mostrou que as doenças ocupacionais ainda perpetuam em algumas empresas no Brasil, apesar das normas regulamentadoras impostas pelo Ministério do Trabalho. Muitas empresas não apresentam o perfil de responsabilidade quanto a segurança e bem-estar do trabalhador (ALMEIDA et al, 2012).

Segundo Castro, Sousa e Santos (2010), as normas regulamentadoras foram criadas com o objetivo de proporcionar segurança aos trabalhadores, conforme a atividade de cada um. Com isto, as empresas devem adaptar-se as regras e realizar ações de prevenção quanto ao surgimento das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Para isto, na visão de Almeida e colaboradores (2012), a instalação de um serviço de medicina do trabalho, com uma equipe multidisciplinar de médico, enfermeiro e técnico em enfermagem é essencial para diagnosticar o perfil do colaborador e identificar as condições de trabalho que a empresa oferece.

Dentre os profissionais desta equipe, o enfermeiro é responsável por zelar pelo bem-estar dos funcionários, realizar palestras educativas que envolvam a segurança dentro do ambiente de trabalho, assim como, doenças que possam ser desenvolvidas em consequência da atividade laboral, concomitante com o técnico em enfermagem do trabalho e médico do trabalho de acordo com Castro, Sousa e Santos (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As doenças ocupacionais ainda são responsáveis por um grande índice de afastamentos por trabalho, assim como desencadeiam problemas de saúde que em alguns casos, impossibilitam o trabalhador de forma temporária e/ou permanente.

As empresas brasileiras, de acordo com a literatura estudada para o embasamento teórico deste estudo devem aprimorar cada vez mais na medicina preventiva. As ações devem ser elaboradas de acordo com o perfil dos colaboradores, e do tipo de serviço que exercem.

Conforme o número de funcionários, as empresas têm que contratar o profissional enfermeiro e técnico em enfermagem, com o intuito de introduzir ações como palestras sobre saúde do trabalhador aos colaboradores, assim como, assuntos mais diversos, entre eles primeiros socorros, saúde da mulher e do homem; tabagismo, álcool e drogas; depressão.

Cabe ao enfermeiro do trabalho incentivar e mostrar aos trabalhadores que as doenças ocupacionais podem ser evitadas, com medidas de prevenção tanto realizadas pela empresa como pelos colaboradores. O papel do enfermeiro é essencial na medicina do trabalho, visto que este é um profissional muito articulador e capaz de buscar alternativas no que tange a qualidade de vida dos trabalhadores em seu ambiente e trabalho.

Conclui-se que as empresas brasileiras devem investir cada vez mais no que tange a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, tendo o profissional enfermeiro, como um grande estimulador frente aos outros colaboradores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marlise Capa Verde de; et al. **Acidentes de trabalho: ações de prevenção da enfermagem no ambiente portuário**. 2011. Bento Gonçalves-RS.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição [da] República Federativa do Brasil**.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho.** 2009. Disponível em: <www.mte.gov.br/seg_sau/leg_normas_regulamentadoras.asp - 58k - >. Acesso dez. 2018.

CASTRO, Angélica Borges de Souza; SOUSA, Josie Teixeira Costa de; SANTOS, Anselmo Amaro dos. **Atribuições do enfermeiro do trabalho na prevenção de riscos ocupacionais.** 2010. 7 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Universidade Paulista, Santos, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica** - 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Bruna de Oliveira; LIMA, Joelma Aparecida. **O papel do enfermeiro do trabalho na orientação e prevenção de acidentes e doenças laborais**. 2009. Disponível em: <http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_producao_cientifica/arquivos/revista1/artigos/artigo09.pdf>. Acesso junho 2018.

LINO, M. M.; et al . Enfermagem do Trabalho à Luz da Visão Interdisciplinar. **Saúde Transform. Soc., Florianopolis , v. 3, n. 1**, p. 85-91, jan. 2012 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S21787085 2012000100014&lng=pt&nrm =iso>. Acesso junho 20118.

MAGALHÃES, A. M. M.; et al. Planejamento de recursos humanos de enfermagem: desafio para as lideranças. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.62, n.4,jul./ago., p.608-612, 2009.

MALAGUTTI, William e MIRANDA, Sônia M. R. C. **Os Caminhos da enfermagem:** de Florence à Globalização – São Paulo: Phorte, 2010.

MARZIALE, MHP. Atribuições e funções dos enfermeiros do trabalho no Brasil e nos Estados Unidos.**Rev. Latino-Am. Enfermagem, 2010**. Disponível em: <http:// www.scielo.br/pdf/rlae/v18n2/pt_07.pdf>. Acesso junho 2018.

PORTE, Camila Santos. **Doenças Ocupacionais e Profissionais.** 2013. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1011261355.pdf>. Acesso dez. 2018.

RIBEIRO, Maria Celeste Soares. **Enfermagem e Trabalho.** 2 ed. São Paulo: Martinari, 2012.
SANTOS, Naraline Alves; BRASILEIRO, Marislei Espíndula. O papel do enfermeiro do trabalho frente às doenças ocupacionais na construção civil. **Revista Eletrônica de Enfermagem do Centro de Estudos de Enfermagem e Nutrição [serial on-line]**. jan-jul 2(2) 1-15, 2013.

VASCONCELLOS, LCF; GAZE, R. **Integralidade e doenças dos trabalhadores - O método de Bernardino Ramazzini, 2009**. Disponível em: <http:// www.segurancaetrabalho.com.br/download/integral-fadel.pdf>. Acesso maio 2018.

ZIMMERMANN NETO, Carlos Frederico. **Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo:
Editora Saraiva, 2010.

JUS POSTULANDI: DEFICIÊNCIAS E REVELIA TÉCNICA

Ferreira, John Rhanyson Costa[3]

RESUMO
O artigo tem como função primordial abordar as deficiências causadas pelo instituto do jus postulandi na justiça do trabalho, tendo por objeto de estudo o próprio jus postulandi trabalhista brasileiro, utilizando a metodologia de exploração bibliográfica, analisando de forma breve a evolução histórica de tal instituto no Brasil da revolução industrial a era Vargas e o surgimento da CLT. No âmbito legislativo analisar a problemática da CLT frente o artigo 133 da Constituição federal de 1988 e o balizamento de tal conflito feito pela sumula 425 do Tribunal Superior do trabalho. E demonstrar o posicionamento doutrinário das duas principais correntes que falam acerca de tal assunto, mostrando seus principais fundamentos e pontos de divergência, para assim mostrar a que possui maior eficácia e aplicabilidade para sanar tal problemática no âmbito da justiça do trabalho brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Jus Postulandi. Deficiências. Evolução histórica. Súmula 425 do TST.

INTRODUÇÃO

O tema central do presente trabalho é o jus postulandi que é a "a capacidade postulatória, nas demandas envolvendo relação de emprego, é conferida também às próprias partes (SARAIVA, 2016, p. 160)[4]" e suas deficiências tratadas como armadilhas por Valentin Carrion[5] (2009, p. 605) "...é uma armadilha que o desconhecimento das leis lhe prepara..." frente o ordenamento jurídico e atual contexto de evolução trabalhista do século XXI, utilizando-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, averiguasse que o mesmo já não possui a eficácia e eficiência emergencial de acesso à justiça encontrado no contexto de sua criação durante a evolução industrial Brasileira.

Busca-se primeiramente enquadrar o sistema em análise em seu contexto de criação, passando primeiramente ao momento de crise trabalhista sofrido antes da existência de tal instituto e logo após seguir para a situação de contexto emergencial em que o país se encontrava, onde se procurava estruturar e consolidar os direitos dos trabalhadores.

Posteriormente faremos uma análise de tal instituto inserido na CLT e sua problemática em face da Constituição Federal de 1988 devido sua contradição com o artigo 133 da mesma, passando a seguir pela solução

[3] Bacharel em Direito, Pós-graduando no Curso de Direito do Trabalho pela Faculdade Souza. (email- :johnferreira.adv@outlook.com)

[4] Saraiva, Renato, Processo do trabalho / Renato Saraiva, Aryanna Manfredini. - 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: JusPODIVM, 2016, pag. 160

[5] CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

dada a tal conflito pela súmula balizadora 425 do Tribunal Superior do Trabalho, afim de minimizar os conflitos por anos gerados à cerca de tal instituto e sua não receptividade pela atual Constituição Federal.
Por fim, serão analisadas as duas principais correntes à cerca de instituto e a necessidade ou não de sua permanência em nosso sistema jurídico pátrio, além de analisar as principais argumentações de cada corrente para assim chegarmos a uma conclusão a cerda da eficiência e permanecia de tal instituto e de todos os impactos positivos e negativos por ele causado.

ENQUADRAMENTO HISTÓRIO PRÉ E PÓS CLT, NASCIMENTO DO JUS POSTULANDI

Ao falarmos sobre um assunto de suma importância histórica e jurídica como o instituto do jus postulandi não podemos ignorar sua criação no espaço e tempo jurídico brasileiro, pois primeiramente a criação de tal instituto vem para trazer luz num momento de trevas jurídicas trabalhistas pós República velha, onde até então não havia ocorrido a criação da CLT e o cenário de pós escravidão se contrastava com a analogia moderna a escravidão no regime industrial.
É necessário entendermos o cenário histórico do momento da criação do jus postulandi para só então entendermos se tal instituto se encontra anacrônico nos dias atuais, onde já possuímos um direito do trabalho mais maduro, uma constituição que protege de forma ampla o direito dos trabalhadores e uma vasta gama de jurisprudências protecionistas em favor do trabalhador.

FIM DA REPÚBLICA VELHA, E A GRANDE INFLUÊNCIA DA ESCRAVIDÃO SOBRE O TRABALHADOR INDUSTRIAL

No período de 1850 a 1930 durante a revolução industrial Europeia, grande parte dos trabalhadores que laboravam no setor industrial foram substituídos por maquinas, que fariam suas funções de forma mais rápida e com menor custo, em contra partida o cenário brasileiro era pós escravidão, o que causava grande escassez de mão de obra, e o brasil dava seus primeiros passos para a industrialização, e com isso necessitava de mão de obra barata e com qualificação e conhecimento de labor industrial como os imigrantes vindo da Europa**.**
Com a instalação das fábricas e a utilização da mão de obra assalariada, o Brasil que havia saído de um período de escravidão acabava que escravizando de forma assalariada o trabalhador das fabricas, onde os mesmos trabalhavam em péssimas condições como citado pelo Portal São Francisco[6]:

> "Igualmente penosas eram as condições de trabalho nas fábricas: antes de 1850, a jornada fabril era longa, em geral de 12 a 14 horas diárias. O ambiente das fábricas era sujo e perigoso. As máquinas eram desprotegidas e ocasionavam freqüentes acidentes

[6] n- Portal São Francisco. Etapas da industrialização. Disponível em : http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/etapas-da-industrializacao. Acesso em: 17 de jun. 2019.

> de trabalho, muitas vezes mutilando os trabalhadores. Por outro lado, havia um tremendo rigor em relação ao horário de trabalho e à permanência dos trabalhadores junto às máquinas. Ao lado disso, havia, na maior parte das fábricas, a preferência na contratação de mulheres e crianças, pois, além de protestarem menos quanto às condições de trabalho, pareciam conformadas em aceitar salários menores."

Com isso podemos ver as condições em que os trabalhadores das fabricas laboravam, algo que nos dias atuais os tornariam análogos a escravos, pois a carga horária era super exaustiva, os trabalhadores trabalhavam em condições degradantes e de total insalubridade, e seus salários eram irrisórios, mulheres e crianças trabalhavam da mesma forma sem o mínimo de diferenciação devido suas capacidades físicas mais frágeis.
Este era o quadro em que o Brasil se encontrava, onde a grande massa assalariada sofria com o regime trabalhista da época, onde o clamor social por defesa e proteção ecoava com um grito de socorro em busca de defesa, ao menos que mínima dos direitos trabalhistas e da dignidade da pessoa humana, onde a rotina de trabalho não deixava que o trabalhador utilizasse seu tempo para mais nada além de dormir e comer, tal época ocorria antes do começo da elaboração das leis protetivas para o trabalhador, que começaram a surgir algum tempo depois, dentro da terceira etapa da industrialização brasileira que será exposta logo a frente.

INICIO DA NORMATIZAÇÃO TRABALHISTA, ERA VARGAS E A CLT.

Após um longo período de trevas sobre os direitos dos trabalhadores que trabalhavam de forma quase escrava, começaram a surgir os primeiros institutos protetivos na ceara trabalhista, podemos observar a figura das Comissões Mistas de Conciliação, que como descrito pelo ilustre doutrinador Sergio Pinto Martins[7], atendiam apenas uma parcela dos trabalhadores, os sindicalizados:

> As Comissões Mistas de Conciliação foram instituídas pelo Decreto nº 21.364. de 4-5-32, com a função de dirimir os conflitos coletivos, principalmente os decorrentes de interpretação das questões relativas às convenções coletivas [...].
> Somente os empregados sindicalizados tinham acesso ás Juntas ou Comissões Mistas (art. l' do Decreto n' 22.132/32).

De certa maneira podemos ver o início do surgimento mesmo que de forma precária e limitada do trabalhador ter seus direitos conciliados frente seu empregador, porém tais comissões não possuíam poder de julgar e tão somente o de conciliar as partes, a partir desse momento começamos a observar o surgimento de novos dispositivos legislativos para auxiliar a proteção ao trabalhador, como um dos principais marcos a criação da Constituição Federal de 1934 que trazia em seu artigo 122

[7] Martins, Sergio Pinto Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros / Sergio Pinto Martins. - 32. ed. - São Paulo: Atlas, 2011. Pag. 13

parágrafo único o estabelecimento da Justiça do Trabalho, como competente para dirimir as questões entre empregados e empregadores**.**
Em 1º de maio 1941 a justiça do trabalho foi finalmente instalada, funcionando com 9 conselhos e 36 juntas.
Finalmente, 2 anos depois da instalação da justiça do trabalho, foi criada a CLT por meio do Decreto –Lei nº 5.452, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, a mesma que dava início ao jus postulandi que entrava na ceara trabalhista por meio do artigo 791 que fala "Art. 791 - Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final." , algo totalmente inovador e propicio para o cenário brasileiro da época, onde acabará de nascer a CLT.

CLT X CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: EMBATE AO ARTIGO 133

A CLT buscando dirimir o problema dos trabalhadores, de forma geral, quanto o acesso à justiça, traz em seus art. 791 de forma inovadora e como uma forma de ajuda ao trabalhador oprimido a figura do jus postulandi, que a época era a melhor forma de acesso à justiça, e assim o trabalhador poderia mesmo que de forma simplória e sem qualidade técnica clamar ao poder judiciário pelos seus direitos.
A CLT até então, estava de pleno acordo com o ordenamento jurídico, onde seus princípios e normas figuravam de forma plena na ceara trabalhista, juntamente o jus postulandi, até que em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que continha em seu corpo normativo a questão abordada em seu artigo 133 "Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei." entrando em conflito com tal artigo temos a figura do jus postulandi que torna a figura do advogado dispensável a partir do momento que aceita tanto o trabalhador como o patrão ingressarem para pleitear seus direitos frente a justiça do trabalho de forma autônoma.
Para corrente contraria a existência da figura do jus postulandi a existência do advogado é de fundamental importância para que exista a harmonia do poder judiciário, e até mesmo a existência de justiça como observado sabiamente por Francisco Vani Bemfica (1983, p.245)[8] "O advogado é um profissional importante. Sem ele, diga-se que não há justiça; sem justiça, diga-se que não há direito; sem direito, diga-se que não há Estado"
Por muito tempo a questão do conflito causado pelo embate do artigo 791 da CLT com o artigo 133 da CF/88 foi questão de discussão doutrinaria sobre a não recepção de tal artigo pela atual constituição federal, devido ao dano causado a ordem judiciaria e aos advogados que militam em tal área, pois agora devido o artigo 133 da CF/88 sua figura se torna indispensável para a administração da justiça, e sua presença se faz necessária para o ingresso na justiça para o pleito dos direitos feridos,

[8] BEMFICA, Francisco Vani. O Juiz. O Promotor. O Advogado. Seus poderes e deveres. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

sendo na figura particular ou na figura de advogado público (defensor público).

BALIZAMENTO AO CONFLITO PELA SÚMULA 425 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Após muitos conflitos doutrinários em fim o TST acabou por se posicionar acerca do aparente conflito gerado entre a figura do jus postlandi da CLT e a CF/88 que tratava como indispensável a figura do advogado a administração da justiça, e para solucionar tal conflito o TST sumulou da seguinte forma:

> "SÚMULA Nº 425 - JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ALCANCE.
> O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho."

Tal "solução" contida na súmula acabou por ceder razão em parte para ambos os lados, o que acabou por não solucionar de forma doutrinaria a questão acerca da validade do jus postulandi pois encontramos diversos posicionamentos a favor e contra a figura que ainda permanece no ordenamento jurídico pátrio, porém agora, limitada pela súmula 425 do TST que reduziu a capacidade de postulação por conta própria a justiça do trabalho.

Conforme dito pelo ilustre doutrinador Sergio Pinto Martins[9] " O fundamento do TST parece ser que os recursos interpostos no referido órgão são técnicos e exigem conhecimento técnico que só os advogados possuem", o que de fato tem amplo fundamento, porém o que acaba sendo esquecido pelo TST é que diversos processos inaugurais também possuem diversos graus de complexidade, pois não se mede o tipo de complexidade não é a peça em si, mas o caso concreto.

CORRENTES A FAVOR E CONTRARIAS O INSTITUTO DO JUS POSTULANDI.

A Duas são as principais correntes que travam debates à cerca do jus postulandi, a corrente contraria se fundamenta como observaremos a seguir em todas as mazelas causadas por tal instituto no ordenamento jurídico trabalhista, no dano causado ao trabalhador que não possui capacidade técnica para postular em favor próprio e muito menos possui tal auxilio do poder judiciário, tal corrente defende a função essencial da advocacia para administração processual, sendo ela pública com a figura da defensoria pública ou por meio do advogado privado.

Já a segunda corrente se pauta no balizamento feito pelo TST em sua súmula 425 para dirimir a contradição da CLT frente a CF/88, assim como na garantia do livre acesso à justiça e na condição de hipossuficiência do trabalhador, o qual não teria como dispor de sua verba trabalhista que possui caráter alimentar para pagar um advogado e mesmo assim deve

[9] **Ibidem**

ter seus direitos defendidos, mesmo que por conta própria por meio do jus postulandi.

CORRENTE FAVORÁVEL AO JUS POSTULANDI: MOTIVOS, FUNDAMENTAÇÕES

A corrente a favor do instituto do jus postulandi pauta seus motivos principalmente nos seguintes motivos: princípio do acesso à justiça, proteção dos direitos do hipossuficiente, a existência do jus postulandi na justiça civil, a impossibilidade da criação de uma defensoria pública por falta de verba, a legalidade do instituto após o balizamento da súmula 425 do TST.

LIVRE ACESSO À JUSTIÇA E O JUS POSTULANDI.

A Constituição Federal de 1988 consagra o acesso à justiça como princípio fundamental e direito de todo cidadão, pois em seu artigo 5º inciso XXXV é dito que: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito", com isso podemos perceber que nenhum direito violado ou mesmo sequer ameaça a tal direito deixara de ter a devida atenção dada pelo poder judiciário para reparação ou manutenção de tal direito.

Portanto, para a corrente defensora do jus postulandi, o princípio do acesso à justiça ganha mais uma arma qual tal instituto, pois por meio dele o trabalhador hipossuficiente, que muitas vezes se encontra desempregado e sem condições de pagar sua própria alimentação, não teria como contratar um advogado particular para defender os direitos violados por seu empregador, e assim somente por meio do jus postulandi este trabalhador terá seu direito apreciado pelo poder judiciário e por conseguinte defendido ou resguardado, concretizando assim a atuação plena do acesso à justiça na ceara trabalhista.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO HIPOSSUFICIENTE E O JUS POSTULANDI.

Vista a condição de desigualdade entre o empregado e o empregador devido o vínculo de subordinação, a CLT traz um rol de princípios que visam resguardar os direitos do trabalhador hipossuficiente nessa relação, como o princípio da proteção que segundo Mauricio Godinho Delgado[10]:

> " Informa este princípio que o Direito do Trabalho estrutura em seu interior, com suas regras, institutos, princípios e presunções próprias, uma teia de proteção à parte hipossuficiente na relação empregatícia – o obreiro -, visando retificar (ou atenuar), no plano jurídico, o desequilíbrio inerente ao plano fático do contrato de trabalho"

Como observado tal princípio é uma das bases do direito do trabalho, tal qual a proteção do hipossuficiente por meio de princípios, regras, institutos e presunções próprias, e segundo a corrente de defesa o instituto do jus postulandi parte de tal princípio, buscando balancear a condição de hipossuficiência do trabalhador, para que o mesmo consiga acessar a justiça e proteger seus direitos, portanto neste princípio se

[10] Delgado, Maurício Godinho, Curso de Direito do Trabalho, LTr, p.193, 2012, 12º edição

observa a importância de tal instituto na justiça do trabalho como contrapeso na relação de hipossuficiência.

O JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA CÍVEL.

Outra argumentação utilizada pela corrente a favor é a utilização do jus postulandi na justiça cível, onde é possível, nos juizados especiais estaduais e federais, ter a figura do instituto trabalhando em conjunto com a figura da Defensoria Pública e com a figura do advogado privado.

O instituto do jus postulandi mesmo que limitado como visto na lei 9.099/95 em seu artigo 9º "Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.", consegue ser uma opção a mais para a parte que não quer ter o custo com advogado e participa no polo de uma demanda de menor risco financeiro, onde o instituto figura garantindo e ampliando o acesso à justiça.

A IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA DO TRABALHADOR.

Para tal corrente haveria uma impossibilidade de pagamento de honorários advocatícios por parte do trabalhador, sendo que este ao se encontrar em um momento de fragilidade financeira via de regra, não teria condições de arcar com o pagamento de sua defesa, o que segundo WAGNER D. GIGLIO[11] justificaria os problemas pela falta de capacidade técnica de fazer sua própria defesa:

> "A faculdade de requerer sem a intermediação de advogado, outorgada às partes, visou principalmente poupar-lhes os gastos com honorários, considerando, como regra, a insuficiência econômica do trabalhador. Seriam justificados, assim, os entraves ao bom andamento processual causados pela atuação pessoal das partes, geralmente leigas em Direito, sem auxilio de advogado"

Os vícios e entraves seriam uma espécie de contrapartida a impossibilidade financeira de pagar sua defesa, o que seria totalmente aceitável, haja visto que seria melhor do que se o trabalhador não conseguisse lutar por seu direito, tento em vista que os sindicatos não prestam auxilio a todos os trabalhadores da categoria.

A legalidade do instituto no ordenamento jurídico após a Súmula 425 do TST.

Um dos maiores argumentos a favor do jus postulandi apresentado pela corrente é de que após o balizamento feito pelo TST com a súmula 425, não há que se falar em ilegalidade do jus postulandi, pois o instituto já está de acordo com a legislação pátria pois foi dada a devida interpretação pela súmula para ajustar o instituto ao ordenamento jurídico brasileiro, o que validou a capacidade postulatória na justiça do trabalho conforme dito por Offa Basile[12] (2012):

[11] GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

[12] César Reinaldo Offa Processo do trabalho / César Reinaldo Offa Basile. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. – (Coleção sinopses jurídicas ; v. 31)

> A capacidade postulatória, no processo do trabalho, será conferida aos próprios empregados e empregadores — jus postulandi (mas não aos demais tipos de trabalhadores e tomadores de serviço – inteligência da Instrução Normativa n. 27/05 do TST), mas sempre será atributo dos advogados.
> Os empregados e empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final (CLT, art. 791, caput).Vale destacar que a capacidade postulatória reconhecida às próprias partes na Justiça do Trabalho foi questionada em face do art. 133 da CF de 1988 perante o Tribunal Superior do Trabalho, que entendeu válido o jus postulandi, limitando, no entanto, seu alcance.
> O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 425 do TST). (p.158 e 159)

Concordando com tal legalidade ainda temos o expostos pelo ilustre doutrinador Cleber Lúcio de Almeida[13] :

> A recepção do art. 791 da CLT pela Constituição Federal de 1988 chegou a ser colocada em dúvida, uma vez que a Carta Magna, no art. 133, considerou o advogado essencial à administração da justiça. O argumento de extinção do jus postulandi na Justiça do Trabalho foi reforçado pela Lei nº 8.906/94, que, em seu art. 1º, dispõe ser privativo de advogado a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário. No entanto, no julgamento do HC67.390-2, o STF afirmou que a Constituição Federal não retirou o fundamento de validade das normas especiais que autorizam a prática de atos processuais pelas partes perante a Justiça do Trabalho. Subsiste, então, o jus postulandi ou capacidade postulatória perante os órgãos da Justiça do Trabalho, como forma de facilitar e tornar menos dispendiosa a defesa em juízo dos direitos decorrentes da relação de trabalho.

Portanto, segundo tal corrente não haveria que se falar em ilegalidade do jus postulandi no ordenamento jurídico trabalhista, pois tal instituto já foi pacificado legalmente pelo poder judiciário.

CORRENTE CONTRARIA AO JUS POSTULAND: MOTIVOS, FUNDAMENTAÇÕES.

A corrente contraria ao instituto do jus postulandi considera que o sistema, inserido no sistema processual trabalhista mesmo que com intuito de trazer o livre acesso à justiça aos trabalhadores acaba tirando uma boa parte de seus direitos que não podem ser defendidos por uma pessoa capacitada, e com isso ao invés de garantir a justiça acaba por entregar meia justiça e meio direito a este trabalhador.

Assim, podemos observar sobre a função do jus postulandi o exposto por Renato Saraiva e Aryanna Manfredini[14]: "Logo, em função do jus

[13] ALMEIDA, Cleber Lúcio de. Direito processual do trabalho. 2. Ed. Rev. E atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

postulandi, reclamante e reclamado poderão atuar sem a presença de advogados, perante os juízos de primeiro grau e Tribunais Regionais".
Com isso, podemos perceber que quem em sua grande maioria quase absoluta, os trabalhadores não possuem capacidade técnica para se defender, tendo em vista que a formação jurídica não ocorre da noite para o dia, e os profissionais ainda devem ter pós-graduação para poder visualizar o quadro trabalhista de forma mais profunda e assim poder realmente defender os direitos subtraídos em uma relação trabalhista maculada.
Portanto, podemos observar que a problemática a bordada é bem mais profunda que um mero ajuste no direito processual trabalhista, pois estamos diante de direitos sendo violados a cada minuto devido a incapacidade de defesa do hipossuficiente que deveria estar sendo protegido pelo sistema judiciário, porem está tendo um livre acesso à justiça maculado o levando diretamente para a perde de diversas parcelas que seriam suas por direito.

CAPACIDADE POSTULATÓRIA X CAPACIDADE TÉCNICA

A corrente contraria ao jus postulandi trata em sua principal tese a capacidade postulatória contra a capacidade técnica, como observado pelo ilustre magistrado Valentin Carrion[15], tratadista trabalhista com vasto saber jurídico:

> "Ressalta-se o que acima se disse: estar desacompanhado de advogado não é direito, mas desvantagem; a parte desacompanhada de advogado era caricatura de Justiça; a capacidade de ser parte ou a de estar em Juízo (art. 792, nota 1) não se confunde com a de postular. Já na reclamação verbal, a parte ficava na dependência da interpretação jurídica que aos fatos dava o funcionário que reduzia a termo suas afirmações. Depois vinham as dificuldades do leigo na instrução e nos demais atos processuais, onde o arremedo de Justiça mais se acentua."

Como observado pelo douto magistrado, devido sua vasta experiência na magistratura ressalta a condição de desigualdade pela falta do advogado para apresentar uma defesa técnica eficaz ao hipossuficiente.
Seguindo tal pensamento podemos ter uma análise mais profunda sobre tais impactos como observado por Mozart Victor Russomano[16]:

> "O Direito Processual do Trabalho está subordinado aos princípios e aos postulados medulares de toda a ciência jurídica, que fogem à compreensão dos leigos. É o ramo do direito positivo com regras abundantes e que demandam análises de hermenêutica, por mais simples que queiram ser. O resultado disso tudo é que a parte que comparece sem procurador, nos feitos trabalhistas, recai de uma inferioridade processual assombrosa. Muitas vezes o juiz sente que a parte está com o direito a seu favor. A própria alegação do

[14] **Ibidem**
[15] Valentin Carrion, "Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho" (18ª ed., 1994, pág. 565)
[16] Russomano, Mozart Victor, Curso de Direito do Trabalho ", 9ª edição, Curitiba: Editora Juruá, 2003, p. 207

> interessado, entretanto, põe por terra sua pretensão, porque mal fundada, mal articulada, mal explicada e, sobretudo, mal defendida. Na condução da prova, o problema se acentua e agrava. E todos sabemos que a decisão depende do que os autos revelarem que está provado. Não há porque fugirmos, no processo trabalhista, às linhas mestras da nossa formação jurídica: devemos tornar obrigatória a presença de procurador legalmente constituído em todas as ações de competência da Justiça do Trabalho, quer para o empregador, quer para o empregado."

Compactuando com tal pensamento observamos os sábios comentários de Amauri Mascaro Nascimento[17], que acerca do tema fala:

> "Sob o ponto de vista técnico, a importância do patrocínio é paralela à progressiva complicação das leis escritas e à especialização, cada vez maior, da ciência jurídica. Se, em uma sociedade primitiva, onde todo o direito se resume em umas poucas e simples práticas consuetudinárias, cada membro pode encontrar-se em condições de defender-se por si em juízo sem necessidade de uma preparação profissional especial, o incremento da legislação escrita, que fatalmente se desenvolve e se complica com o progresso da civilização, requer para sua interpretação e aplicação o auxílio de um tenicismo cada vez mais refinado, cujo conhecimento vem a ser monopólio de uma categoria especial de peritos, que são os juristas: de maneira que, para fazer valer as próprias razões em juízo, a parte inexperta de tecnicismo jurídico sente a necessidade de ser assistida pelo especialista, que se acha em condições de encontrar os argumentos jurídicos em apoio das suas pretensões, o que se faz mais necessário ainda quando, como é a regra nos ordenamentos judiciais modernos, também os Juizes, perante os quais a parte faz valer suas razões, são juristas. Acrescente-se que o tecnicismo das leis adquire uma especial importância, precisamente no cumprimento dos atos processuais, que, para poder conseguir a sua finalidade, devem desenvolver-se segundo certas formas rigorosamente prescritas, cujo conhecimento não se adquire senão através de larga prática: de maneira que a intervenção do jurista parece indispensável, não só para encontrar as razões defensivas que a parte não saberia encontrar por si mesma, e apresentá-la em termos jurídicos, mas também para realizar em seu nome os atos do processo que ela não estaria em condições de cumprir por si na ordem e sob a forma prescrita pelas leis processuais. Essas razões psicológicas e técnicas demonstram que a presença dos patrocinadores responde, antes de tudo, ao interesse privado da parte, a qual, confiando ao expert não só o ofício de expor suas razões, mas também o de cumprir de sua parte os atos processuais, escapa dos perigos da própria inexperiência e consegue o duplo fim de não incorrer em erros, de forma a ser melhor defendida em sua substância.
>
> Porém, a obra dos patrocinadores corresponde também a um interesse público, quando favorece a parte. A justiça, cujo reto funcionamento tem uma altíssima importância social, não poderia proceder sem graves obstáculos se os Juizes, ao invés de se

[17] Nascimento, Amauri Mascaro, "Curso de Direito Processual do Trabalho", Ed. Saraiva, São Paulo, 15ª ed., 1994, págs. 188/190

> encontrarem em contato com os defensores técnicos, tivessem que tratar diretamente com os litigantes desconhecedores do procedimento, incapazes de expor com clareza suas pretensões, perturbados com a paixão e a timidez. As formas processuais servem, não obstante a opinião contrária que possam Ter os profanos, para simplificar e acelerar o funcionamento da justiça, como a técnica jurídica serve para facilitar, com o uso de uma terminologia de significado rigorosamente exato, a aplicação das leis aos casos concretos."

Segundo a corrente o jus postulandi confere as partes apenas a capacidade postulatória, tal qual a capacidade de acessar a justiça, como observado por Saraiva, Renato[18]:

> Por último, quanto à capacidade postulatória, no âmbito do processo civil, é a mesma privativa de advogado regularmente inscrito na OAB, não sendo permitido à própria parte (em regra) elaborar e subscrever a petição inicial, exigindo-se que esta manifestação processual seja praticada por profissional devidamente habilitado.
>
> Todavia, no âmbito do processo do trabalho, a capacidade postulatória, nas demandas envolvendo relação de emprego, é conferida também às próprias partes, conforme analisaremos no item a seguir, que versa sobre o denominado jus postuiandi da parte na seara trabalhista.

Porém é como entregar uma arma na mão de uma pessoa sem treinamento algum, e que pode acabar cometendo um erro muito prejudicial para si próprio por não saber de que forma usar o seu direito postulatório.

A justiça do trabalho cada dia se torna uma justiça mais complexa e nesse sentido afirma Mauro Schiavi[19]:

> Com a EC 45/2004 e a vinda de outras ações para a Justiça do Trabalho que não são oriundas da relação de emprego, não mais se justifica a existência do jus postulandi, até mesmo pelo fato da complexidade das relações jurídicas que decorrem da relação de trabalho.

Também neste sentido comentam os juristas André Cardoso Vasques e Otavio Augusto Xavier[20] que:

> Hoje, há um número de categorias profissionais, cada uma com seus dissídios coletivos, acordos coletivos, cada caso possui inúmeras particularidades, os processos trabalhistas tramitam durante anos, há um número enorme de normas, leis, portarias do Ministério do Trabalho, uma jurisprudência não menos vasta e assim por diante.

[18] **Ibidem**

[19] SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho, p. 256.

[20] A obrigatoriedade da presença do advogado no processo trabalhista: corporativismo ou condição indispensável para o pleno exercício da cidadania? Síntese Trabalhista, Porto Alegre, 2001, junho, vol. 12, n.º 144. p. 54-56.

Com isso observamos que cada dia a figura do advogado se torna mais imprescindível devido seu refinamento técnico e tempo dedicado a aprendizagem das normas que permeiam a complexa justiça do trabalho.
Como observado por Renato Saraiva, a capacidade postulatória nas demais justiças pertence apenas ao advogado, pois somente ele possui capacidade técnica, devido a longa caminhada acadêmica e profissional, diferentemente do trabalhador que atua em outra área profissional diferente da jurídica, portanto não possui instrução necessária e nem capacidade técnica para se defender da forma correta e com isso adquirir a reparação de todos os seus direitos feridos.

ADVOCACIA TRABALHISTA AD EXITUM E OS HONORÁRIOS QUOTA LITIS

Ao tratar da opção da advocacia para a defesa dos interesses do hipossuficiente, a corrente contraria ao jus postulandi cita a forma de atuação da maioria dos advogados que militam na ceara trabalhista, onde em sua grande maioria, por saberem a capacidade financeira dos trabalhadores que se encontram em sua maioria fragilizados emocionalmente e financeiramente pois acabam de passar por uma rescisão contratual, tais advogados aceitam a condição da advocacia ad exitum.
A advocacia ad exitum é a melhor forma de atender a demanda dos trabalhadores que estão em situação fragilizada financeiramente, em tal modalidade aceita pela Ordem dos Advogado os advogados podem receber seus honorários na modalidade quota litis, onde o advogado recebe uma porcentagem do valor recebido pelo cliente, e assim o cliente só pagará se receber algo ao final do processo.
Os honorários quota litis não podem ser abusivos e jamais podem ultrapassar o valor recebido pelo cliente, como observado no artigo 50 do código de ética e disciplina da OAB (2016):

> Art. 50. Na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente.

Também observado no Acordão[21] prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, os honorários não podem ser cobrados de maneira abusiva, protegendo o trabalhador que aceitar tal modalidade de contrato:

> CONTRATO DE HONORÁRIOS AD EXITUM – RESERVA DE PERCENTUAL EM JUÍZO
> É válida a cláusula contratual que estabelece o pagamento de honorários quota litis, desde que o valor recebido pelo advogado não ultrapasse a quantia auferida pelo constituinte. Em cumprimento de sentença, o Juiz a quo, considerando satisfeito o crédito, declarou extinto o processo. O advogado do credor

[21] Acórdão n. 917594, 20150111144407APC, Relator: SILVA LEMOS, Revisor: JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS, 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 27/01/2016, Publicado no DJE: 12/02/2016. Pág.: 273

> interpôs apelação, pleiteando a reserva do percentual de 30% sobre o valor total do êxito da demanda, a título de honorários advocatícios contratuais. Explicou que esse percentual foi estipulado como forma de pagamento no contrato ad exitum firmado entre ele e o credor. Por conseguinte, apesar de ter sido desconstituído após o trânsito em julgado dos embargos à execução, sustentou que faz jus à percepção dessa parte já que obteve, nos referidos embargos, o reconhecimento do direito do seu cliente ao recebimento do dobro do valor cobrado indevidamente na ação de execução. Os Desembargadores pontificaram que é válida a contratação de serviços advocatícios com cláusula quota litis – em que o causídico assume o ônus de apenas receber os honorários contratuais ao final da demanda, se tiver logrado êxito – desde que, conforme dispõe o art. 38 do Código de Ética e Disciplina da OAB, o valor recebido pelo advogado não ultrapasse a quantia auferida pelo constituinte. No caso em apreço, os Julgadores não verificaram qualquer vício que pudesse macular o contrato, tampouco a ocorrência de lesão, ou seja, o aproveitamento indevido decorrente da situação de inferioridade da outra parte. Também destacaram que, a teor do § 4º do art. 22 da Lei 8.906/94, se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes da expedição do mandado de levantamento, o juiz deve determinar que lhes sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou. Dessa forma, ante a comprovação de que o advogado cumpriu suas obrigações contratuais, obtendo êxito na demanda, o Colegiado deu provimento ao recurso para determinar a reserva do percentual por ele requerido.

Com tal modalidade de contrato advocatício a parte hipossuficiente poderá ter uma defesa técnica capacitada e mesmo pagando honorários terá vantagem financeira, pois poderá ter todas as suas verbas e direitos trabalhistas defendidos e alcançados devido a capacidade técnica do serviço profissional realizado pelo advogado capacitado para tal questão, evitando assim as deficiências processuais causadas pelo jus postulandi.

JUS POSTULANDI DEFICIÊNCIAS PROCESSUAIS FRENTE O ORDENAMENTO TRABALHISTA.

Outro argumento utilizado pela corrente contraria ao jus postulandi é de que o instituto, causa uma grande confusão e muitos danos no funcionamento do processo trabalhista na realidade do dia a dia.

Um desses problemas está embasado na imparcialidade do juiz, que deve se manter neutro perante a lide e julgar de acordo com os argumentos apresentados pelas partes, porém o que se vê no dia a dia é que em muitos casos, por se tratar de jus postulandi, o juiz acaba tendendo para o lado hipossuficiente, e em alguns caso acaba instruindo o trabalhador dando certos conselho e desconsiderando alguns argumentos contraditórios dos mesmo, sendo assim assume a figura de defensor e não de juiz ferindo de morte o princípio da imparcialidade e da equidade, pois

o juiz deve agir segundo Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco[22]:

> "O juiz, por força de seu dever de imparcialidade, coloca-se entre as partes, mas equidistante delas: ouvindo uma, não pode deixar de ouvir a outra; somente assim se dará a ambas a possibilidade de expor suas razões, de apresentar suas provas, de influir sobre o convencimento do juiz. Somente pela soma da parcialidade das partes (uma representando a tese e a outra, a antítese), o juiz pode corporificar a síntese, em um processo dialético. É por isso que foi dito que as partes, em relação ao juiz, não têm papel de antagonistas, mas sim de colaboradores necessários: cada um dos contendores age no processo tendo em vista o próprio interesse, mas a ação combinada dos dois serve à justiça na eliminação do conflito ou controvérsia que os envolve".

Outra grande macula causada no processo trabalhista pelo instituto do jus postulandi é a ofensa ao princípio da ampla defesa e contraditório, pois a parte hipossuficiente segue revel tecnicamente, pois não possui capacidade técnica para prestar uma defesa contra os argumentos utilizados por um advogado, sendo assim sua defensa ao invés de ampla se torna comprimida e seu contraditório totalmente deficiente, assim observa o grande criminalista Luigi Ferrajoli[23]:

> Para que a disputa se desenvolva lealmente e com paridade de armas, é necessária, (...), a perfeita igualdade entre as partes: em primeiro lugar, que a defesa seja dotada das mesmas capacidades e dos mesmos poderes da acusação; em segundo lugar, que o seu papel contraditor seja admitido em todo estado e grau do procedimento e em relação a cada ato probatório singular, das averiguações judiciárias e das perícias ao interrogatório do imputado, dos reconhecimentos aos testemunhos e às acareações.

Sendo assim o princípio do devido processo legal e o ordenamento processual trabalhista se tornam totalmente maculados, pois devido a incapacidade técnica do trabalhador, o qual não consegue obter uma paridade de armas para sua ampla defesa e contraditório, o magistrado que deveria ser imparcial, acaba tendendo a defesa do hipossuficiente, pois não consegue observar o trabalhador seguindo em revelia técnica, o que acaba por desconstruir toda a legalidade e ordem processual trabalhista, criando uma justiça do trabalha protecionista que muitas vezes concede direitos inexistentes ao trabalhador no mundo fático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, concluímos que o jus postulandi é um instituto que devido a evolução do ordenamento trabalhista e da advocacia, e com o avanço da situação econômica do país a época de sua criação, acabou por se tornar um instituto em desacordo com a realidade processual, onde sua

[22] Cintra, Antônio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; e Dinamarco, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo, 9ª ed., 2ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 1993, pág.53.

[23] FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

existência acaba por macular de forma grave todo o ordenamento jurídico trabalhista.
A figura do jus postulandi nos dias atuais torna o juiz, muitas vezes, uma figura eivada de parcialidade, tornando a justiça do trabalho uma justiça tendenciosa como pode ser observado no dia a dia dentro dos tribunais e varas do trabalho ao participar de uma audiência como advogado patronal, e com isso direitos que não deveriam são deferidos baseados no puro achismo e desvirtuação do princípio da primazia da realidade, tornando-o no princípio do "juiz defensor ", o que não pode e nem deve ocorrer no ordenamento jurídico brasileiro.
Por certo, podemos observar que o trabalhador, se não defendido pelo magistrado, acaba seguindo revel tecnicamente e teria a maior parte de seus direitos feridos, pois a incapacidade técnica o impossibilita de argumentar de igual para igual com um advogado preparado e capacitado tecnicamente, reduzindo por isso de forma drástica sua ampla defesa e seu contraditório, pois não se pode defender uma bazuca com um escudo de madeira.
Por outro lado, não podemos forçar o hipossuficiente a contratar um advogado para ter acesso a o poder judiciário, pois assim estaria sendo ferido o princípio do livre acesso à justiça, o trabalhador deveria ter a sua disposição uma defesa digna prestada por defensores públicos, com isso a criação de uma defensoria pública seria uma das melhores opções como na justiça cível, onde as partes hipossuficientes podem ter uma defesa digna mesmo sem possuir poder aquisitivo.
Por fim, chegamos à conclusão de que não há mais espaço para o jus postulandi no ordenamento jurídico atual, frente as diversas opções a substituir tal instituto com uma qualidade sem igual, trazendo apenas benefícios a parte hipossuficiente, a mesma que o princípio visa proteger, seja com a advocacia ad exitum e o honorário quota litis, ou com a criação de uma defensoria pública do trabalho, para resguardar os direitos do hipossuficiente e o bom funcionamento do ordenamento jurídico e processual trabalhista, fazendo o mesmo evoluir e se transformar positivamente a cada dia, buscando assim uma justiça mais reta e justa para ambas as partes.

REFERÊNCIAS

ACÓRDÃO n. 917594, 20150111144407APC, Relator: SILVA LEMOS, Revisor: JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS, 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 27/01/2016, Publicado no DJE: 12/02/2016. Pág.: 273

ALMEIDA, Cleber Lúcio de. **Direito processual do trabalho**. 2. Ed. Rev. E atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BEMFICA, Francisco Vani. **O Juiz. O Promotor. O Advogado. Seus poderes e deveres**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

CARRION, Valentin, **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.** 18ª ed., 1994, pág. 565

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 34 ed., Saraiva, 2009.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; e Dinamarco, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**, 9ª ed., 2ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 1993, pág.53.

Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 17 ago. 2019.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho, LTr**, p.193, 2012, 12º edição

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. **Direito Processual do Trabalho**. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Sergio Pinto, **Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros / Sergio Pinto Martins**. - 32. ed. - São Paulo: Atlas, 2011. Pag. 13

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, **Curso de Direito Processual do Trabalho**, Ed. Saraiva, São Paulo, 15ª ed., 1994, págs. 188/190

OFFA, César Reinaldo, **Processo do trabalho / César Reinaldo Offa Basile**. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. – (Coleção sinopses jurídicas ; v. 31)

Portal São Francisco. Etapas da industrialização. Disponível em : <http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/etapas-da-industrializacao>. Acesso em: 17 de jun. 2019.

RUSSOMANO, Mozart Victor, **Curso de Direito do Trabalho**, 9ª edição, Curitiba: Editora Juruá, 2003, p. 207

SARAIVA, Renato, **Processo do trabalho / Renato Saraiva, Aryanna Manfredini**. - 12. ed. rev., atual. e ampl.
- Salvador: JusPODIVM, 2016, pag. 160

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**, p. 256.
A obrigatoriedade da presença do advogado no processo trabalhista: corporativismo ou condição indispensável para o pleno exercício da cidadania? Síntese Trabalhista, Porto Alegre, 2001, junho, vol. 12, n.º 144. p. 54-56.

EDUCAÇÃO E SURDEZ – UM OLHAR PARA A INCLUSÃO DE LIBRAS NO SISTEMA EDUCACIONAL

Freitas, Leallis Justino da Silva; Mara, Cheila

RESUMO
O objetivo desse trabalho é demonstrar a importância da Língua de Sinais para a inclusão social do surdo, descrevendo as considerações de um grande escritor e pesquisador da educação e desenvolvimento do ser humano, será através da descrição das obras de Vygotsky que iremos basear esse trabalho, considerando como referenciais teóricos as concepções sócio-histórico-cultural de Vygotsky e a educação bilíngue para surdos, que entende a língua de sinais como primeira língua, reconhecida como natural para esses sujeitos e a língua portuguesa como segunda língua. A metodologia utilizada será a leitura das obras de Vygotsky e outros textos que serão referenciados, para a compreensão do fenômeno social e linguístico da linguagem de sinais. Diante desta pesquisa concluímos que a linguagem de sinais (LIBRAS) faz parte do nosso dia a dia e que se faz necessário ampliar o aprendizado desta segunda língua para aqueles que possuem uma dicção não comprometida.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez. Língua de Sinais. Educação Bilíngue.

INTRODUÇÃO

A LIBRAS é fundamental no cotidiano da pessoa com deficiência auditiva, o objetivo de falar sobre a Língua de Sinais é de suma importância, iremos apresentar seus benefícios para o desenvolvimento sociocultural e cognitivo das pessoas surdas e defender o ensino da mesma como primeira língua para os surdos. Através da língua de sinais o surdo se desenvolve cognitiva e socialmente, com sua aquisição pode interagir com o mundo surdo, mas também com o mundo ouvinte. A comunidade surda tem sua própria cultura, sua própria identidade e língua, que varia de país para país, e deve se orgulhar disso, como também narrar-se como surda e perceber que não é deficiente, apenas diferente e percebe o mundo de forma visual.

A linguagem é essencial no desenvolvimento de qualquer criança, pois a linguagem é um instrumento de poder e aos surdos não pode ser negado o direito de usufruir dos benefícios de uma língua, portanto, aceitar a diferença do surdo e conviver com a diversidade humana é um desafio proposto à sociedade. A língua de sinais se
torna uma ferramenta que permite ao surdo maior mobilidade e fluidez nas formações discursivas, como também fornece subsídios que o ajudam na constituição de suas identidades frente às imposições culturais do ouvinte.

O tema da surdez envolve algumas questões históricas, ainda há muito que estudar e contribuir para educação de surdos. Portanto, esse projeto debruçará sobre a história da educação de surdos, contando cada passo de todos os conceitos educacionais que já delinearam os processos de ensino-aprendizagem destes sujeitos (oralismo, comunicação total e educação bilíngue). Também a questão do desenvolvimento cognitivo, cultural e identificatório do sujeito surdo por meio da interação social e da aquisição da sua língua natural, língua de sinais, que lhe é garantida por direito, mas ainda assim pouco reconhecida pela comunidade ouvinte, que forma a parte majoritária da nossa sociedade.

EDUCAÇÃO DE SURDOS- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A história da educação de surdos é dividida em três grandes perspectivas. A visão oralista, a visão da comunicação total e a educação bilíngue. A primeira, decorrente do século XVI, e existente até meados do século XX, é a perspectiva oralista, que privava o surdo de seu processo identificatório, de autoestima e intelectual/cognitivo. Identifica a surdez como uma condição patológica, ou seja, uma deficiência e os profissionais responsáveis pela aprendizagem são os fonoaudiólogos, médicos e professores. Os surdos são ensinados a falar e a fazer leitura labial por incansáveis atendimentos de fonoaudiologia, são proibidos de utilizar qualquer sinal gestual, chegando a ficar com as mãos amarradas para não gesticularem, sendo reprovada também a interação com outros surdos, entendendo que estes devem socializar com pessoas ouvintes e utilizá-las como modelos. Assim como afirma Lacerda (1998) o propósito da educação de surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimento e se comunicar com o mundo ouvinte. Com a imposição da oralidade, afasta-se o surdo do mundo e da cultura surda, impossibilitando-o de adquirir sua língua natural, impedindo-o de instrumentar-se de recursos que o possibilitem ser um ser social e pensante.

As famílias nobres com membros surdos do século XVI, época quem que surgiram os primeiros trabalhos pedagógicos com surdos, contratavam professores para que seus entes não fossem privados de falar e, principalmente, dos direitos legais que só eram garantidos àqueles que pudessem verbalizar. O primeiro professor de surdos conhecido chamava-se Pedro Ponce de Leon. As estratégias de ensino desses professores visavam sempre a língua falada, porém oralizar quem não escuta é um tanto quanto complexo, então os docentes recorriam à língua escrita e usavam-na como ponto de partida para seus trabalhos. "Falava-se da capacidade do surdo em correlacionar as palavras escritas com conceitos, sem necessitar da fala" (Lacerda, 1998, p.2). O que quer dizer que a partir da leitura-escrita, esses professores buscavam estratégias para desenvolver, posteriormente, habilidades de articulação das palavras e leitura labial. Pode-se perceber que desde a antiguidade a busca pela fala sempre foi o principal objetivo da educação de surdos e todas as estratégias adotadas tinham como ponto de chegada a normalização dos

surdos para que estes pudessem viver em harmonia com a sociedade majoritária.
Foi somente no século XVIII que surgiu a possibilidade de se pensar na língua gestual para estes sujeitos. Com essa nova perspectiva, separou-se de vez os defensores do oralismo, que pregavam que os surdos deveriam falar e se comportar como ouvintes, reabilitando-se da surdez, e os gestualista, que defendiam a fala gestual como forma de socialização e desenvolvimento cognitivo dos sujeitos surdos. Os oralistas reprimiam quem não pudesse falar, impunham que os surdos deveriam aprender a língua falada, ainda que com essa estratégia os surdos não se desenvolvessem e não se integrassem socialmente. Os gestualista perceberam que o gestual tornaria possível o desenvolvimento dos surdos em vários âmbitos.
Dentre os defensores do gestualismo está o francês Charles M. De L'Epée, primeiro estudioso sobre a língua de sinais e criador do primeiro método educacional que valorizasse também a língua gestual. O método criado foi chamado de "sinais metódicos", que consiste em os educadores aprenderem a língua de sinais para se comunicarem com os surdos e então utilizá-la para ensinar a língua falada e escrita da sociedade em que vivem.
Contemporâneo ao trabalho gestualista de De L'Epée existiam oralistas ferrenhos, como o português Pereira e o alemão Heineke, que criticavam as estratégias do francês. Heineke, considerado fundador do oralismo, pregava que somente através da língua oral é possível se formular o pensamento, sendo a língua escrita secundária, devendo vir a ser aprendida depois da aquisição da língua falada.
Os avanços nas propostas pedagógicas deram origem ao I Congresso Internacional sobre a instrução de surdos, em 1878, em Paris. O congresso contribuiu para o avanço social dos sujeitos surdos, como a possibilidade desses de passarem a assinar documentos. Foi o primeiro passo, ainda que não lhes garantisse a integração social. Dois anos após, ocorreu o II Congresso, sediado em Milão, e teve como maioria os seguidores e defensores do oralismo, visto que a prática voltava a ganhar cada vez mais adeptos e se estendendo a quase todos os países europeus. Como consequência de tantos adeptos, a linguagem gestual foi banida como forma de comunicação, sumindo junto com ela os professores praticantes do gestualismo, que eram os responsáveis pela educação e metodologia de ensino nas escolas. A prática do oralismo voltou a ser referência e suas estratégias educacionais divulgadas por todo o mundo.
Os oralistas pregavam que o uso de gestos e sinais desviavam o surdo da aprendizagem da língua falada, considerada socialmente mais importante, porém o oralismo, que foi defendido por séculos, mostrou-se insuficiente pedagogicamente. Os surdos profundos não aprenderam a falar satisfatoriamente, gerando então um desenvolvimento global tardio e falho. A aprendizagem da leitura e da língua escrita também fracassou,

comprovando que se formavam sujeitos pouco preparados para o convívio social, marginalizando cada vez mais os surdos.

O oralismo ficou em vigência até a década de 50 do século XX, sempre como soberana abordagem educacional para surdos. Até que surgem as próteses, só que essa nova perspectiva não rompe com a anterior, a busca pela prótese e os profissionais que incentivam o implante continua seguindo os preceitos educacionais do oralismo, visando a vocalização dos sujeitos surdos. O ponto forte no oralismo é a incansável busca por alternativas que façam dos sujeitos surdos, ouvintes. Dentre esses processos destaco o implante coclear, que consiste em uma cirurgia para a implantação de dispositivo eletrônico, que tem por finalidade estimular através de eletrodos as fibras neurais, possibilitando ao operado a capacidade de perceber o som. Segundo Nussbaum (2003 apud SANTANA, 2007, p. 134) o implante coclear possibilita ao usuário a percepção dos sons, percebendo e enviando esses sons, transformados por sinais elétricos, ao nervo auditivo, a fim de ser decodificado pelo córtex cerebral. Contudo os implantes não permitem a interpretação dos sons e tão pouco garantem a que o implantado fale como um ouvinte.

O implante surgiu como a cura para surdez profunda, com a cobrança social de que os que não falam oralmente são marginais, e quando digo marginais, me refiro àqueles que vivem à margem da sociedade, essa mesma sociedade que impõe que a fala deve ser somente oral. Laborit (2000, p. 115) em seu livro O voo da Gaivota demonstra todo o sentimento quanto a essas imposições do mundo ouvinte.

> Somos uma minoria, os surdos profundos de nascença. Com uma cultura específica e uma língua específica. Os médicos, os investigadores, todos os que querem transformar-nos a qualquer preço em ouvintes põem-me os cabelos em pé. Fazerem-nos ouvintes é aniquilar a nossa identidade.

Diferentemente do Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), o implante pretende restaurar a função auditiva em pacientes com surdez profunda, fazendo com que os mesmos sejam capazes de perceber o som, já o aparelho amplificador ou prótese auditiva apenas amplifica o som. Perceber o som é totalmente diferente de entender o som. Laborit quando fala deste implante explica que este "só tem que codificar os sons para os reexpedir em sinais ao nervo auditivo. A pessoa que o utiliza tem que aprender a decodificar. " (p.117) quer dizer, o implante não faz com que o surdo compreenda o mundo sonoro, mas sim ouça o barulho advindo do mundo ouvinte, os implantados precisam aprender a decodificar os sons, para, posteriormente, aprenderem a falar. Para Santana, (2005 apud Santana, 2010, p.141).

> A linguagem envolve não apenas ouvir, discriminar, memorizar, mas um trabalho (meta) linguístico do sujeito sobre a língua, os movimentos enunciativos aos quais o sujeito recorre, a subjetividade que põe em evidencia as escolhas lexicais, a construção sociocognitiva do sentido. São esses movimentos que fazem o processamento da linguagem se realizar.

Sendo assim, a utilização da língua falada abrange conceitos de compreensão do sinal da fala, pois ouvir não implica em compreender a fala, assim como não basta ouvir para falar, a aquisição da linguagem é um processo que depende de interações e do uso efetivo da fala. O implantado necessitará também de treinamento auditivo, através de um lento processo de reeducação e reabilitação.

A partir da década de 60, com Willian Stokoe o estudo da língua de sinais voltou a ser pauta. Os estudos iniciais sobre a língua de sinais, começados por Stokoe, demonstraram que a linguagem de sinais preenchia os requisitos linguísticos semelhantes à linguagem oral, e é o que faz surgir, nos anos 70, a comunicação total, que pratica o uso de sinais, leitura labial, alfabeto digital e a língua falada. Esta última deixa de ser um objetivo e passa a ser mais uma área trabalhada por essa nova estratégia pedagógica. Os surdos podem escolher suas formas de comunicação preferidas e se comunicarem como desejarem, todas as modalidades linguísticas são aceitas, buscando uma maior facilidade posterior na aquisição da língua falada, escrita e também na leitura. No entanto, essa metodologia ainda apresenta falhas consideráveis na formação social e cognitiva dos surdos.

BENEFÍCIOS DA LÍNGUA DE SINAIS E DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Como vimos, a importância da linguagem para o desenvolvimento global do ser humano é primordial, a linguagem intervém no processo de desenvolvimento intelectual da criança desde o nascimento. Para Vygotsky (1998), que propõe a teoria sociointeracionista, o ser humano já nasce inserido num meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros, é essa interação uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento da criança. O processo de formação de pensamento é despertado pela vida social e pela constante comunicação que se estabelece entre crianças e adultos, é um processo fundamental, pois sem linguagem não há pensamento, portanto, a interação social torna-se o motor do desenvolvimento.

A aprendizagem acontece em todo lugar, e se dá exatamente por esse processo de interação e mediação adulto/criança. A aprendizagem da criança ouvinte antecede a entrada na escola e o aprendizado escolar produz algo novo no desenvolvimento infantil, evidenciando as relações interpessoais. Já a criança surda não tem possibilidade de adquirir essa aprendizagem sem o acesso à comunidade, à cultura, e à identidade surda.

A educação bilíngue vem para romper com a concepção oralista e da comunicação total e, nesse novo paradigma, não se discute somente a mudança metodológica, mas também ideológica, aceitando a língua de sinais como língua natural dos surdos, sua importância no processo educativo, assim como o convívio com surdos adultos fluentes na língua de sinais a fim de condicionar a interação com os seus semelhantes sendo uma condição essencial para a garantia de uma educação bilíngue eficaz.

Outra mudança ideológica é a aceitação da cultura surda – passando a ser compreendida como uma experiência visual que ocorre em todos os tipos de produções, representações e significações dos surdos, e não somente como uma forma de comunicação – transformando em uma pedagogia socializada, rompendo com as práticas clínico-terapêuticas e com a obsessão da correção do déficit, assumindo a linguagem como mediadora das interações e da significação de mundo.

O contato com a comunidade surda é de extrema importância, como afirma Vygotsky (apud Gesueli, 2006, p.3) "a relação do homem com o mundo não é direta, mas mediada, as ocorrências de mediação primeiramente vão emergir de outrem e depois vão orientar-se ao próprio sujeito. " E ainda segundo Góes (1998, apud Gesueli, 2006, p. 4) "a construção da identidade só poderá ser examinada considerando-se a dinâmica de significados e sentidos produzidos e interpretados no jogo interativo do sujeito com outro".

A partir do convívio com a língua de sinais e em contato com professores surdos, estes podem perceber as diferenças das línguas, portuguesa e de sinais, e compreender que cada uma tem seu valor e sua função. E então passam a se identificar como usuários efetivos da língua de sinais e se integrarem política e socialmente com a comunidade surda. "Garantir o uso da língua de sinais no contexto escolar parece primordial para que haja reconhecimento da surdez, pois é por intermédio da linguagem que significamos o mundo e consequentemente nos significamos" (Gesueli, 2006, p.9)

Os surdos só farão leitura de mundo através da língua de sinais, ainda que estes sejam oralizados, pois não teria como eles se reconhecerem como parte integrante da comunidade surda sem o domínio da língua de sinais, e tão pouco se identificar com a comunidade ouvinte.

> O surdo tem, até hoje, vivido um movimento de resistência, buscando o reconhecimento de sua cultura, tentando fazer-se presente como minoria linguística, mesmo que ainda fragmentado e dividido pelo grupo que se submete à hegemonia cultural.

O surdo possui uma identidade política própria, faz parte de uma cultura rica e tem a sua própria língua, porém, nem todos os surdos têm acesso a sua cultura, a sua linguagem, a sua identidade cultural, alguns por falta de conhecimento, outros por exigências familiares. Com isso, a escola precisa estar aberta à cultura surda, precisa reconhecê-la como tal, precisa proporcionar meios para que seus educandos não sejam vistos como deficientes auditivos, mas como alguém que possui uma identidade cultural própria, significativa e com características próprias.

Com relação à criança/pessoa surda, que não tem teve possibilidade de vivenciar a cultura surda desde os primeiros meses, é pelo acesso a língua de sinais que ela vai produzir essa inter-relação e construir sua identidade em todos os seus aspectos: linguísticos, cognitivos e sociais.

Seguindo ainda na visão de Vygotsky (1998), a criança surda não é capaz de estabelecer as primeiras relações sociais por meio da família. Crianças

surdas filhas de pais ouvintes são privadas dessas primeiras interações que são de grande importância para sua cognição, pois o sujeito é interativo, adquire conhecimentos a partir de relações interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado mediação. Os surdos só poderão ter essa troca com o meio, se estiverem em contato com outras crianças e adultos surdos, pois através dessa interação eles irão adquirir a língua de sinais e então poderão estruturar seu pensamento e desenvolver-se cognitiva e socialmente.

As relações sociais acontecem por meio da linguagem, portanto pessoas surdas não têm dificuldades de aquisição da linguagem, mas essa facilidade ou dificuldade vai decorrer das possibilidades proporcionadas pelo meio social no qual estão inseridos. Crianças ouvintes adquirem espontaneamente a linguagem. Apesar de crianças ouvintes e surdas aparentemente serem iguais, se a criança surda não for devidamente estimulada à aquisição da língua de sinais ocorrerá com maior dificuldade.

A língua de sinais é uma ferramenta decisiva no processo de linguagem, na elaboração das formações discursivas dos surdos e na compreensão do seu discurso, no processo de formação da identidade e do pensamento. Percebo a linguagem como principal meio de desenvolvimento cognitivo, pois é por meio dela que nos relacionamos com o mundo e aprendemos e reaprendemos através da interação com o próximo, e para os surdos não poderia ser diferente. O ensino da língua de sinais é essencial para que eles tenham acesso a uma língua de fato e por meio dessa linguagem formem e reformem o pensamento.

A educação bilíngue parte do princípio que a língua de sinais deve ser ensinada como primeira língua para os surdos, pois é a sua língua natural, todas as crianças surdas podem adquirir sua língua natural, a língua de sinais, através de interações com a comunidade surda, assim como qualquer criança ouvinte adquire sua língua através de suas interações sociais. Língua natural não se entende como espontaneidade biológica, mas como aquela que é natural para os indivíduos que compõe aquela sociedade, para uso específico de seus usuários.

No processo educativo, o bilinguismo trabalha com base nas duas línguas diferentes, oral e de sinais, respeitando a autonomia e as diferenças entre elas, elaborando uma pedagogia que não afete a experiência sociolinguística da criança. A língua oral é ensinada depois que a criança já adquiriu habilidades interativas e cognitivas pela experiência com sua língua natural. Behares (2000) diz que os surdos são membros em potencial de uma comunidade minoritária e a partir da cultura dessa comunidade podem então alcançar sua interação consistente nessa cultura ouvinte. Ou seja, através de toda aquisição do pensamento, do aprendizado da língua de sinais, a criança surda poderá se desenvolver na língua oral majoritária da sociedade a qual pertence.

EDUCAÇÃO DE SURDOS: PARADIGMAS BRASILEIROS

A partir de 2002, com a oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras – os surdos passaram a ser reconhecidos como um grupo cultural

que usa uma língua minoritária, a língua de sinais. O bilinguismo defende que a língua de sinais deve ser ensinada desde cedo às crianças, para que se possa garantir a efetiva comunicação simbólica, possibilitando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O bilinguismo não se caracteriza por uma metodologia de ensino vinda para substituir o oralismo ou a comunicação total, mas como uma mudança ideológica quanto à educação de surdos.

No entanto, o Brasil é um tanto quanto atrasado no amparo desses sujeitos. Muito surdos brasileiros não sabem a respeito da Libras.

Existem também os surdos adultos que nunca tiveram contato com a língua de sinais e foram submetidos a práticas que tentam fazer do surdo ouvinte, com treinos e técnicas descontextualizadas e perversas.

Fernandes e Moreira (2009) afirmam que os surdos ainda sofrem com o antagonismo encontrado nas escolas. Ora é combatido o uso do bilinguismo, considerando o discurso da igualdade, e em outro momento é defendido, pois o processo de ensino-aprendizagem sempre foi cruel com os surdos, tratando-os como ouvintes.

Junto com as condições que os surdos enfrentam desde seu nascimento, sendo privados de interação verbal, estes ainda convivem com as problemáticas educacionais do Brasil quando se trata da educação dos surdos. Encontramos no cenário educacional brasileiro algumas vertentes quando o assunto é a educação de surdos. O primeiro modelo é a inclusão do aluno bilíngue em uma sala monolíngue, que o aproxima da língua portuguesa, mas o impossibilita a interação social. E o modelo que utiliza a língua de sinais como ponte para o ensino de língua portuguesa. Todos os modelos têm como objetivo a normalização dos surdos, para que esses possam conviver socialmente, desvalorizando a sua língua natural e a sua cultura. Diante dessas possibilidades educacionais que encontramos no Brasil, pode-se dizer que os surdos "são bilíngues por contingência e não por opção" (Fernandes e Moreira 2009: 227).

A falta de estrutura para uma educação bilíngue de qualidade gera algumas situações para os surdos, como a imersão na língua dominante em busca da assimilação linguística, ou a segregação, onde se ensina somente a língua materna, sem se importar com a dominante. Ou ainda, os programas transitórios, onde a língua materna é usada como instrumento para a substituição gradual pela língua dominante. Já a inclusão limita o bilinguismo, pois a segunda língua é ensinada apenas para um enriquecimento limitado de conhecimento.

Outra problemática encontrada na educação de surdos brasileira são as diferentes ideologias escolares: escola regular, escola especial e escola inclusiva. A primeira tem na língua portuguesa a única forma de interação e instrução. As escolas especiais adotam o português como língua principal, apesar da língua de sinais ser utilizada, a falta de conhecimento e limitação por parte do professor tornam a escola fraca do ponto de vista bilíngue.

O bilinguismo surgiu para propiciar uma educação de qualidade para os sujeitos surdos, com o reconhecimento do valor social da língua de sinais, pois esta ocupa um papel socioideológico no processo linguístico da particularidade desses sujeitos. São defendidas propostas políticos-pedagógicas quanto à educação de surdos ter a língua de sinais como primeira língua, pois consideram que o saber dessa primeira é determinante na construção dos saberes na segunda e defendem ainda que os surdos devem adquirir a sua língua natural em contato com outros surdos adultos usuários e fluentes na língua de sinais e somente a partir desse contato e da aquisição da língua de sinais, ensinar a segunda língua, que deve ser preferencialmente escrita.

A proposta bilíngue foi pensada para crianças surdas que terão desde pequeno contato com a sua língua natural, convivendo com outros surdos adultos usuários da língua. Mas como adotar essa proposta pedagógica quando o surdo já é adulto e viveu anos isolado da língua de sinais e da língua portuguesa? Skutnabb-Kangas (1994, apud Lodi e Moura, 2006) citam alguns conceitos para esse questionamento. Para se entender a língua 1 (um) é preciso considerar alguns critérios como: origem, identificação interna e externa, competência e função. Isso quer dizer que devemos considerar esses cinco pontos para pensarmos a língua de maneira plural.

A origem se caracteriza pela língua que primeiro é aprendida pelo sujeito. Identificação interna é a auto identificação do sujeito com a língua falada por ele e a identificação externa, como são identificados pelos outros a partir de sua língua. Competência refere-se a qual língua o sujeito melhor domina e função é analisar a língua mais utilizada pelo sujeito. Sendo assim a concepção de Língua 1 (um) deixa de ser estática, podendo se alterar no decorrer da vida de cada sujeito.

Ou seja, não é porque o sujeito nunca teve contato com a língua de sinais que aquela não seja sua língua natural, ainda que pelo critério de origem não tenha sido a primeira língua a ser aprendida. Quanto aos outros critérios, a língua de sinais pode se tornar a língua 1 (um) desde que seja dada a oportunidade de convívio com outros surdos usuários da língua de sinais e, então, estes se tornam fluentes, podendo redefinir sua cultura e identidade.

Através do contato com outros surdos fluentes na língua de sinais, esses surdos que não tiveram contato desde cedo com a língua de sinais podem ressignificar a surdez num contexto de diversidade, sendo possível o alcance da aceitação social como sujeito surdo, a aceitação da língua de sinais como língua de valor, tal como a língua portuguesa, encontrando, ainda, aspectos positivos consequentes dessa aproximação com sua língua natural e seus semelhantes, fazendo com que percebam que a língua de sinais traz consigo um papel socioideológico, sendo importantíssima para os processos linguísticos e da subjetividade dos surdos, como cita Bakhtin (2000, apud Lori e Moura, 2006, p. 7) "a tomada de consciência do eu ocorre somente quando o eu se coloca sob determinada norma social, e

que esse processo só é possível na medida em que o eu olha para si pelos olhos de outro".

Enfim, com base nos parâmetros educacionais envolvendo a educação de surdos que se encontra no Brasil, onde todas as escolas se defendem como humanistas, inclusivas, mas infelizmente percebemos que em todas elas os surdos são reféns de práticas pedagógicas que produzem sua exclusão e marginalização.

Ainda é importante a participação de adultos surdos que utilizam a linguagem gestual no processo educacional, como fonte de cultura e de uma imagem positiva. Deve ocorrer a escolarização de crianças surdas desde os anos iniciais, a valorização por parte de outros profissionais da língua de sinais e, somente após todo o desenvolvimento cognitivo-linguístico, pode-se ensinar a 2ª língua.

VYGOTSKY E A SURDEZ

Vygotsky, um dos pioneiros do estudo sobre a deficiência e formas de educação para as crianças defeituosas, defendia que a cultura é produto da vida em sociedade e da atividade social do homem, ou seja, tudo que é cultura é social.

Atualmente, novos estudos seguem as tendências expostas por Vygotsky e mostram que a cultura influência no comportamento natural da criança, criando novos rumos de desenvolvimento, onde a assimilação transforma as funções naturais das crianças. Através da cultura, das relações culturais, a criança adquire conhecimento também. Esses novos estudos deram um salto nos princípios da educação das "crianças anormais". Naturalmente, a criança surda não irá aprender a falar, não por problemas no aparelho fonador, mas por se privada da percepção auditiva, criando-se então artifícios culturais, sistema especial de signos ou símbolos culturais, que proporcionam a organização psicofisiológica da criança anormal.

Vygotsky defendia que a cegueira era pior que a surdez, mas concorda que a surdez gera consequências mais graves por privar do contato e experiências sociais. Não se trata apenas de se privar da comunicação, mas também do pensamento, pois sem a fala não há consciência. Inicialmente, ele defendia o ensino da língua oral, pois acreditava ser a única que levaria ao desenvolvimento abstrato. Os professores não deveriam permitir mímica ou língua de sinais, e a língua oral deveria ser introduzida de maneira natural, através de jogos e brincadeiras.

> Mesmo privada de qualquer instrução, a criança ingressa no caminho do desenvolvimento cultural; em outras palavras, é no desenvolvimento psicológico natural da criança e no seu meio circundante, na necessidade de comunicação com esse meio, que se encontram todos os dados necessários para que se realize uma espécie de autoignição do desenvolvimento cultural, uma passagem espontânea da criança do desenvolvimento natural ao cultural. (KOHL, 2011, p. 868)

Anteriormente a ideia de defeito partia do menos, falta de alguma coisa e o desenvolvimento da criança se dava pelo ângulo da perda. "Toda

psicologia da criança anormal foi construída, em geral, pelo método da subtração das funções perdidas em relação à psicologia da criança normal". (KOHL, 2011, p.869). Na nova perspectiva, 'deficiência' produz dupla influência em seu desenvolvimento. A deficiência ocasiona falhas, obstáculos e dificuldades e é exatamente por essa percepção que surgem caminhos alternativos de desenvolvimento, servindo de estimulo ao desenvolvimento de caminhos indiretos que buscam compensar a deficiência conduzindo o sistema "defeituoso" a uma nova ordem.

Segundo as autoras, o defeito não passa de uma avaliação social, pois se em uma determinada sociedade o defeito fosse valorizado, o mesmo não seria um fato social, criando assim um novo mundo para as crianças deficientes. Elas defendem que se criasse uma nova forma de educação para essas crianças. Educação que possibilitasse o desenvolvimento e a interação social, ou seja, procurar outros instrumentos para execução de atividades importantíssimas para vida em sociedade e surge, então, a primeira ideia de mediação.

Todos os instrumentos culturais são fundamentalmente meios sociais, e o mais importante é a fala. Valsiner e Van der Veer (1996) defendem que todo o desenvolvimento cultural da criança é determinado pela capacidade dela nominar a palavra como principal instrumento psicológico. Isso quer dizer que o domínio desses instrumentos se dá para origem social das funções. A fala, por exemplo, tem função interpessoal como instrumento de comunicação social e também para função intrapessoal para formulação de pensamento abstrato, da memória lógica, formação de conceitos, etc. O domínio desses instrumentos externos e internos proporciona o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Quando não ocorre esse desenvolvimento externo e interno acontece o primitivismo infantil, ou seja, uma criança que não se desenvolveu culturalmente, incapaz de usar certos instrumentos culturais. Na casa da fala, a criança primitiva é capaz de usá-la como meio de comunicação, mas não como meio de pensamento.

Então, a partir dessas novas perspectivas, as autoras afirmam que o potencial de desenvolvimento das crianças defeituosas deveria ser buscado na área de funções psicológicas superiores, pois as funções psicológicas inferiores dependem diretamente de fatores orgânicos.

Surge, então, para a educação dos surdos, o alfabeto manual, substituindo o signo sonoro das crianças ouvintes. A criança surda lê com os olhos e fala com as mãos. Essas crianças surdas podem ainda compreender a língua falada através da leitura labial, substituindo o som da fala por imagens visuais. Comprovando que a fala não está ligada ao aparelho fonador, podendo sim ser substituída por sistemas diferentes de signos, como a língua de sinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a linguagem faz parte do desenvolvimento humano, seja ela oral, linguagem de sinais, ela sempre estará presente no meio em que vivemos.

Diante da pesquisa realizada foi possível constatar que vários estudiosos colaboraram para que a linguagem de sinais pudesse alcançar o maior número possível, já que é um meio de se comunicar com o próximo.
Em destaque Vygotsky relata que é possível o surdo viver em sociedade, e ser bilíngue. A linguagem é essencial no desenvolvimento de qualquer criança, pois a linguagem é um instrumento de poder e aos surdos não pode ser negado o direito de usufruir dos benefícios de uma língua, portanto, aceitar a diferença do surdo e conviver com a diversidade humana é um desafio proposto à sociedade. A língua de sinais é uma ferramenta que permite ao surdo maior mobilidade e fluidez nas formações discursivas, como também fornece subsídios que o ajudam na constituição de suas identidades frente às imposições culturais do ouvinte.
Durante a pesquisa foi possível notar-se que hoje as crianças com deficiência auditiva podem ter um convívio com os outros, pois elas leem com os olhos e falam com as mãos. Diante desta pesquisa concluímos que a linguagem de sinais (LIBRAS) faz parte do nosso dia a dia e que se faz necessário ampliar o aprendizado desta segunda língua para aqueles que possuem uma dicção não comprometida.
Perante as leis que favorecem o aprendizado da LIBRAS nossas crianças estarão protegidas por seus direitos adquirido. Em suma o curso ampliou o conhecimento, podendo colocar em prática em sala de aula e no cotidiano dos indivíduos essa segunda língua. Podemos concluir que é de suma importância a língua de sinais tanto para a comunidade surda, como para aqueles que estão inseridos em seu contexto social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHARES, Luis Ernesto. **Novas correntes na educação do surdo:** dos enfoques clínicos aos culturais. Santa Maria, UFSM, 2000.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARRARA, Kester (org) **Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp Editora, 2004.

CUNHA, Marcos Vinicius. **Psicologia e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DAVIS, Claudia e OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de. **Psicologia na Educação.** São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Sueli, MOREIRA, Laura Ceretta. **Desdobramento politico-pedagógico do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos.** Revista "Educação Especial" v.22, n.34, p. 225-236, maio/ago, 2009, Santa Maria.

GESUELI, Zilda Maria. **Lingua(gem) e identidade: A surdez em questão.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 277-292, jan/abr, 2006.

KHOL, Marta. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 2008.

KOHL, Marta, SALES, Denise, MARQUES, Priscila. **DEFECTOLOGIA**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.4, p. 863 – 869, dez/2011.

LABORIT, Emmanuelle. **O voo da Gaivota**. Editorial Caminho, Lisboa, 2000.

LACERDA, Cristina. B.F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos**. Cadernos CEDES, vol. 19, n. 46, Campinas, setembro, 1998.

LODI, Ana Claudia, MOURA, Maria Cecilia. **Primeira língua e constituição do sujeito: Uma transformação social.** Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p. 1-13, junho, 2006.

LOUREIRO, Vera Regina. **A política de inclusão escolar no Brasil: pensando o caso dos surdos.** In. Revista Espaço. Informativo Técnico Científico do INES. Nº 25/26, JAN-DEZ. /2006.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais: Desenvolvimento e educação das crianças surdas.** São Paulo: Artmed, 2004, p. 171-192.

RABELO, Annete Scotti. **Aspectos linguísticos e uso na terapia fonoaudiológica bilíngue.** Estudos, Goiânia, v.33, n.5/6, p. 369-384, maio/jun. 2006.

REGO, Teresa Cristina. **Uma Perspectiva Histórico-cultural** da Educação. Vozes, 1996.

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: Linguagem e mediação.** Campinas, SP: Papirus, 2004.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação 1998.

SANTANA, Ana. Paula. **Surdez e Linguagem. Aspectos e implicações neurolinguísticas.** São Paulo: Plexus Editora, 2007.

SOUZA, Regina Maria. **Práticas alfabetizadoras e subjetividade.** In: In: LACERDA, C.; GÓES, M.C.R. (Orgs.) – **Surdez – Processos educativos e subjetividade.** São Paulo: Lovise, 2000.

VALSINER, J., VAN DER VEER, R. **Vygotsky: uma síntese.** São Paulo, SP: Editora Loyola, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. _____. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAPEL DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO COMO FATOR DE CONTRIBUIÇÃO PARA A REDUÇÃO DE ACIDENTES

Silva, Marco Antônio Rodrigues da

RESUMO

O principal objetivo do trabalho é enfatizar o papel da sinalização de trânsito como fator de contribuição para a redução de acidentes, a partir da desordem e desobediência às leis do trânsito, que trazem como consequências, vítimas incapacitadas e vítimas fatais, em virtude do número alarmante de acidentes que crescem assustadoramente ano após ano, principalmente em finais de semanas prolongados, festas de final de ano e carnaval, onde mesmo com as penalidades impostas aos condutores infratores, conforme noticiários diários, estes acidentes proporcionam prejuízos para o trânsito com as paralizações, passivo judicial, custo com indenizações, passivo social e sofrimento para as famílias afetadas. Diante desta situação, o trabalho mostra a importância dos sistemas de sinalização e a importância do respeito ao Código de Trânsito Brasileiro, principalmente no sentido da educação no trânsito, implantação, da manutenção e respeito ao sistema de sinalização de trânsito, com o intuito de que o número de acidentes possa diminuir, considerando-se com mais ênfase à educação no trânsito que deve começar em casa, se estendendo às escolas, ainda no pré-escolar, para que seja desenvolvida uma cultura de respeito à legislação e ao sistema de sinalização, para que se possa ter um trânsito com menos acidentes e mais humanizado.

PALAVRAS CHAVE: trânsito, sinalização, acidente, segurança, educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa bibliográfica sobre o papel da sinalização de trânsito, ressalta que o desenvolvimento desordenado nas grandes metrópoles, com a aglomeração de pessoas e número crescente de veículos, tem aumentado significantemente o número de acidentes nos grandes centros urbanos.

Diariamente é possível ler, assistir e ouvir nos noticiários que esse desenvolvimento tem gerado por ação humana, a ocorrência de inúmeros acidentes, entre eles, muitos com vítimas fatais, ocorridos diariamente por consequência desse fluxo de deslocamentos diários.

Tendo em vista que o número de acidentes se constitui em um problema atual, é absolutamente necessário ser contextualizado sob o ponto de vista da segurança para todos que transitam diariamente pelas vias públicas, sejam pedestres, ciclistas, motociclistas, automóveis, ou

qalquer outro meio, estejam preventivamente seguros, a partir de um sistema de sinalização eficaz.

Somente a partir de 1997, quando foi promulgado o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, surgiu a preocupação em se conscientizar as pessoas sob a perspectiva de andar com segurança no trânsito, independentemente do meio utilizado. Dessa forma, a sinalização de trânsito tornou-se um elemento de fundamental importância para uma possível obediência e prudência no trânsito, com o intuito de minimizar o número de acidentes. Sendo assim, o trabalho vai abordar o papel da sinalização de trânsito como fator de contribuição para a redução de acidentes.

O interesse pelo estudo do referido tema, originou-se após a percepção, das questões relativas aos acidentes de trânsito se transformarem em um dos graves problemas para as autoridades no assunto. Em razão, da movimentação de veículos, automóveis, pedestres, má sinalização do trânsito, comportamento inadequado dos motoristas, pedestres e novos sistemas de mobilidade urbana. Enfim, inúmeras causas que acabam por determinar uma estatística lamentável, que acaba gerando um grande passivo financeiro com as indenizações e um grande passivo social com a perda entes queridos e situações de incapacidade por perda de membros.

Com uma compreensão breve sobre trânsito e seus riscos percebidos no momento de trafegar, é possível perceber que em muitas das vias públicas não há nenhum tipo de sinalização, enquanto outras possuem, mais estão em estado ruim por falta de manutenção e outras que não são respeitadas pelos usuários das vias públicas. Assim, Renz (2015), afirma a precisão de haver uma sinalização apropriada e em bom estado de conservação e visibilidade para que o usuário possa ter controle e segurança ao transitar. Daí ele orienta:

> A falta de sinalização, ou a má projeção desta, tem repercussão direta e imediata em um fator da circulação de veículos: os acidentes de trânsito. Dentro da engenharia de tráfego, este é considerado um problema de primeira magnitude, visto que envolve risco de vida (RENZ, 2015, p. 17).

Baseando - se neste ponto de vista, surgiu o interesse no desenvolvimento deste trabalho, enfatizando as questões dos acidentes, bem como a preservação e a valorização da vida humana.

OBJETIVOS

- Mostrar o papel da sinalização de trânsito como fator de contribuição para a redução de acidentes.
- Destacar o papel da sinalização de trânsito;
- Apresentar o significado da sinalização de trânsito;
- Mostrar as contribuições que a sinalização pode oferecer para a redução dos acidentes de trânsito.

O PAPEL DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO- A EDUCAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS VIAS PÚBLICAS

São inúmeras pessoas no trânsito que vão ou que vem de algum lugar sempre com origem e destinos diferentes. Quando alguém desrespeita o

trânsito piora ainda mais o dia a dia nas vias tornando o trânsito desagradável e perigoso, ocasionado na maioria das vezes por imprudência, decorrente da falta de paciência e atenção.
Para solucionar problemas como estes, inclusive a redução dos acidentes é necessária agir com cidadania, ética e educação. Quanto mais usuários agirem de forma correta no trânsito mais pessoas se multiplicarão praticando as mesmas ações. E, isso deve ser praticado desde crianças, na escola e na própria família, das quais já devem receber essa base de como é viver em coletividade sempre respeitando o direito do outro. Pois se se há a necessidade um passar por aquela determinada via pública todos os dias é necessário também pensar que do outro lado também existe outro cidadão, o qual também tem a mesma necessidade.
Se o usuário pensar a via pública como um espaço coletivo e, não como individual, sempre respeitando os limites do outro, será um avanço na busca pela redução da maioria dos casos que acontecem cotidianamente.
Existem pedestres, por exemplo, que ao atravessarem a pista não atravessam no local correto da faixa indicada para a passagem de pedestres, mas quando este está dentro de um carro ou moto, se mostra intolerante quando observa outra pessoa praticando a mesma ação.
Outro exemplo é quando a pessoa está no veículo à frente e não permite a ultrapassagem de quem vem atrás dele e, quando acontece o inverso, se mostra intolerante em relação a mesma situação. Sendo assim, pequenas atitudes de tolerância e educação no trânsito, poderiam evitar muitos transtornos entre os usuários e possivelmente alguns incidentes ou mesmo acidentes.
Além de agir com ética no trânsito como não estacionar o carro em faixas que dizem ser reservadas para deficientes, também é preciso agir com cidadania, que se constitui em direitos e deveres, sendo que alguns princípios de cidadania no trânsito se constituem em cumprir as leis, preservar o espaço público, cobrar seus direitos, não dirigir caso tenha ingerido bebida alcoólica, não falar ao celular, sempre dar a vez para o pedestre ou ciclista e veículos menores, prestar socorro, dentre outros. Desta maneira, cabe ressaltar que a educação para o trânsito também deve estar presente em todos os níveis escolares, para que as crianças já cresçam na perspectiva de usufruir os seus direitos sempre respeitando os limites, sem atingir o outro.
Faz-se necessário entender que a educação no trânsito aconteça também nas escolas, como também na família, para que as crianças venham a crescer sempre pensando que ele é um cidadão possuidor de direitos como também de deveres, ou seja, a responsabilidade não fica centrada somente nas autoridades ou para o outro usuário do mesmo espaço público, é preciso que cada um faça a sua parte.
O trânsito nos dias atuais está bastante intenso, devido aos compromissos que os indivíduos têm com o trabalho, escola e uma série de outros que surgem diariamente. Logo, diante dessa dinâmica de pessoas e veículos, o trânsito tem se tornado altamente complexo. Como aponta Vasconcellos:

> "O trânsito é uma disputa pelo espaço físico, que reflete uma altercação pelo tempo e pelo acesso aos equipamentos urbanos, é uma negociação, dadas às características de nossa sociedade, não se dá entre pessoas iguais: a disputa pelo espaço tem uma base ideológica e política; depende de como as pessoas se veem na sociedade e de seu acesso real, ao poder - (VASCONCELLOS, 1988)".

Nesta perspectiva, quando se fala de trânsito, das suas leis e a respeito das sinalizações e, assim por diante, sempre vem ao caso, de algumas pessoas mencionarem que o poder público não cumpre na maioria das vezes com suas obrigações e, ao mesmo tempo em que reclamam, não fazem sua parte, que é respeitar a sinalização de trânsito, por exemplo. Daí, pode-se dizer que a responsabilidade de trânsito humanizado e seguro, não é responsabilidade somente das autoridades, é também dos pedestres, dos familiares e de todos os cidadãos que diariamente necessitam passar pelas vias públicas.

Com base neste paradigma educacional, a educação no trânsito pode ser uma das ações que poderá contribuir para que se evite a ocorrência de tantos acidentes e a redução do passivo social no país.

O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Em 23 de setembro de 1997 foi instituído o novo Código de Trânsito Brasileiro, propriamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual trás em seu capítulo VII o seguinte:

> Art. 74. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito. §1º É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito; § 2º Os órgãos ou entidades executivas de trânsito deverão promover, dentro de sua estrutura organizacional ou mediante convênio, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

É importante salientar que a educação como citada anteriormente é a solução para tantos problemas que ocorrem atualmente como os acidentes, em razão da imprudência e negligência.

> Art. 75. O CONTRAN estabelecerá, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito. § 1º Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover outras campanhas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as peculiaridades locais; § 2º As campanhas de que trata este artigo são de caráter permanente e os serviços de rádio e difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público são obrigados a difundir gratuitamente, com a frequência recomendada pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Percebe-se que é responsabilidade também do Poder público interferir no controle do trânsito. Sob esse aspecto, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN é o responsável por fazer
todas as aprovações, alterações, e qualquer necessidade que houver para ser feito na sinalização no trânsito também.

> Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.Então, na educação sobre o trânsito percebe-se que é feita uma parceira que se inicia desde crianças quando ainda estão juntas com os pais, depois na escola juntamente com órgãos e entidades competentes no assunto.
> Art. 77. No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do CONTRAN, estabelecer campanha nacional esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito. Parágrafo único. As campanhas serão de caráter permanente por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, sendo intensificadas nos períodos e na forma estabelecidos no art. 76.

Neste contexto, observa-se que o SUS – Sistema Único de Saúde, também atua como parceiro, nas campanhas com o objetivo de evitar acidentes e do cuidar das pessoas vitimadas pelo trânsito.

> Art. 78. Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desporto, do Trabalho, dos Transportes e da Justiça, por intermédio do CONTRAN, desenvolverão e implementarão programas destinados à prevenção de acidentes.
> Art. 79. Os órgãos e entidades executivos de trânsito poderão firmar convênio com os órgãos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, objetivando o cumprimento das obrigações estabelecidas neste capítulo. (CTB, 1997, p.24)

Ao que se percebe, os municípios, estados, Distrito Federal, SUS e outros, todos têm a missão de zelar, educar e cuidar de tudo que diz respeito ao trânsito. Fazendo-se uma reflexão, pode-se perceber o quão se faz importante a coordenação da parceria entre todos os órgãos com competência no assunto.

O SIGNIFICADO DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Conhecer bem os sinais de trânsito é indispensável para dirigir com segurança qualquer tipo de veículo e também visando evitar as temidas multas.

Por isso, o motorista não deve se preocupar em aprender sobre a sinalização de trânsito apenas na época da prova teórica com intuito de tirar a habilitação.

O QUE SÃO SINAIS DE TRÂNSITO?

Sinais de trânsito são elementos utilizados para sinalizar as vias, através de **placas, marcas viárias, equipamentos de controle luminosos, dispositivos auxiliares, apitos e gestos.**

São direcionados exclusivamente a ordenar ou dirigir o trânsito de veículos e pedestres, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Essa explicação será melhor detalhada quando falarmos sobre a classificação dos sinais.

SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Enquanto os sinais de trânsito são elementos individuais, a sinalização de trânsito é o conjunto desses sinais e dispositivos de segurança, colocados em vias públicas visando garantir maior segurança e fluidez no trânsito a veículos e pedestres.

Por exemplo, uma via pode conter um semáforo, que é um sinal de trânsito, e também uma faixa de pedestres, outro sinal. Cada um possui uma função específica, mas ambos fazem parte da sinalização daquele trajeto.

PARA QUE SERVEM?

Cada sinal **tem a função de comunicar determinada mensagem de forma rápida e clara, a pedestres e motoristas.**

Em conjunto, os sinais que compõem a sinalização de uma via pública servem para organizar a circulação de pessoas e veículos. Quando falamos em veículos, o termo engloba, além de carros e motos:

Veículos movidos a propulsão humana (bicicleta, por exemplo).

Veículos movimentados por tração animal (como charretes e carroças).

Realmente, ficaria difícil para todos circularem em ruas, avenidas, rodovias e estradas se não houvesse os sinais de trânsito para orientar.

CLASSIFICAÇÃO DOS SINAIS DE TRÂNSITO

De acordo com o artigo 87 do CTB, **os sinais de trânsito são classificados** como:

Verticais.

Horizontais.

Gestos do agente de trânsito e do condutor.

Dispositivos de sinalização auxiliar.

Sonoros.

Luminosos.

Com base na Resolução Nº 160/2004do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), segue detalhamento de tais sinais:

SINAIS VERTICAIS

São representados pelas **placas de trânsito,** fixadas na posição vertical, que trazem mensagens através de legendas e/ou símbolos legalmente instituídos e pré-reconhecidos.

A sinalização vertical pode ter função de regulamentação**,** advertência **e** indicação

SINAIS HORIZONTAIS

São as marcações, símbolos e legendas, pintados ou postos **sobre o pavimento das vias.**

A faixa amarela contínua que divide as duas metades de uma pista e a faixa de pedestres são exemplos de sinais horizontais.

A sinalização horizontal serve principalmente para controlar o fluxo de pedestres, veículos e busca complementar os sinais verticais de advertência, indicação ou regulamentação.

DISPOSITIVOS DE SINALIZAÇÃO AUXILIAR

São dispositivos (como os tachões, por exemplo) aplicados sobre o pavimento das vias ou nos obstáculos próximos a elas. Têm diversas funções, entre as quais:

Reduzir a velocidade praticada.

Oferecer proteção aos usuários.

Alertar os condutores sobre situações de perigo potencial ou que exijam maior atenção.

A FINALIDADE DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

A sinalização de trânsito tem por finalidade garantir segurança aos usuários, mantendo-os informados.

Conforme DNIT (2010), pode-se compreender que o objetivo da sinalização de trânsito classificada entre vários tipos, como sinalização vertical e horizontal, sinalização semafórica, de obras e sinalização de gestos e sonoras, nas quais apresentam a finalidade de comunicar aos usuários a atenção e o cuidado para que possam transitar de forma segura. Então, a sinalização é um conjunto de sinais que compartilham a finalidade de garantir aos seus usuários segurança e, ao mesmo tempo a proteção à vida.

A IMPORTÂNCIA DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

De um modo geral, sinalização tem a sua importância justamente porque orienta o usuário a ter mais atenção, por meio de uma simples mensagem visual, mas que tem um significado muito importante. Sobre isso, existem oito princípios que devem ser cumpridos e obedecidos pela sinalização, definida pela Resolução nº 236/07 (Manual de Sinalização Horizontal). A sinalização horizontal declara aos usuários para terem cuidado, ter mais segurança e, total atenção ao utilizar a via.

A legalidade é o primeiro princípio, ou seja, esse princípio vem informar a todos que só é válida, a sinalização regulamentada pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9. 503/ 97). Logo, ninguém pode sair criando tipos de sinalização e espalhando pelas vias.

O segundo princípio é o da suficiência da sinalização. É preciso que haja sinais suficientemente compatíveis com as necessidades.

O terceiro é a padronização, isto é, deve haver um padrão de sinalização em todos as unidades federativos, sendo que cada unidade não pode ter o seu próprio.

O quarto princípio é a uniformidade, ou seja, deve haver uma compatibilidade. Por exemplo, não podem ser colocados placas num mesmo cruzamento quando estas possuem orientações diferentes.

Já o quinto é a clareza, sendo que todo tipo de sinalização deve ser visível e com facilidade para se compreender caso contrário não servirá para nada.

O sexto é a credibilidade, é preciso ter cuidado para não cometer erros e, assim não perder a confiabilidade da entidade.
O sétimo princípio é a visibilidade/legibilidade, isto quer dizer que é necessário estar em bom estado de conservação, em lugares de fácil visibilidade, para que o usuário possa perceber, a longa distância.
E, por último, o princípio da manutenção e da conservação que versa, sobre a conservação destas sinalizações e limpeza do local para que proporcione os demais princípios.

A COMUNICAÇÃO VISUAL X CONDUTORES E PEDESTRES

A sinalização de trânsito informa e orienta os usuários das vias e o respeito à sinalização, garante um trânsito mais organizado e seguro para os condutores e pedestres.
Placas, inscrições nas vias, sinais luminosos, gestos etc. compõem a sinalização de trânsito. Estas informações regulamentam o trânsito, advertem os usuários das vias, indicam serviços, sentidos e distâncias, sendo classificadas em sinalização vertical, sinalização horizontal, dispositivos de sinalização auxiliar, sinalização semafórica, sinais sonoros e gestos.
O artigo 90, §1 do Código de Trânsito Brasileiro determina que a sinalização de trânsito é responsabilidade do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, e este responde pela falta, insuficiência ou incorreta colocação dos sinais.

A SINALIZAÇÃO LUMINOSA: SEMÁFORO

Conceitualmente, entender o semáforo pode parecer óbvio, mas essa sinalização é uma das mais importantes (e nem sempre é respeitada). Grande parte dos acidentes de trânsito no Brasil acontece por condutas irresponsáveis no trânsito e muitas delas têm a ver com desrespeito ao semáforo.
Existem semáforos de sinalização e advertência:
Os **semáforos de sinalização** têm como função controlar o trânsito em cruzamentos ou seções de via, alternando o direito de passagem dos vários fluxos de veículos e/ou pedestres.
Os semáforos destinados ao controle do fluxo de pedestres utilizam apenas as cores vermelho e verde. Já os de controle de veículos apresentam as cores vermelho, amarelo e verde.
Semáforos de advertência, por sua vez, têm a função de alertar sobre a existência de obstáculo ou situação perigosa, assim o motorista deve reduzir a velocidade e adotar as medidas de segurança necessárias para seguir adiante.



Ilustração: ktsdesign / Shutterstock.com

O semáforo é um sinal luminoso, composto por luzes de três cores: vermelho, amarelo e verde. O verde indica que a passagem está liberada e que o condutor pode cruzar a faixa com tranquilidade. A vermelha indica o contrário: que não é permitido passar. O amarelo, por sua vez, indica que a mudança do verde para o vermelho está próxima. Muitas pessoas entendem o sinal amarelo de forma equivocada e acabam cruzando ou aumentando a velocidade. Nesses casos, vale a pena dirigir de forma mais defensiva e optar por não cruzar quando o sinal estiver amarelo.

SIGNIFICADO DAS CORES DOS SEMÁFOROS



Ilustração: ktsdesign / Shutterstock.com

O semáforo é um instrumento que dispõe de **sinais luminosos** e é instalado em alguns pontos de ruas e avenidas para controlar o tráfego de veículos e pedestres, e é utilizado principalmente em cruzamentos em que é necessário **alternar a permissão de passagem** de veículos, mas

também podem ser instalados apenas para interromper temporariamente a marcha dos veículos, somente para permitir a travessia de pedestres.
Para comunicar tudo isso, o semáforo utiliza sinais luminosos compostos por três cores:

- **Verde:** quando a luz verde está ligada, é sinal que o veículo pode avançar.
- **Amarela:** é a luz que indica o término da permissão de passagem.
- **Vermelha:** quando o semáforo está nessa cor, o condutor está proibido de avançar.

Um grande problema entre os condutores do Brasil é que eles não compreendem corretamente para que serve o sinal amarelo. Daí é comum surgirem dúvidas em relação à cor amarela.
Quando enxergam que o semáforo mudou do verde para o amarelo, **aceleram para passar a tempo**, antes que ele fique vermelho. Muitas vezes, acabam cruzando no vermelho mesmo, embalados por já terem acelerado antes, quando o comportamento mais prudente deveria ser justamente o contrário: reduzir a velocidade ao ver que o sinal virou para o amarelo.

SINAIS SONOROS

Representam os sons por apito emitidos por agentes de autoridade do trânsito nas vias e são utilizados em conjunto com os **gestos** dos agentes, que **prevalecem sobre as regras de circulação e sobre as normas definidas por outros sinais de trânsito, conforme quadro 1 abaixo.**

Quadro 1 - significado dos sinais de apito

SINAIS DE APITO	SIGNIFICADO	EMPREGO
Um silvo breve	Siga	Libera o trânsito em direção/sentido indicado pelo agente
Dois silvos breves	Pare	Indica parada obrigatória
Um silvo longo	Diminua a marcha	Quando for necessário fazer diminuir a marcha dos veículos

Fonte: < https://aimore.net/placas/geral.html>

Além da sinalização através de apitos realizada pelos agentes da autoridade de trânsito nas vias públicas, podemos encontrar sinais sonoros em equipamentos eletrônicos.
Um exemplo é a sinalização sincronizada com o semáforo, geralmente instalada em locais próximos a hospitais, institutos de cegos, clínicas e lugares específicos de movimentação de deficientes visuais, para auxiliar a travessia de portadores de deficiência visual. Também o alarme sonoro

instalado nos cruzamentos de vias férreas, que alertam os motoristas e pedestres sobre a passagem de trens no local.

Sobre a importância da sinalização para evitar acidentes, será apresentado adiante os tipos de sinalização conforme apontado pelo art. 87 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), os sinais verticais e horizontais, luminosos, sonoros, dispositivos de sinalização auxiliar e gestos do agente de trânsito.

Na sinalização vertical utiliza-se placas na posição vertical, posicionada ao lado ou suspensa sobre a pista, e elas sempre transmitem de forma legal, algum tipo de mensagem. Os sinais verticais conforme a função, podem se dividir em sinal de regulamentação, de advertência ou de indicação.

Os sinais de regulamentação dizem respeito às proibições, obrigações, condições. Se por acaso, o condutor do veículo vier a desrespeitar qualquer uma delas, o fato se constituirá em infração, ressaltando que este tipo de sinalização se apresenta na forma circular. Assim, são apresentados a seguir, alguns exemplos de placas de sinalização de trânsito constantes do manual básico de segurança do trânsito:

PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO

	Parada Obrigatória		Sentido Proibido
	Proibido Virar à Esquerda		Proibido Virar à Direita
	Proibido Retornar		Proibido Estacionar
	Estacionamento Regulamentado		Proibido Parar e Estacionar
	Proibido Ultrapassar		Velocidade Máxima Permitida
	Proibido Acionar Buzina Ou Sinal Sonoro		Altura Máxima Permitida
	Mão Dupla		Sentido Obrigatório
	Vire à Esquerda		Vire à Direita

Fonte: (BRASIL, CTB, 1997).

PLACAS DE OBRAS

O próprio nome, indica o objetivo de tais placas, que é informar ao condutor da aproximação de obras. Normalmente, possuem o formato quadrado (instaladas na diagonal) e o fundo amarelo. Algumas também apresentam, logo abaixo, a indicação da distância.



Fonte: (BRASIL, CTB, 1997)

PLACAS DE ADVERTÊNCIA



Fonte: (BRASIL, CTB, 1997).

Estas placas de advertência apresentadas acima, segundo proposto pelo Código de Trânsito Brasileiro, como o próprio nome já diz, serve para alertar ao condutor que vai passando pela via, a tomar cuidado, pois significa que algo de perigoso está à frente.
A seguir tem-se como exemplo uma das placas mais conhecidas que é a lombada, na qual o condutor deverá diminuir a velocidade. Esta placa geralmente é colocada em locais com travessias de animais, pedestres, estudantes e em áreas urbanas com grande movimentação de pessoas e veículos. Instaladas em cruzamentos, vai servir de alerta aos condutores para que diminuam a velocidade e cruzem com atenção, dando preferência ao condutor da direita.



Sinalização de Advertência
Informações complementares
Placa adicional ou incorporada à placa principal formando um só conjunto com informações para complementar a Sinalização de Advertência.
São utilizadas quando for necessário informar ao condutor ou demais usuários da via, sobre a distância, extensão, posição, direção, alternativa existente aos locais onde há restrição de tráfego ou de reforço dos sinais principais.

Fonte: (BRASIL, CTB, 1997).

Como apresentado a sinalização vertical tem a função de sinais de regulamentação, orienta os condutores de como devem fazer de forma segura o percurso da viagem, se apresentando até mesmo com a finalidade educativa.

6.7 Placas de indicação e ou orientação

Estas *placas de indicação* sempre são encontradas em rodovias e/ou estradas que seguem com o objetivo de indicar os municípios, as cidades e, até mesmo estados e, outros destinos.



Fonte: < https://aimore.net/placas/geral.html>

Indicam e orientam o condutor sobre o local ou destino. As que possuem o fundo azul indicam o local e, as de fundo verde apontam o destino – utilizando setas e quilometragem

PLACAS EDUCATIVAS

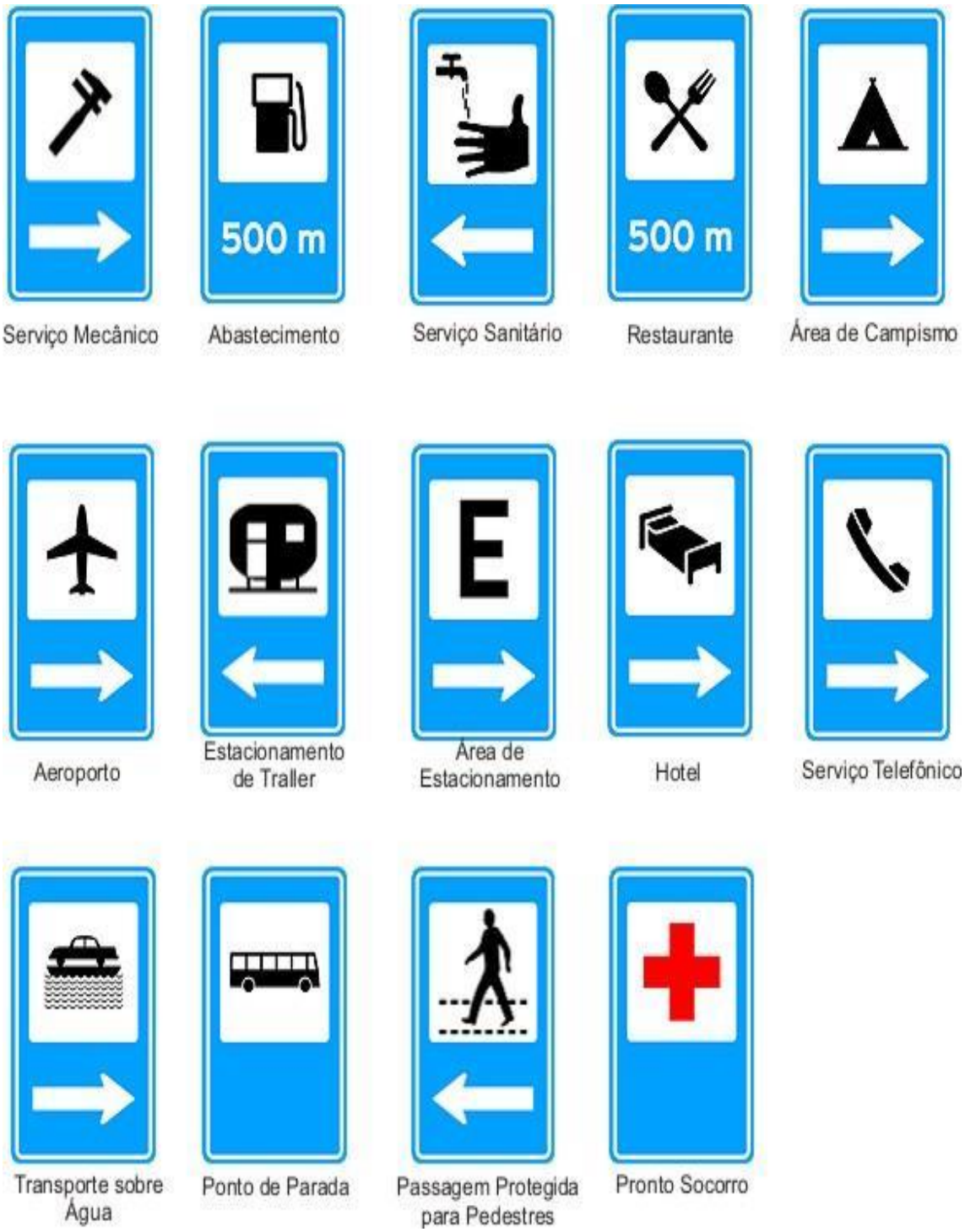
O propósito de tais placas é educar o condutor quanto ao seu comportamento no trânsito. São retangulares e possuem o fundo branco.



Fonte: Fonte: < https://aimore.net/placas/geral.html>

PLACAS AUXILIARES

Informam e orientam o pedestre ou condutor quanto aos lugares em que os mesmos podem dispor dos serviços indicados – hospitais, restaurantes e postos de gasolina, por exemplo. Possuem formato retangular, com fundo azul e contém o símbolo do serviço.



Fonte: Fonte: < https://aimore.net/placas/geral.html

PLACAS TURÍSTICAS

Indicam e orientam o condutor quanto a localização de atrações turísticas locais. Possuem o fundo marrom e contém o nome e o símbolo do local.



Placa Indicativa de Sentido
Placa Diagrama



Placa de Identificação de atrativo Turístico



Placa de Identificação de atrativo Turístico



Placa Indicativa de Distância



Placa Indicativa de Sentido



Placa Indicativa de Sentido
Posicionamento na Pista

Fonte: Fonte: < https://aimore.net/placas/geral.html>

AS CONTRIBUIÇÕES QUE A SINALIZAÇÃO PODE OFERECER PARA A REDUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

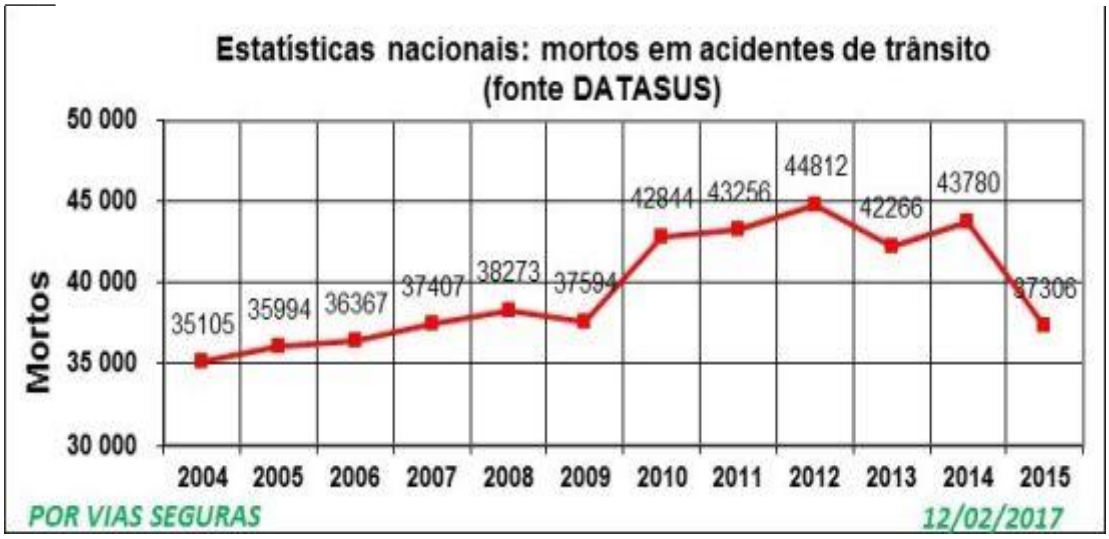
Se o governo federal, os estados e os municípios investissem adequadamente em sinalização, seria possível um trânsito seguro e com fluidez. Logo, as contribuições que a sinalização eficiente pode oferecer, é a disciplina dos fluxos de veículos e de pessoas, que em harmonia, poderão fazer seus deslocamentos, evitando acidentes no processo de mobilidade que envolve pessoas, bicicletas, motos, veículos automotores em geral e outros meios ativos.

Sem acidentes, a contribuição mais significativa está relacionada aos custos sociais que os acidentes podem provocar, além do custo

operacional com as interdições ou lentidões nas vias, em caso de acidentes.
É tudo um conjunto de fatores que se verifica, em que, vias bem sinalizadas e utilizadas por condutores ou pedestres conscientes, pode contribuir sensivelmente para a redução do número de acidentes e livrando o estado, o próprio condutor ou pedestre, dos passivos jurídicos e custos sociais, com os casos de morte ou invalidez e o trauma das famílias afetadas.

1 ESTATÍSTICAS NACIONAIS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

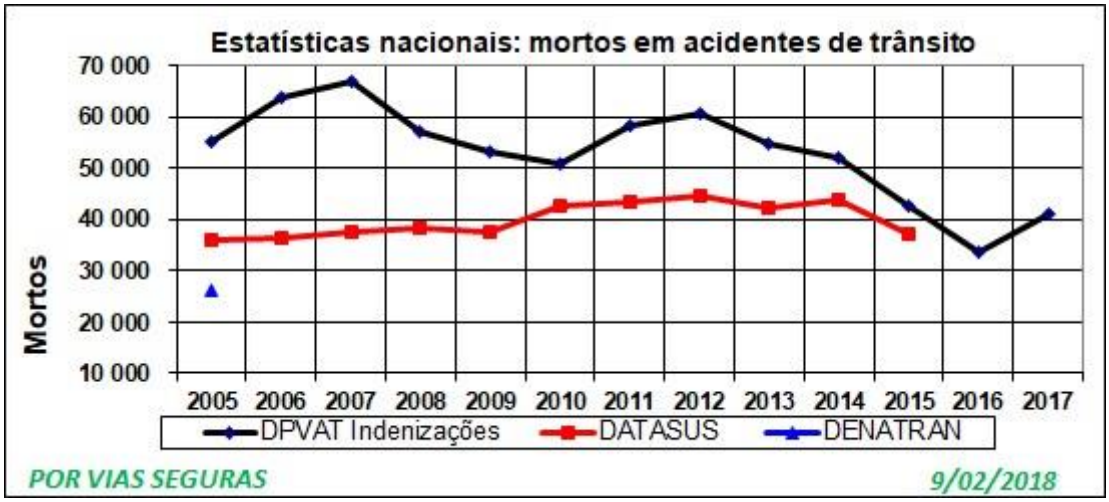
Segundo o site vias seguras, as únicas fontes são o Ministério da Saúde (37.306 óbitos e 204.000 feridos hospitalizados em 2015) e o Seguro DPVAT (em 2017, 41.150 indenizações por morte e 284.190 por invalidez).
O gráfico abaixo mostra a evolução do número de óbitos registrados pelo Ministério da Saúde de 2004 a 2015, com uma diminuição de 15% no último ano. *(Atualizado em 9/02/2018)*



Fonte: < vias.seguras.com>

COMPARAÇÃO COM OUTROS DADOS

De acordo com o site Vias seguras, a Seguradora Lider, entidade gestora do seguro obrigatório DPVAT, fornece estatísticas referentes às indenizações pagas por morte.
Também, até 2006, o DENATRAN publicou Anuários Estatísticos a partir dos Boletins de Ocorrência estabelecidos pela Polícia.
O gráfico abaixo mostra a comparação entre os dados provenientes destas três fontes:



Fonte: < vias.seguras.com>

Neste gráfico, **a curva "DPVAT"** representa o número de indenizações pagas cada ano. Isto não corresponde ao número de óbitos ocorridos no ano, pois certos processos de indenização podem levar vários anos. A forma irregular da curva traduz unicamente a evolução dos processos administrativos de indenização, sem nada a ver com a evolução do número de ocorrências.

Ao contrário, **a curva "DATASUS**" representa o número de óbitos registrados pelo Ministério da Saúde cada ano.

O gráfico mostra que, no período 2005-2015, o número de mortos no trânsito, indenizados pelo DPVAT, foi superior ao número registrado no âmbito do Sistema Único de Saúde.

8.2 Dados sobre os feridos graves

Ainda segundo o site vias seguras, o gráfico abaixo mostra a evolução, de 2005 a 2015 para o Datasus e de 2005 a 2017 para o DPVAT, de dois indicadores referentes aos feridos que sofreram lesões graves:



Fonte: < vias.seguras.com>

Segunda a vias seguras, a curva "DATASUS" representa o número de pessoas que foram internadas em hospital em decorrência de acidentes de trânsito e a curva "DPVAT" representa o número de pessoas que foram indenizadas por invalidez permanente cada ano. Isto não corresponde ao

número de lesões ocorridas no ano, pois certos processos de indenização podem levar vários anos. A grande diferência entre as ordens de grandeza dos números de indenizações antes e depois 2007 pode se dever a uma maior facilidade de acesso ao seguro a partir daquele ano.
Estes dois indicadores têm a ver com a gravidade das lesões, porém os valores dos últimos anos são tão diferentes que não é possível tirar deles, diretamente, uma avaliação do número de feridos graves. Uma análise comparativa mais detalhada seria necessária.

ESTATÍSTICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - **DADOS SOBRE AS VÍTIMAS FATAIS**

Segundo o site Vias Seguras as estatísticas do Ministério fornecem dados sobre os óbitos por causas externas. Estes óbitos são os que resultam de acidentes (inclusive os acidentes de transporte), agressões, suicídios, etc. A última avaliação anual disponível, através deste canal, do número de vítimas fatais de acidentes de transporte terrestre é de 37.306 em 2015.



Observa-se uma redução de 15% no último ano. Tal diferença surpreende.
Fonte: < vias.seguras.com>

DADOS SOBRE OS FERIDOS

As estatísticas do Ministério fornecem também dados sobre as internações por causas externas. O gráfico abaixo mostra a evolução do número de vítimas de acidentes de trânsito hospitalizadas.



Fonte: < vias.seguras.com>

Essas estatísticas têm a sua origem no **DATASUS,** banco de dados do Sistema Único de Saúde, acessível no portal do DATASUS. Um dos méritos deste banco de dados é a distribuição em faixas etárias de igual duração (5 anos), permitindo analisar a repartição dos acidentes em função da idade das pessoas envolvidas.

ESTATÍSTICAS DO SEGURO DPVAT - **O SEGURO DPVAT**

Segundo o site Vias Seguras, o seguro DPVAT foi criado por lei em 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e de reembolso de despesas médicas. As indenizações do DPVAT são pagas independentemente da apuração da culpa, da identificação do veiculo ou de outras apurações desde que haja vítimas, transportadas ou não.

Até 2007, a gestão do seguro DPVAT foi de responsabilidade da **FENASEG**, Federação Nacional de Seguros Privados e de capitalização, A partir de janeiro de 2008, o Seguro DPVAT, passou a ser administrado pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, criada em atendimento ao estabelecido pela Resolução 154/06 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A Seguradora Líder DPVAT integra os Consórcios do Seguro DPVAT e tem a missão de administrar e representar o grupo de seguradoras que operam esta modalidade de seguro, tendo como principal objetivo facilitar o acesso da população ao Seguro DPVAT, adotando na gestão de seus recursos os mais modernos mecanismos de governança corporativa e as mais atuais técnicas administrativas do mercado segurador.

ESTATÍSTICAS DE PAGAMENTOS DPVAT

Os números de sinistros pagos nos últimos anos foram os seguintes:

Sinistros indenizados no âmbito do seguro DPVAT, por ano de indenização				
Ano de indenização do sinistro	Sinistros de morte	Sinistros de invalidez permanente	Sinistros de despesas com assistência médica	Total
2002	37 018	16 280	41 306	94 604
2003	34 735	16 929	56 087	107 751
2004	34 591	22 391	61 538	118 520
2005	55 024	31 121	88 876	175 021
2006	63 776	45 635	83 707	193 118
2007	66 838	80 333	104 959	252 130
2008	57 116	89 474	125 413	272 003
2009	53 052	118 021	85 399	256 472
2010	50 780	151 558	50 013	252 351
2011	58 134	239 738	68 484	366 356
2012	60 752	352 495	94 668	507 915
2013	54 767	444 206	134 872	633 845
2014	52 226	595 693	115 446	763 365
2015	42 501	515 751	94 097	652 349
2016	33 547	346 060	54 639	434 246
2017	41 151	284 191	58 651	383 993
POR VIAS SEGURAS				*09/02/2018*

Fonte: < vias.seguras.com>

Esta tabela mostra uma redução, entre 2014 e 2017, de 48% das indenizações pagas em sinistros de invalidez permanente.

De modo geral, é importante lembrar que o ano de pagamento não corresponde necessariamente ao ano de ocorrência.

ESTATÍSTICAS DO DENATRAN -**ESTATÍSTICAS DE ACIDENTES DO DENATRAN, 2002 a 2006**

Segundo o site Vias Seguras, com dados sobre mais de 300.000 acidentes de trânsito com vitimas por ano, os Anuários do DENATRAN fornecem informações confiáveis sobre o perfil dos acidentes, das pessoas envolvidas e das vitimas.

Principalmente:

· Área: 84% dos acidentes com vitimas ocorrem em zona urbana.

· Período: 41% dos acidentes acontecem de noite.

· Vitimas fatais: Pedestres 26%, motociclistas 16%, ciclistas 7%.

· Feridos: Pedestres 14%, motociclistas 24%, ciclistas 7%.

· Veículos envolvidos: as motocicletas representam 21% da frota e 32% dos veículos envolvidos em acidentes.

NOVO IMPULSO PARA O SISTEMA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

Entrou em operação em 2007 o RENAEST, novo sistema nacional de estatísticas de acidentes de trânsito. Apesar de ser incompleto quanto aos números de acidentes e de vítimas, este anuário tem o grande interesse de mostrar a estrutura das estatísticas nacionais que podem ser obtidas com o programa RENAEST.

METODOLOGIA

O presente trabalho tomou como base a metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa, quantitativa e descritiva, especifica sobre a

sinalização de trânsito, desde a descrição da sua importância, do significado de várias imagens de sinalização, até a necessidade de cada pessoa seguir obrigatoriamente cada uma delas, pois como salientado acima, o número de acidentes tem se tornado um dos maiores problemas na contemporaneidade devido a falta de respeito no trânsito, num contexto geral.

Sobre os dados e informações utilizados para o desenvolvimento do trabalho, foram recolhidos por meio do Manual do Código de Trânsito Brasileiro, através de sites, revistas, artigos científicos, dissertações como também muitas informações obtidas diariamente nas mídias.

O estudo se caracteriza de forma científica, pois cumpre os objetivos de apresentar informações que tenham caráter comprobatório e, não opiniões pessoais. Dessa maneira, o procedimento utilizado foi de caráter bibliográfico, no qual foi possível uma revisão sob diversos aspectos que envolvem a segurança no trânsito.

RESULTADOS

Considerando-se que o assunto seja de fonte inesgotável e de vital importância para a vida humana, espera-se que o presente trabalho sirva de inspiração, para que outros interessados possam dar continuidade ao estudo, atualizando as mudanças no CTB, sempre que for possível e até mesmo enfatizando estatisticamente, a evolução da segurança no trânsito, considerando-se a mudança de hábito, as novidades da mobilidade urbana que a cada dia, de acordo com os avanços tecnológicos também exigem novos cuidados, novos estudos e novas soluções para que os usuários dos sistemas e das novas infraestrutura urbanas possam estar sempre em consonância com a sustentabilidade, qualidade de vida e segurança quando o tema estiver focado na mobilidade urbana com ênfase em trânsito humanizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível relatar algumas discussões sobre situações que são identificadas no trânsito, em cidades de pequeno, médio ou grande porte, que sempre causam transtorno, mas antes disso, cabe lembrar que os usuários das vias públicas, também são responsáveis pelos sinistros, em muitas das vezes, por desrespeitarem as leis do trânsito.

Existe a necessidade urgente em que governantes municipais, estaduais e federais, trabalhem por uma nova realidade, com o objetivo de modernizar a administração pública de forma que seja possível, planejar soluções para a atual situação caótica, verificada no trânsito das grandes metrópoles. Para ajudar nesse planejamento, temos o Código de Trânsito Brasileiro, que transcreve todas as bases legais, e cabe às autoridades, facilitar a vida dos usuários das vias públicas, fazendo valer o referido Código com campanhas ou mesmo com punições.

Sob determinados aspectos, o trânsito pode até ser interpretado como um vetor de vantagem comercial, favorecimento de valorização de determinada região, ou até mesmo por receber influências políticas decisórias e, com essa interpretação resultar apenas no desperdício do

dinheiro público, pois pode acontecer uma visão superestimada para determinadas situações em que o desenvolvimento demorar um pouco a chegar.

Com este estudo, entende-se que todos os usuários, para utilizarem as vias públicas com segurança, primeiramente, deveriam aprender as noções básicas de educação no trânsito, para que possam respeitar os limites do perigo, e trafegarem pelas vias pensando em si e nos demais usuários. O que na prática não acontece.

É fundamental, que também existam profissionais qualificados para execução de atividades relacionadas às campanhas de conscientização no trânsito, de forma que se tenha, principalmente nas grandes metrópoles, um trânsito harmônico e mais humanizado.

Dentre os aspectos apresentados, ficou evidente que o problema apontado inicialmente no estudo, se desdobrou ao longo do texto com o destaque da necessidade, de que todos os condutores de veículos de moto, carro de pequeno porte até o de maior porte, mobilidade ativa, como também os pedestres que transitam pelas vias, respeitem a sinalização e conheçam ao máximo as mensagens contidas nas placas de sinalização e o Código Brasileiro de Trânsito, mesmo que não sejam habilitados com a CNH-Carteira Nacional de Habilitação.

Daí, pode-se concluir que os meios de comunicação visual, gestual ou sonoros que se comunicam com os usuários da via, sejam eles motorizados, pedestres ou através de mobilidade ativa, orientam para determinadas condutas, para que todos trafeguem de forma segura. Sendo assim, ao se utilizar as vias públicas, com educação, obedecendo as leis de trânsito e respeitando o direito dos demais usuários, já é um grande passo para se evitar que a estatística voltada para os acidentes de trânsito, não fique com tanta evidência conforme destacada nos noticiários e que se tenha paz no trânsito, diminuindo assim, os custos sociais e os traumas familiares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CTB – **Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar em vigor.** Brasília, 2005.

BRASIL. **Conselho Nacional de Trânsito do, Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito** - Sinalização Horizontal, 1ª Edição, Brasília – DF, 2007.

BRASIL. **Conselho Nacional de Trânsito do, Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito** – Sinalização Vertical de Regulamentação, 2ª Edição, Brasília – DF, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. **Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito** – Volume II. Brasília, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. **Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito** – Volume IV. Brasília, 2007.

DAER. **DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM.** Sinalização Rodoviária. Porto Alegre, 2006.
DENATRAN. **Departamento Nacional de Transito, Manual de Procedimentos para o Tratamento de Pólos Geradores de Tráfego**. DENATRAN/FGV, Brasília – DF, 2001.

DNIT – **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.** 2010

COELHO, Aimoré. **Placas de Trânsito** – <http://aimore.net/placas/geral.html> Acesso em 04 de junho de 2019 – 11:17 h

RENZ. Eduardo Martins. **Avaliação da retro refletividade de pintura de demarcação viária horizontal em trechos da BR 287 e RS 509**. 2015. 77p. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015. Disponível em <http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/RESOLUCAO_CONTRAN_160.pdf> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

VASCONCELOS, E.A. **O que é trânsito?** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
Vias Seguras info@vias.seguras.com acesso em 04 de junho do 2019

AUDITORIA E CONTROLADORIA NO TERCEIRO SETOR

Bueno, Nilson Diego Berardo

RESUMO:
O terceiro setor é composto por entidades não governamentais, possuem gestão própria, são voluntárias, sem fins lucrativos e legalmente constituídas. Com o objetivo de compreender o processo legal para a prática efetiva de Projetos Sociais, este estudo descreve a análise e interpretação de diversos eixos sobre o tema, com ênfase em; tipos de organizações que compõe o terceiro setor, como elas atuam na sociedade e se mantém estabelecidas com auxílio financeiro externo, empresas colaboradoras, planejamento do projeto, colaboração de voluntários, coordenação do projeto, controle financeiro e estrutura física. Assim, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 62 do Código Civil de 2002, com a redação dada pela Lei nº 13.151, de 2015, a fundação somente poderá constituir-se para fins de: I – assistência social; II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III – educação; IV – saúde; V – segurança alimentar e nutricional; VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII – pesquisa científica, VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; IX – atividades religiosas.

PALAVRAS - CHAVE: Organizações. Controladoria. Auditoria. Projeto Social. Planejamento.

INTRODUÇÃO

As organizações que se qualificam como entidades do terceiro setor são também chamadas de Organizações Não Governamentais (ONGs), ou seja, associações, fundações, entidades de assistência social, educação, saúde, esporte, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia, entre outras várias organizações da sociedade. O presente artigo se procede do estudo, análise e interpretação de textos descritos por pesquisadores da área,
ONGs é um termo mundialmente usado para definir • associações civis; • sem fins lucrativos; • de direito privado; • de interesse público. Resumindo, ONG não existe no ordenamento jurídico brasileiro. O termo correto é OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. De modo geral, a OSCIP é entendida como uma instituição em si mesma, porém OSCIP é uma qualificação decorrente da Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 junho de 1999 (Lei do Terceiro Setor). O Decreto nº 3.100, que disciplina questões e obrigações, define documentos e atos necessários para quem estiver pleiteando a certificação da OSCIP. (Portal SEBRAE)
"OSCIP é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos

os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda". Em outras palavras, OSCIP é uma qualificação jurídica dada a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria. Instituições podem solicitar a qualificação como OSCIP.(*http://alfabrasil.org.br/oscip).*

FALCONER (1999), lembra que a expressão Organização Não Governamental, de interesse público, foi definitivamente incorporada, no Brasil, por ocasião da Conferência Rio-92, em função dos temas ali discutidos, que eram, relacionados ao meio ambiente, à defesa de direitos humanos e à preocupação de ordenar a participação social.

Mais conhecido pelo trabalho voluntário, principalmente após a Lei nº 9.608, o Terceiro Setor tem crescido e buscado a profissionalização nos últimos anos. Consequência disso é a criação de mais controles internos e melhor planejamento orçamentário nas organizações.

> Segundo MEIRELLES, Hely Lopes; "serviços sociais autônomos são todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de Direito Privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições para fiscais. São entes paraestatais de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias". (MEIRELLES, Hely Lopes, 2013).

São exemplos dessas entidades: SESI – Serviço Social da Indústria; SESC – Serviço Social do Comércio; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SEST – Serviço Social do Transporte; SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; APEX-BRASIL – Agência de Promoção de Exportação do Brasil; ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Os serviços sociais autônomos não gozam de privilégios administrativos, fiscais ou processuais, cabendo-lhes apenas aqueles que a lei especial que os criar, expressamente, conceder-lhes.

> "Envolve um número grande de pessoas interagindo de um modo distinto (...) que inclui ajuda mútua e informal, independente se as pessoas moram juntas. As pessoas envolvidas nesse modo são membros de família, vizinhos e, de forma 10 mais restrita, conhecidos, colegas de trabalho, membros da comunidade e membros de grupos voluntários e outros contextos." (SMITH, 1991, p. 138).

O Tribunal de Contas da União firmou orientação de que os serviços sociais autônomos não se subordinam aos estritos termos da Lei nº 8.666/93, mas a regulamentos licitatórios próprios. O regime de pessoal dos trabalhadores que atuam em tais entidades paraestatais é o da CLT. Entretanto, os atos praticados por seus dirigentes estão sujeitos a mandado de segurança, ação popular, responsabilidade pessoal por danos, improbidade administrativa e responsabilização criminal.

TERCEIRO SETOR" UMA INICIATIVA PRIVADA

> "No que diz respeito à definição operacional, a controvérsia parece ser um pouco menor, visto que a máxima é a de que as ONGs se engajam em ações guiadas pela melhoria da qualidade de vida e a transformação do modo de pessoas marginalizadas". (KOSLINSKI, 2007).

No Brasil, nos últimos anos, tem crescido surpreendentemente o número de organizações sem fins lucrativos, classificados como Terceiro Setor, com o objetivo de gerar serviços de caráter coletivo com fins sociais.
Estas Organizações sem fins lucrativos existem desde a Brasil colônia, portanto, não se trata de algo novo, mas algo que vem crescendo a cada dia, ganhando mais visibilidade, tanto na sociedade, quanto na mídia e chamando a atenção do próprio Estado, com características de gerar serviços de caráter coletivo com fins sociais, lutar em defesa dos direitos dos cidadãos, buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas.
KOSLINSKI (2007) expõe que o setor é visto como estrutura de oportunidade política e também como um conjunto de novos canais de participação, que devem ser definidas, primeiro a respeito de suas definições estruturais, e depois quanto a área ou forma de atuação. No tocante às definições estruturais, parece haver consenso ao menos em alguns pontos. Estas organizações são: (i) autogovernadas, ou seja, possuem uma estrutura própria e (ii) pertencem à esfera privada, mesmo que algumas ONGs recebam recursos de órgãos governamentais.
As organizações não governamentais (ONGs) surgem quando um grupo de pessoas se reúne para lutar por alguma causa, seja política, social ou ambiental, que é vista como urgente, mas que o governo não está conseguindo resolver sozinho. No Brasil, existem mais de 800 mil entidades em busca de um mundo melhor, trabalhando pela educação de crianças em situação de vulnerabilidade, pela empregabilidade, pelo esporte, pela música, pelas artes, entre outras. Quando esses grupos organizados da sociedade civil foram reconhecidos pela lei, na década de 1990, eles sobreviviam basicamente de doações, tanto da comunidade quanto de empresas relacionadas às causas. No entanto, com as dificuldades econômicas dos últimos anos, muitos doadores e contribuidores do terceiro setor tiveram seus orçamentos diminuídos, o que acabou impactando muitas ONGs no Brasil.

PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES SOCIAIS DO BRASIL

CD	Associação de Assistência á Criança Deficiente
Rede Globo	Criança Esperança
SBT	TELETON
ABONG	Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais
AE	Ação Educativa
AMA	Associação de Amigos do Autista
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
APAE-SP	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CENPEC	Centro de Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
ABRINQ	Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente
ADN	Fundação Dorina Nowill para Cegos
	Fundação Educar DPaschoal
SOS	Fundação SOS Mata Atlântica
AKATU	Instituto Akatu pelo Consumo Consciente
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Ecoar	Instituto Ecoar para a Cidadania
Ethos	Instituto Ethos
IPF	Instituto Paulo Freire
IS	Instituto Socioambiental
Laramara	Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual
NETS	Núcleo de Estudos do Terceiro Setor
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PAF	Projeto Aprendiz do Futuro
RITS	Rede de Informações para o Terceiro Setor
Rede SACI	Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação

Essas paraestatais, após a qualificação, são incentivadas pelo Poder Público, podendo receber dele recursos financeiros, permissão de uso de bens públicos e cessão de servidores públicos com ônus para o Estado, tudo mediante contrato de gestão. Esse contrato define as obrigações da Administração Pública e da organização social e dispõe sobre o controle estatal sobre a entidade paraestatal.

A busca de novas formas de gerenciamento e controle, tanto do Estado, quanto dos fomentadores de recursos às organizações sem fins lucrativos tem sido um grande desafio a ser alcançado, objetivando que os recursos nelas empregados, sejam utilizados de maneira eficiente com o máximo de transparência.

Cientes diante de um cenário político, marcado pela corrupção e pelo descaso, o setor privado reúne-se em organizações e associações sem fins lucrativos, porém bem estruturados, seguindo as normas legais do empreendedorismo, utilizando recurso adequados como: planejamento, administração competente, controle de recursos, divisão de tarefas, enfim, como deve ser uma empresa responsável.

A cooperação existe desde os primórdios da humanidade, quando o homem das cavernas descobriu que era muito mais seguro unir forças para caçar e se defender do ataque de seus inimigos.

Cooperar é a forma mais eficaz de se empreender. Historicamente, as pessoas cooperam porque percebem que os resultados obtidos coletivamente são melhores do que os que conseguiriam individualmente.

A participação dos cidadãos em ações que visem o bem comum, nasce da compreensão de que as questões globais enfrentadas pelas nações em um mundo em transição não podem ser resolvidas apenas pelos governos, ou pela lógica de mercado, tão pouco por iniciativas tomadas apenas no plano nacional. É antes de tudo um convite ao debate e à participação de cada um nesta nova iniciativa.

Unindo forças, associando recursos e integrando competências, as perspectivas quanto ao número de beneficiados aumentam consideravelmente.

A auditoria contábil contribui como um instrumento para auxiliar e fiscalizar toda gestão das políticas sociais das entidades sem fins lucrativos (Ongs). Para avaliar as entidades sociais sérias que realmente estão envolvidas no trabalho para comunidade, pois sabemos que muitas entidades deixam de receber verbas em virtude de justamente não estar em ordem com a documentação exigida, e também não possuírem um projeto para real aplicação dessas verbas.

. No caso das associações, são necessários, basicamente: constituição feita por pessoas; ter (ou não) patrimônio inicial; finalidade livremente definida pelos associados; a deliberação entre os associados é livre; e sua criação ocorre por meio de assembleia, com transcrição em ata e elaboração de estatuto.

As associações geralmente são administradas por uma Assembleia Geral, responsável pela definição quanto à sua forma de atuação, um Conselho Administrativo ou Diretoria e um Conselho Fiscal. O Ministério Público faz um acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas entidades sociais. No caso das fundações, que têm como órgão principal o Conselho de Curadores, o controle é muito mais intenso, existindo até uma obrigação anual de remessa de relatórios contábeis e operacionais. Já para as associações, esse controle não é tão rígido.

Tanto as associações quanto as fundações podem pleitear junto aos órgãos públicos titulações e certificações, como: Título de Utilidade Pública Estadual e Título de Utilidade Pública Municipal; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas); Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social; qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como outros títulos que facilitam à pessoa jurídica pleitear reconhecimentos de imunidades, isenções tributárias e outros benefícios.

Para manter as associações e fundações em pleno funcionamento, não basta apenas seguir à risca o que a lei determina. O capital humano também é um fator de extrema importância para o sucesso de uma organização. Mas, mais do que contar com um grupo de voluntários e profissionais bem intencionados, é essencial que se invista em capacitação técnica. Quanto mais qualificada e bem preparada for a equipe, mais chance de sucesso e continuidade se tem. Cursos, palestras, workshops, entre outras atividades, devem ser sempre estimulados.

O Terceiro Setor não é público nem privado, mas sim uma junção do setor estatal e do setor privado para uma finalidade maior, suprir as falhas do Estado e do setor privado no atendimento às necessidades da população, numa relação conjunta. A sua composição é lastreada por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela participação voluntária, de natureza privada, não submetidas ao controle direto do Estado, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia, trabalhando para realizar objetivos sociais ou públicos, proporcionando à sociedade a melhoria na qualidade de vida, atendimento médico, eventos culturais, campanhas educacionais, entre tantas outras atividades.

A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

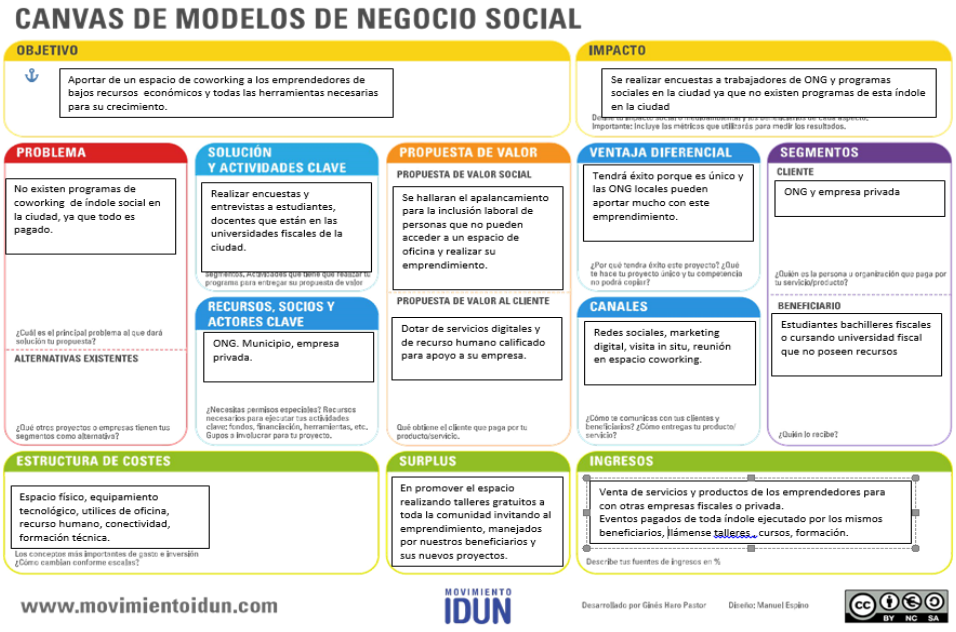
A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.

Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtido no curso da auditoria, a fim de evidenciar os

exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações.
Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.
Análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos devem ter sua integridade verificada sempre que forem anexados aos papéis de trabalho.
Os procedimentos para abrir uma Empresa do terceiro setor, devem seguir os passos normais; De acordo com o objetivo e recursos disponíveis, deve-se fazer uma pesquisa, um bom planejamento de estratégias e os procedimentos legais para abertura de firma, e durante sua gestão.

A IMPORTÃNCIA DA CONTROLADORIA

Um dos maiores desafios do terceiro setor, hoje, é conseguir sobreviver em situações de crise e encontrar novas maneiras de arrecadar recursos para o funcionamento de suas ONGs, se inspirando, inclusive, nas empresas privadas. "Em épocas de corte de verba, torna-se cada vez mais importante que o terceiro setor se torne mais eficiente e se organize para crescer.
Uma Empresa mesmo sem fins lucrativos, depende de capital para instalação e manutenção da estrutura física, portanto, necessita um comando responsável, um planejamento eficiente e o controle das finanças e da estrutura em geral, só assim seus objetivos serão alcançados com qualidade.



Roehl, Anderson e Bragg (2004) consideram o contador responsável por administrar o setor de Controladoria, mas *não* será ele o responsável pelo aval final a respeito do plano e das diretrizes elaboradas pelos gestores,

cabendo ao diretor e aos administradores de alto nível a decisão final. É sim papel desse profissional, fornecer as informações basilares das ações da administração. Serão informações financeiras e monetárias que darão um conhecimento mais realista aos gestores a respeito da
Cabe destacar que ainda existe quem imagine, só porque os resultados não devem ser distribuídos entre os sócios, que uma entidade do terceiro setor não deve gerar superávit. É a partir dos controles internos, com que se busca saber como estão sendo cumpridos os procedimentos determinados pela administração para proteger seu patrimônio e verificar a eficiência operacional.
A administração tem a função de delegar autoridades e responsabilidades aos executores das diversas atividades, se ocorrerem falhas demasiadas, o propósito da entidade, pode ser desconsiderada E é exatamente neste contexto que manifesta a importância da controladoria, uma vez que a sua função é de zelar permanentemente para que isto não aconteça.
A função principal dos sistemas de dados é gerar informações sobre a situação da organização, e o controller terá que examiná-las e transformá-las em números fidedignos para que os gestores e a alta administração recebam tais informações para a tomada de decisões, buscando transformar essas decisões em resultados positivos a partir da diferença entre aquilo que se ganha (receita) e aquilo que se gasta (despesa).
Mosimann e Fisch (1999) afirmam que são feitos cálculos e estimativas que, a partir dos dados contábeis, informam aos gestores quais os melhores caminhos a serem seguidos. A Controladoria será responsável pela análise dos dados financeiros, fornecendo aos gestores as informações necessárias para que haja um bom planejamento. Todas as informações contábeis serão utilizadas para serem feitas estimativas dos resultados que serão obtidos, a partir dos vários caminhos que poderão ser seguidos.
Para ressaltar a importância da controladoria dentro do contexto destas entidades, é preciso avaliar por que estas organizações devem investir no setor e, assim, assegurar a sua missão e eficácia. O que está em jogo é um conjunto de atributos ligados à ideia de confiabilidade, confidencialidade e à fidedignidade das informações. Por essa razão, os controles internos devem ser corretos e fidedignos. Se as informações não estiverem corretas, quem tem que estar avaliando é a controladoria, pois ela é detentora da capacidade técnica para mensurar dados e avaliar se a contabilidade está de acordo com as normas, entre elas a ITG 2002 (R1), onde um dos itens se refere às receitas e às despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência.
A Controladoria não pode ser vista como um método, voltado ao como fazer. Para uma correta compreensão do todo, devemos dividi-la em dois vértices: o primeiro como ramo do conhecimento responsável pelo estabelecimento de toda base conceitual, e o segundo como órgão administrativo, respondendo pela disseminação de conhecimento,

modelagem e implantação de sistemas de informação. (ALMEIDA, PARISI e PEREIRA, 2001)

Em se tratando do Terceiro Setor, a auditoria significa mais que análise das demonstrações contábeis e dos procedimentos internos. Também é utilizada para que os órgãos de controle verifiquem a conformidade dos atos praticados pelas entidades. Nesse caso, a auditoria também é chamada de fiscalização.

Esse tipo de procedimento decorre da própria natureza das Organizações da Sociedade Civil, que são alcançadas por benefícios fiscais, e podem receber titulações e recursos por parte do poder público. Por isso é bastante comum a realização de auditorias por parte de órgãos públicos celebrantes de parcerias, e órgãos de fiscalização e controle como ministérios públicos, tribunais de contas, controladorias gerais, procuradorias gerais, previdência social, e receita federal.

No atual contexto de alta competitividade da economia global, mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas são capazes de impactar rápida e diretamente a dinâmica das organizações. Ou seja, para se manterem ativas nesta conjuntura de negócios, as empresas precisam reagir a estas variações na mesma frequência e velocidade em que elas acontecem. Para isso, além de uma estrutura operacional eficiente, as empresas necessitam de informações qualificadas que auxiliem no processo de gestão. Neste cenário, a Controladoria assume um importante papel, pois além de ter responsabilidade sobre a gestão da informação, possui uma visão integral das empresas e dos seus objetivos.

Segundo Machado et al. (2010), sua origem se dá a partir de conceitos fundamentais da contabilidade e aponta para atividades de suporte informacional, controle interno, planejamento tributário, elaboração do orçamento e medidas operacionais. Assim, além de suprir a necessidade da gestão por relatórios para a tomada de decisão, esta passa a atuar mais diretamente no planejamento das ações das empresas.

O profissional responsável por compilar estas necessidades informacionais e de gestão, no Brasil, é o Controller.

Conforme Figueiredo e Caggiano (2004), seu papel é cuidar da continuidade das organizações, viabilizando a coesão entre as atividades desenvolvidas pelos setores, por meio de um eficiente sistema de informações. Ou seja, ele é o profissional que tem a responsabilidade de coordenar as ações da empresa em busca de melhores resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terceiro Setor é um termo "guarda-chuva" que inclui vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se também diferentes marcos teóricos O terceiro setor surge no Brasil em 1992, por iniciativas particulares com um sentido público. Pensávamos conhecer o futuro e divergíamos apenas sobre como chegar lá, mas a ciência e a tecnologia continuam projetando uma linha de progresso indefinida, porém, suas implicações sociais se tornaram incertas e os problemas das nações são infindos. A insegurança do futuro significa também sua abertura. Para o

bem ou para o mal. O jogo continua. E se é aberto, é também diverso. Não obstante, apesar das diferenças, as chances do futuro se tornam universais. As experiências do 3º setor induzem a uma crença de que há coisas positivas e prodigiosas por fazer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.B.; PARISI, C.; PEREIRA, C.A. (2001): Controladoria. In: CATELLI, A.; (Coord.). **Controladoria: Uma abordagem da gestão econômica** – GECON. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas.

KOSLINSKI, M. C.; CARRASQUEIRA, K.; ANDRADE, F. M.; CUNHA, C. P. **Políticas de responsabilização educacional: modelos possíveis e uma análise preliminar da política do município do Rio de Janeiro**. In: CAVALIERI, A. M.; SOARES, A. J. Políticas educacionais no Estado do Rio de Janeiro.

LUNKES, R. J.; SCHNORRENBERGER, D.; ROSA, F. S. **Funções da Controladoria: uma análise no cenário brasileiro**. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 15, n. 47, p. 283-299, 2013.

MEIRELLES, *Hely Lopes*. **Direito administrativo brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. 925 p. BOLETIM IJC 11/2014. Biblioteca – MP-SP. Página *2*

MOSIMANN, C. P.; ALVES, J. O. C.; FISCH, S. **Controladoria seu papel na administração das empresas**. Florianópolis: Fundação ESAG, 1993.

MOSIMANN, C. P; FISCH, S. Controladoria. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROEHL-ANDERSON, J. M.; BRAGG, S. M. **The controller's function: the work of the managerial accounting**. Ne KANITZ, S. C. Controladoria: teoria e estudo de casos. São Paulo: Pioneira, 1976.w York: John Wiley & Sons, 1996

(Https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/10/cadernos/jc_contabilidade/589263-**atuacao-da-controladoria-no-terceiro-setor**.html)
SMITH, David Horton. **Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly.** V. 20 N. 2, Summer 1991, pp.137-50. VAN TIL, Jon e OUTROS. Critical Issues in American Philanthropy. San Francisco.
http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae?artigos?oposicionamentod-do-sebrae-nos-negociossociais,8b797b008b103410VgnVCM100000b272010aRCRD

REVISÃO INTEGRATIVA: ANÁLISE DE ESTUDOS BRASILEIROS SOBRE A APLICAÇÃO DO PICTURE EXCHANGE COMMUNICATION SYSTEM - PECS COM INDIVÍDUOS AUTISTAS

Silva, Vera Lucia Brinques da

RESUMO

O *Picture Exchange Communication System* (PECS) é um sistema de comunicação alternativa comumente utilizado por indivíduos com autismo e/ou com necessidades complexas de comunicação. Até o momento, não foi encontrado na literatura cientifica, pesquisas de revisão que analisassem a aplicação do PECS com indivíduos autistas somente com estudos brasileiros. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar a produção recente de estudos brasileiros sobre a aplicação do método de ensino PECS com indivíduos autistas. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura. Dados referentes ao objetivo de cada estudo, desenho metodológico, fases implantadas, número de participantes, generalização e manutenção de ganhos, validade social e resultados, foram extraídos. As evidências revisadas nesta pesquisa suportam alegações de que o ensino com o PECS se mostrou eficaz para a promoção de habilidades de comunicação funcional, podendo ser constatado um aprimoramento em habilidades de fazer trocas de figuras de maneira independente, de discriminação e de generalização de figuras em contextos variados. O ensino ainda promoveu vocalizações com intenção comunicativa, melhora no comportamento sócio comunicativo e na interação social. Contudo, a não aplicação das seis fases do PECS em todos os estudos deixa questionamentos referentes à clareza do efeito que a intervenção pode vir a ter em termos de desenvolvimento da aprendizagem para novas habilidades, que não somente as adquiridas até a fase III, assim como não ficou claro se os ganhos adquiridos durante o treinamento são mantidos ou não a médio e em longo prazo, justificando assim a continuidade de pesquisas sobre essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. PECS. Comunicação alternativa.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, comportamentos excessivamente repetitivos, interesses restritos e insistência nas mesmas coisas (DSM-5, 2014, p. 31). No que tange a comunicação, um problema comum para pessoas com TEA está na habilidade em aprender a se comunicar, onde a deficiência ocorre não

somente na aquisição da fala, mas também em graus variados da comunicação não verbal e na expressão da linguagem (JESUS, 2013). Seja na compreensão do que as pessoas estão falando, como na linguagem mais abstrata, figuras de linguagem, de alguma forma a linguagem poderá estar afetada. Essas características se diferenciam pelos graus de comprometimento do Transtorno do Espectro Autismo (MELLO, 2008).

Frente às dificuldades em ensinar a comunicação funcional para indivíduos com autismo ou outra forma de desenvolvimento atípico, foram desenvolvidos sistemas de comunicação alternativa, que utilizam estímulos visuais como forma de promover a comunicação funcional e a interação social desses indivíduos. Destacam-se, dentre esses sistemas destinados às pessoas com autismo, aqueles que usam símbolos gráficos, como fotografias, gravuras, desenhos, chamados de baixa tecnologia, e os de alta tecnologia, como, o uso de sistemas de computador com voz sintetizada, dentre outros (WALTER, 2011, p. 127).

Assim, em busca de conhecimento e de práticas de ensino que possa contribuir para a autonomia desses sujeitos no processo de aprendizagem, este trabalho discute o uso do *Picture Exchange Communication System* (PECS), um sistema de comunicação alternativa comumente usado por indivíduos com autismo com a finalidade de promover habilidades de comunicação funcional por intermédio da troca de figuras.

O PECS foi desenvolvido nos Estados Unidos, nos anos 80, pelo psicólogo Andrew Bondy e pela fonoaudióloga Lori Frost, e consiste em um sistema de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA), usado para complementar ou substituir a fala natural de indivíduos com autismo e/ou com necessidades complexas de comunicação. As pessoas que usam o PECS são ensinadas a dar um cartão com uma imagem de um item desejado a um parceiro de comunicação em troca do item representado no cartão, criando, assim, um ato comunicativo para que um resultado concreto aconteça dentro de um contexto social (BONDY; FROST, 1994).

O PECS propicia essencialmente a comunicação expressiva, isto é, dá às pessoas que apresentam dificuldades de comunicação uma forma funcional de expressar suas necessidades, escolhas e vontades, por meio de trocas físicas, proporcionando a essas, maior autonomia frente às adversidades do dia a dia e assim reduzindo frustrações (VIEIRA, 2012).

O objetivo do PECS é ensinar indivíduos a emitir comportamentos sob controle de estímulos antecedentes verbais ou não verbais e que produzam consequências mediadas por um ouvinte especialmente treinado para responder a estes comportamentos. Assim, esses comportamentos não precisam necessariamente ser vocais, desde que sejam selecionados e mantidos por esse tipo particular de consequência (mediada) (FIDALGO; GODOI; GIOIA, 2008).

O protocolo de treinamento do PECS desenvolve-se por meio de seis fases sequenciais, cada uma delas composta por objetivos e treino específico

por meio da utilização de um conjunto de símbolos e imagens juntamente com objetos reais de interesse da pessoa que fazem parte do seu cotidiano (ALMEIDA, 2017). O PECS conta com o princípio da Análise Comportamental Aplicada (ABA), de modo que estímulo distinto, reforço e as estratégias de correções de erros são especificados em cada fase de treinamento (BONDY; FROST, 2001). Dicas verbais não são usadas, construindo assim início imediato e evitando a dependência de dicas (VIEIRA, 2012). Segue apresentação das seis fases do PECS (PECS-BRAZIL, 2019).

FASE I. Como se comunicar*.* Os indivíduos aprendem a trocar uma figura por itens ou atividades que realmente desejam; FASE II. Distância e Persistência*.* Ainda usando uma única figura, aprendem a generalizar essa nova habilidade, usando-a em lugares diferentes e com pessoas diferentes; FASE III. Discriminação de Figuras*.* Aprendem a escolher entre duas ou mais figuras para pedir suas coisas favoritas; FASE IV. Estrutura de sentença*.* Os indivíduos aprendem a construir sentenças simples em uma tira de sentença destacável usando uma figura "Eu quero", seguida por uma figura do item que está sendo solicitado; FASE V. Solicitação Responsiva. Aprendem a usar o PECS para responder perguntas como "o que você quer"; FASE VI. Comentário. Os indivíduos são ensinados a comentar em resposta a perguntas como "O que você vê?", "O que você ouve?" Elas aprendem a compor frases começando com "Eu vejo", "Eu ouço", "Eu sinto", dentre outros.

Desde o seu desenvolvimento, o PECS tem recebido considerável atenção na literatura científica revisada por pares, e geralmente tem se demonstrado ser uma prática promissora relativamente útil na promoção da comunicação funcional em indivíduos autistas com necessidades complexas de comunicação (TIEN, K. C, 2008; FLIPPIN; RESZAK; WATSON, 2010; GANZ. J. B.; RICHARD L.; SIMPSON. R, 2012; MIZAEL; T. M.; AIELLO. A. L, 2013; OLIVEIRA; ROSA; FREITAS, 2015). No entanto, não foi encontrado até o momento, na literatura cientifica, pesquisas de revisão integrativa que analisassem a aplicação do método de ensino PECS com indivíduos autistas somente com estudos brasileiros. Assim, busca-se saber com este estudo: O que dizem os estudos brasileiros a respeito da aplicação do método de ensino PECS com indivíduos autistas?

Seguindo a sugestão de Oliveira, Rosa e Freitas (2015) e tendo em vista a necessidade de mais pesquisas sobre a aplicação do método PECS com indivíduos com transtorno do espectro do autismo, mas com outra proposta, a de uma revisão integrativa, o objetivo geral deste estudo é analisar a produção recente de estudos brasileiros sobre a aplicação do método de ensino PECS com indivíduos autistas.

Este estudo se justifica pela necessidade de analisar a produção científica de estudos que abordam essa temática, onde é cada vez mais necessário e pertinente trazer para o centro de discussões recursos e estratégias específicas que possam contribuir para a prática pedagógica na

perspectiva de auxiliar indivíduos com autismo no seu desenvolvimento cognitivo, psicológico e comportamental e poder replicar os relatos advindos desses estudos, sendo esses, de grande importância para o meio acadêmico.

MÉTODO

Adotou-se, nesta pesquisa, o procedimento de revisão integrativa. A revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Para o levantamento dos estudos científicos, realizaram-se buscas na internet, nas seguintes bases de dados: Scielo, Bireme, Pepsic, Banco de Teses e Dissertações CAPES, com as palavras-chave: PECS, autismo, Picture Exchange Communication System e comunicação alternativa. Os critérios de inclusão foram: a) indivíduos envolvidos no estudo com o diagnóstico de autismo; b) estudos que utilizaram na intervenção parte e/ou todas as fases do PECS; c) estudos brasileiros publicados entre o período de 2012 a 2018. A escolha por privilegiar esse período foi por não ter sido encontrado estudos brasileiros já analisados nesse espaço de tempo. Os critérios de exclusão foram: a) estudos que utilizaram modelos baseados no PECS; b) estudos em que os participantes já faziam uso de algum método de comunicação alternativa antes da intervenção.

Foi encontrado um total de 11 de artigos relacionados com as palavras-chave procuradas, dos quais 3 foram lidos somente os resumos e foram excluídos, pois era uma versão do PECS original, denominado método PECS-Adaptado, restando 8 artigos para leitura na íntegra. Após a leitura verificou-se que quatro deles, os participantes do estudo já faziam e/ou fazem uso de outro sistema de comunicação alternativa, sendo assim, de acordo com os critérios foram excluídos, restando 4 artigos para análise.

Para apresentação dos artigos selecionados que atendessem aos critérios de inclusão desta pesquisa foi feito um quadro expositivo (Quadro 1), no intuito de situar o leitor acerca dos estudos que foram analisados, com os seguintes dados: nomes dos autores de cada estudo, ano de publicação, objetivos, desenho metodológico, fases implantadas, número de participantes e os resultados obtidos com a intervenção, os quais foram extraídos dos resumos, segundo palavras dos autores. Para a análise, foram considerados os resultados que a intervenção com o PECS proporcionou aos participantes da pesquisa, onde os dados extraídos dos artigos foram realizados de forma descritiva, permitindo observar, contar, descrever e classificar os dados, a fim de reunir o conhecimento produzido sobre o tema abordado nesta revisão.

RESULTADOS E DISCUSÃO- 3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro 1 – Artigos selecionados na revisão integrativa

Estudo	Objetivos	Desenho metodológico	Resultados

OLIVEIRA, Thais Porlande; JESUS, Juliana Campos de, 2016.	Delimitar as condições contextuais sob as quais o protocolo de comunicação é efetivo, analisando algumas variáveis na aplicação das suas três primeiras fases, que ensinam comportamento de requisitar (emitir mandos).	Foi realizada uma entrevista na qual foram levantados, além de dados de estímulos potencialmente reforçadores, os quais foram posteriormente submetidos à Avaliação de Preferência entre Múltiplos Estímulos (MSWO) O repertório verbal foi avaliado por meio do inventário ABLLS. Foram considerados comportamento verbal (imitação vocal, tatos e mando), contato visual, imitação motora e habilidade de pareamento com o modelo. Fases I, II, III. 4 participantes.	Os resultados deste estudo permitem considerar que o PECS é um procedimento eficiente para o ensino de comunicação funcional, em especial para o ensino de mandos, porém o repertório de entrada do participante é variável que interfere na aquisição e na velocidade de ensino da comunicação. Diferenças no desempenho podem estar ligadas às diferenças individuais dos participantes, decorrentes da história de cada um, conjuntamente com as variáveis instrucionais do procedimento.
JESUS, Juliana Campos de; OLIVEIRA, Thais Porlan Oliveira; REZEND	Ensinar mandos com o *Picture Exchange Communication System* (PECS) e avaliar a sua generalização entre ambientes.	Delineamento do sujeito único, no qual uma mesma variável (treino do PECS) foi introduzida para um mesmo comportamento (respostas de mando), porém em sujeitos diferentes e	Os resultados da aquisição da comunicação por troca de figuras neste estudo permitem considerar que o PECS é eficaz para o ensino de mandos e para a verificação da generalização por autistas. Embora o treino

E, Júnior Vieira de, 2017.		comparando e compartilhando condições ambientais semelhantes. O delineamento constou de linha de base, fase de intervenção (treino de mandos pelo PECS) e o teste da generalização entre ambientes. Fases, I, II, III. 4 participantes	e a generalização tenham sido bem-sucedidos, algumas considerações que auxiliam a compreensão dos resultados merecem ser feitas. 4 participantes.
LEVY, Evelyn Talita Silveira; ELIAS, Nassim Chamel; BENITEZ, Priscila, 2018.	Investigar se as três primeiras fases do Sistema de Comunicação por Troca de Figuras poderiam ser apresentadas em uma única fase, em que respostas corretas de tentativas de escolha de acordo com o modelo (MTS) de identidade com as figuras de comunicação, produzissem acesso ao reforço específico, representado por cada figura.	Foi utilizado o delineamento de linha de base múltipla entre participantes, em que há o registro do desempenho dos participantes em determinado comportamento ao longo do estudo e, para cada participante, a intervenção é introduzida em momentos distintos e específicos. FASES: I, II, III. 4 participantes.	O ensino produziu aumento no número de respostas espontâneas para todos os participantes. A possível vantagem dessa nova proposta é que se pode ensinar mais do que uma única resposta simultaneamente, condensando as três fases iniciais do PECS em uma única fase, o que pode parecer útil, em termos de economia de ensino.
RODRIGUES, Viviane, 2018.	Analisar o desempenho durante a intervenção, averiguar o nível de independência,	Delineamento experimental de linha de base múltipla por sujeitos combinado ao delineamento de	Os resultados mostraram ganhos significativos de comunicação para todos os participantes. Quanto

	monitorar o vocabulário, demonstrar as habilidades de comunicação; quanto aos participantes responsáveis, professoras e estagiárias: analisar a formação apresentada aos parceiros de comunicação quanto à intervenção, avaliar o desempenho dos parceiros de comunicação durante a aplicação do PECS e POVM, desenvolver um Guia de Manutenção do PECS; verificar a validade social da intervenção.	tratamentos alternados, sendo o PECS associado ao POVM a variável independente e as habilidades de comunicação se constituíram na variável dependente. FASES I, II, II, IV, V, VI. 3 participantes.	ao vocabulário, dois participantes realizaram a comunicação por meio de figura e fala, enquanto um participante somente realizou a comunicação por meio das figuras. O estudo também concluiu que o follow-up (modelagem de vídeo) associado ao PECS, demonstrou-se uma possibilidade em Comunicação Suplementar e Alternativa para as crianças com TEA, deixando o processo mais ágil.

Fonte: Elaboração própria (2019).

De maneira geral, todas as pesquisas alcançaram seus objetivos propostos com seus respectivos participantes (JESUS; OLIVEIRA, 2016; JESUS; OLIVEIRA; REZENDE, 2017; LEVY; ELIAS; BENITEZ, 2017; RODRIGUES, 2018).

Houve um acréscimo considerável para todos os participantes em habilidades de imitação gestual motora com o treinamento (JESUS; OLIVEIRA, 2016; JESUS; OLIVEIRA; REZENDE, 2017; LEVY; ELIAS; BENITEZ, 2017; RODRIGUES, 2018). Sendo que na pesquisa de Rodrigues (2018) essa habilidade se mostrou mais ágil. Segundo a autora, isso ocorreu em decorrência do uso da modelagem de vídeo (POVM), já que a criança consegue visualizar através de um vídeo um modelo demonstrando o movimento que deverá ser realizado antes de ter que fazê-lo e por consequência consegue imitar com mais facilidade. A habilidade de imitação é uma ferramenta de ensino importante para os indivíduos autistas que deve ser trabalhada incessantemente, pois é através dela que novas habilidades poderão ser adquiridas.

Todos os participantes conseguiram estabelecer a comunicação por meio da troca de figuras de maneira independente, em graus diferentes, demonstrando que entenderam que se eles entregassem uma imagem de um determinado item a um parceiro de comunicação que eles receberiam o item corresponde àquela imagem (JESUS; OLIVEIRA, 2016; JESUS; OLIVEIRA; REZENDE, 2017; LEVY; ELIAS; BENITEZ, 2017; RODRIGUES, 2018). Dentro dos aspectos relatados, tem-se na troca de figuras, de maneira independente, a intencionalidade de comunicar algo a alguém, de ser compreendido e de ser atendido, fato esse de extrema importância para que o processo de troca aconteça, facilitando a comunicação e a interação social e produzindo resultados imediatos de compartilhamento com os pares.

Ao longo do ensino, os participantes adquiriram a habilidade de discriminação entre as figuras de itens interessantes de desinteressantes, demonstrando resultados satisfatórios, com alguma variação para mais ou para menos tentativas de treinamento, fato esse que foi atribuído pelos autores do estudo ao repertório de entrada da criança, já que cada um apresenta uma característica individual (JESUS; OLIVEIRA, 2016; JESUS; OLIVEIRA; REZENDE, 2017; LEVY; ELIAS; BENITEZ, 2017; RODRIGUES, 2018).

Outro fato destacado pelos autores é que o ensino produziu um aumento das vocalizações com intenção comunicativa para alguns participantes (JESUS; OLIVEIRA, 2016; JESUS; OLIVEIRA; REZENDE, 2017; LEVY; ELIAS; BENITEZ, 2017; RODRIGUES, 2018). As vocalizações com intenção comunicativas demostram que a criança está conseguindo fazer uso da linguagem para se comunicar independente do meio que ela usa para se expressar, fato esse que confere à criança maior autonomia e também promove a interação social com os pares.

Alguns indivíduos autistas apresentam como característica marcante dificuldade em estabelecer o contato visual com o parceiro de comunicação. Ao longo do treinamento com o PECS, houve uma melhora significativa do contato visual dos participantes (JESUS; OLIVEIRA, 2016; JESUS; OLIVEIRA; REZENDE, 2017; LEVY; ELIAS; BENITEZ, 2017; RODRIGUES, 2018). Essa melhora no contato visual que o ensino proporcionou é muito significativa porque demonstra que a criança está conseguindo prestar atenção no que está acontecendo em sua volta, que presta atenção no que os outros falam e com isso aumenta a interação com os outros e por consequência a comunicação passa a fluir com mais naturalidade.

Relatos referentes à generalização de figuras para novos parceiros de comunicação e para novas situações dão conta de que o treino foi satisfatório para alguns participantes (JESUS; OLIVEIRA, 2016; JESUS; OLIVEIRA; REZENDE, 2017; LEVY; ELIAS; BENITEZ, 2017; RODRIGUES, 2018). Contudo, Jesus, Oliveira e Rezende (2017) referem que quando os participantes estavam em sala de aula com demais colegas, os mandos

eram sempre direcionados à professora e não para os colegas, demonstrando em especial neste estudo, que o ensino com o PECS não promoveu a interação com os demais colegas. Já Rodrigues (2018) faz referência de que o ensino produziu a generalização para professores, estagiários, demais colegas e pais de todos os participantes. Neste estudo os participantes foram colocados em uma sala de aula com vários professores, estagiários e demais colegas da escola, juntamente com seus respectivos pais, onde foi proposto a eles que pegassem uma determinada figura e que direcionassem a uma determinada pessoa iniciando o processo de troca de generalização de figuras. Assim, a partir desses relatos observa-se o quão importante e necessário é envolver outros parceiros de comunicação, bem como, a generalização em contextos variados, sendo esses de suma importância para o desenvolvimento da comunicação e da interação social, já que essa não se restringe somente a um único parceiro e/ou a único ambiente.

Levy, Elias e Benites (2017) e Rodrigues (2017) referem que o ensino produziu uma diminuição de comportamentos inapropriados como puxar as pessoas, jogar-se no chão, chorar, gritar e não permanecer sentado. Normalmente esses comportamentos são respostas a frustação por não conseguirem se comunicar de uma forma que as outras pessoas os entendam, assim o ensino com o PECS demonstra que pode vir a favorecer modos de comunicação mais aceitáveis.

Levy, Elias e Benitez (2017) destacam que durante o ensino com o PECS não houve a diminuição de balbucios e/ou ecolalia. Esses achados, segundo os autores, fortaleceram e contribuíram para a questão de que o ensino por troca de figuras não diminui a emissão de sons, vocalizações e, eventualmente, de fala. A cerca dessa observação, Bondy (2001) declara não haver até o momento na literatura cientifica evidências de que o ensino com o PECS inibe a comunicação por meio da fala, já que esse receio existe por parte de alguns pais e profissionais quanto ao uso do PECS. Rodrigues (2018) destaca que a ecolalia, embora, seja um comportamento não funcional, ela pode refletir uma tentativa de comunicação por parte dos indivíduos com autismo, assim esses comportamentos não devem ser descartados e/ou ignorados.

Foi destacado por Rodrigues (2018) que a partir da fase IV os participantes começaram a elaborar frases para obterem o item desejado conforme previsto pelo protocolo do PECS, e que dois dos três participantes que apresentavam fala de poucas palavras ininteligíveis que ambos fizeram uso da fala (nomeação da figura) e da figura para se comunicarem. A autora atribui esses resultados ao repertório de entrada dos participantes, já que essa é uma variável que deve ser considerado e que talvez possa influenciar na resposta ao PECS, e ao fato de que em seu estudo foram aplicadas todas as seis fases do PECS, destacando que as últimas três fases foram determinantes para ganhos de fala dos participantes. A mesma autora ainda cita que a não aplicação das últimas

fases do programa podem ocultar estas evidências, além da não mensuração destas variáveis.

Manutenção e Generalização de ganhos foram verificadas no estudo de Rodrigues (2018) demonstrando que após um mês da finalização da intervenção os participantes foram capazes de utilizar o PECS com independência, sem necessidade de nenhum auxílio (RODRIGUES, 2018). Os outros estudos, Jesus e Oliveira (2016); Jesus, Oliveira e Rezende (2017); Levy, Elias e Benitez (2017) não mensuraram ganhos de manutenção e de generalização. Mensurar a manutenção desses ganhos é de suma importância para saber se o a intervenção se mostrou efetiva a médio e longo prazo ou se somente durante a fase de intervenção. Além disso, confere mais credibilidade ao método de ensino aplicado e também a própria intervenção. Em se tratando de uma intervenção voltada para o ensino de habilidades de comunicação funcional não parece ser recomendável buscar somente por respostas em pequeno prazo, à eficácia do método está também, nas respostas que ela pode produzir a médio e em longo prazo, são estas as respostas que provavelmente os profissionais irão buscar para investir em um método de comunicação alternativa que poderá vir a favorecer indivíduos com deficiências na comunicação.

Rodrigues (2018) promoveu um curso de capacitação sobre o PECS para todos os professores da escola e pais dos participantes para que eles pudessem compreender a metodologia de ensino e como se dá a aplicação na prática, também desenvolveu um guia de manutenção do PECS com instruções para que pudessem dar continuidade ao ensino. A intervenção foi considerada por pais e professores como válida e aceita socialmente. Nos outros estudos, Jesus e Oliveira (2016); Jesus, Oliveira e Rezende (2017); Levy, Elias e Benitez (2017) os pesquisadores não verificaram a validade social da intervenção. Essas ações que foram desenvolvidas na pesquisa de Rodrigues (2018) são importantes para que os parceiros de comunicação se familiarizem com a intervenção e assim se sintam seguros na aplicação do método para dar continuidade ao ensino.

Os dados analisados nesta pesquisa permitem considerar que o PECS é um método de ensino eficaz para promover o desenvolvimento de habilidades de comunicação funcional com indivíduos autistas e/ou com necessidades complexas de comunicação. Comparando com o repertório de entrada dos participantes foi possível constatar um aprimoramento em habilidades de fazer trocas de figuras de maneira independente, de discriminação de figuras de itens desinteressantes e interessantes e de generalização de figuras em contexto variados, de imitação motora, e quando o PECS em um estudo Rodrigues (2018) foi associado à modelagem de vídeo, o processo de aprendizagem se mostrou mais ágil, demonstrando que o seu uso é uma alternativa viável a ser considerada. As habilidades aqui mencionadas e que foram adquiridas pelos

participantes durante o ensino são condizentes com as três primeiras fases do protocolo do PECS.

Dos quatro estudos analisados nesta pesquisa, somente Rodrigues (2018) aplicou as seis fases do PECS e foi neste estudo, nas fases IV, V, VI que os participantes adquiriram habilidades de estruturar sentenças e que dois dos três participantes que apresentavam antes da intervenção fala de poucas palavras ininteligíveis fizeram uso da fala para nomear figuras e para se comunicar. Contudo, a não aplicação das seis fases do PECS em todos os estudos levanta questionamento referente à clareza do efeito que a intervenção pode vir a ter em termos de desenvolvimento da aprendizagem para novas habilidades, que não somente as adquiridas nas três primeiras fases de ensino, já que na medida em que vai se avançando de fase novas habilidades são adquiridas e as já aprendidas são reforçadas. Assim, não será possível então, generalizar os resultados obtidos no estudo de Rodrigues (2018) devido à amostra reduzida de estudos que aplicaram todas as fases do PECS, o que não invalida os resultados adquiridos nesta pesquisa e os benefícios que a intervenção proporcionou aos participantes.

Outra lacuna diz respeito a não mensuração de ganhos pós-intervenção em três das quatro pesquisas (JESUS; OLIVEIRA, 2016; JESUS; OLIVEIRA; REZENDE, 2017; LEVY; ELIAS; BENITEZ, 2017). Esse dado levanta questionamento referente à eficácia do ensino a médio e em longo prazo, não sendo possível afirmar que o aprendizado adquirido durante o treinamento com o PECS nestas três pesquisas se foi mantido ou não. O que deve ser dito é que a pesquisa de Rodrigues (2018) que mensurou ganhos pós-intervenção com o PECS, que esses foram mantidos, demonstrando que os participantes continuaram a fazer uso das figuras com independência para se comunicarem. Esses fatos dificultaram uma análise mais completa da eficácia desta abordagem, sugere-se, para pesquisas futuras de intervenção que tenham por objetivo promover habilidades de comunicação funcional com indivíduos autistas um maior rigor à metodologia do sistema PECS, bem como a aplicação de todas as seis fases, dados de generalização em contextos variados e de pessoas, dados de manutenção de ganhos, pequeno, médio e em longo prazo e dados de validade social. Essas são medidas necessárias para produzir estudos rigorosos que aumentem a base de evidências sobre a eficácia do método PECS com indivíduos autistas e/ou com necessidades complexas de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a produção recente de estudos brasileiros sobre a aplicação do método de ensino PECS com indivíduos autistas. As evidências revisadas nesta pesquisa suportam alegações de que o ensino com o PECS se mostrou eficaz para a promoção de habilidades de comunicação funcional, podendo ser constatado um aprimoramento em habilidades de fazer trocas de figuras de maneira independentes, de discriminação de figuras, de generalização de figuras em contextos variados e de imitação motora. O ensino ainda promoveu

diminuição de comportamentos problemáticos, vocalizações com intenção comunicativa, melhora do contato visual, melhora no comportamento sócio comunicativo e na interação social. Contudo, a não aplicação das seis fases do PECS em todos os estudos deixa questionamentos referentes à clareza do efeito que a intervenção pode vir a ter em termos de desenvolvimento da aprendizagem para novas habilidades, que não somente as adquiridas até a fase III, assim como também não ficou claro se os ganhos que são adquiridos durante a fase de treinamento com o PECS, se esses são mantidos ou não a médio e em longo prazo. Esses questionamentos justificam a continuidade de pesquisas sobre aplicação do PECS em indivíduos com autismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. L. L. **Influência do Picture Exchange Communication System (PECS) na comunicação e aquisição da linguagem numa criança com Perturbação do Espectro do Autismo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Escola Superior de Educação, Politécnico de Coimbra, Coimbra – Portugal, 2017. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21949/1/VERA_ALMEIDA.pdf . Acesso em: 13 jul. 2019.

AMERICAN PSICHIATRC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5.** 5. ed. São Paulo: Artmed, 2014. Disponível em: https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

BONDY, A. PECS: Potential benefits and risks. **The Behavior Analyst Today**, v. 2, p. 127-132, 2001. Disponível em: file:///C:/Users/Windows%207%20Ultimate/Downloads/bondypecspotentialbenefits.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

BONDY, A. S. Andythe unusual suspects: myths and misconceptions associated with PECS. **The Psychological Record**, v. 62, p. 789–816, 2012. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/BF03395836. Acesso em: 06 jul. 2019.

BONDY, A. S.; FROS, L. A. **The Picture Exchange Communication System. Semin Speech Lang**., v. 19, n. 4, p. 373-389, 1998. Disponível em: https://www.thieme-connect.com/products/ejournals/pdf/10.1055/s-2008-1064055.pdf. Acesso em: 24 mai. 2019.

BONDY, A. S.; FROST, L. A. The picture Exchange communication system. **Focus on Autistic Behavior,** v. 9, n. 3, p. 1-19, 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316505954_The_Picture_Exchange_Communication_System. Acesso em: 22 jul. 2019.

BONDY, A. S.; FROST. L. A. The picture exchange communication system. **On Autistic Behavior**, August. 1994. Disponível em: https://www.pecscanada.com/Brochures/pecsfocuspdf.pdf. Acesso em: 04 mai. 2019.

BONDY, A.; FROST, L. The Picture Exchange Communication System. **Seminars in Speech and Language**, v. 19, n. 04, p. 373–389, 1998. Acesso em: 17 mai. 2019.

CHRISTY, M. H. C.; CARPENTE, M.; LEBLANC, L. A.; KELLET, K. Using the picture exchange communication system (pecs) with children with autism: assessment of PECS acquisition, speech, social-communicative behavior, and problem behavior. **Journal List J Appl Behav Anal**., v.35, n. 3, 2002. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1284381/pdf/12365736.pdf. Acesso em: 03 ago. 2019.

FIDALGO. A. P.; GODOI. J. P.; GODOI. J. P. Análise de um procedimento de comunicação funcional alternativa. **Rev. bras. ter. comport. cogn**., São Paulo, v. 10, n. 1, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452008000100006. Acesso em: 24 ago. 2019.

FLIPPIN. M.; RESZKA S.; WATSON. L. R. Effectiveness of the Picture Exchange Communication System (PECS) on Communication and Speech for Children With Autism Spectrum Disorders: A Meta-Analysis. **Am J Speech Lang Pathol.**, v. 19, n. 2, p. 78-95, may. 2010. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/8be5/48d451a33f384474c1619a5c3f4173301304.pdf. Acesso em: 08 mai. 2019.

GANZ J. B.; SIMPSON, R. L.; LUND E. M. The Picture Exchange Communication System (PECS): A Promising Method for Improving Communication Skills of Learners with Autism Spectrum Disorders. **Education and Training in Autism andDevelopmental Disabilities,** v. 47, n. 2, p. 176 –186, 2012. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/d0ba/966b04c6a9b68f5f18a1bf6169e19f00a58f.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

GONÇALVES. M. A. F. T. **Alunos com perturbações do espectro do autismo: utilização do sistema PECS para promover o**

desenvolvimento comunicativo. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Educação) – Escola superior de educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa – Portugal, 2011. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/47130732.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

HART, S. T, BANDA, D.R. Picture Exchange Communication System with individuals with developmental disabilities: A meta-analysis of single subject studies. **Remedial and Special Education,** v. 31, p. 476-488, 2010. Disponível em: https://sci-hub.tw/10.1177/0741932509338354. Acesso em: 22 mai. 2019.

JESUS, J. C.; OLIVEIRA, T. P.; REZENDE, J. V. Generalização de mandos aprendidos pelo PECS (Picture Exchange Communication System) em crianças com transtorno do espectro autista. **Temas psicol.**, vol.25, n.2, p. 531-543, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-07. Acesso em: 19 mai. 2019.

JESUS. J. C. **Aquisição e generalização de mandos aprendidos através do PECS (Sistema de comunicação por troca de figuras) em crianças autistas.** 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizontes, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Windows%207%20Ultimate/Downloads/Juliana-Campos.pdf. Acesso em: 24 mai. 2019.

KRÜGER. S. I.; BERBERIAN. A. P.; SILVA. S. M. O.C.; GUARINELLO. A. C.; MASSI. A.T. Delimitação da área denominada comunicação suplementar e/ou alternativa (CSA). **Revista CEFAC**, São Paulo, v.19, n. 2, mar./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-18462017000200265&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 abr. 2019.

LANCIONI, G. E.; O'REILLY, M. F.; CUVO, A. J.; SINGH, N. N.; SIGAFOOS, J.; DIDDEN, R. PECS and VOCAs to enable students with developmental disabilities to make requests: An overview of the literature. **Research in Developmental Disabilities**, v. 28, p. 468–488, 2007. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16887326. Acesso em: 03 ago. 2019.

LEVY, E. T. S.; ELIAS, N. C.; BEENITEZ, P. Comunicação por troca de figuras e relações condicionais com estudantes com autismo. **Psicol. Educ.,** São Paulo, n.47, jul./dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo. php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752018000200002. Acesso em: 30 mai. 2019.

MALHOTRA, S.; GAURA, V. R.; MANJEET, S. B,.; SINGH, T. B. Effects of Picture Exchange Communication System on Communication and Behavioral Anomalies in Autism. **Indiano J Psychol Med.**, v. 3, n. 2, p. 141-143, jul./dec. 2010. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3122547/. Acesso em: 30 mai. 2019.

MELLO. A. M. S. **Autismo.** Guia prático. 8. ed. São Paulo: AMA, 2008. Disponível em: https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/Cartilha8aedio.pdf. Acesso em: 04 mar. 2019.

MIZAEL; T. M.; AIELLO, A. L. R. Revisão de estudos sobre o Picture Exchange Communication System (PECS) para o ensino de linguagem a indivíduos com autismo e outras dificuldades de fala. Autismo e o Picture Exchange Communication System. **Rev. Bras. Ed. Esp**., Marília, v. 19, n. 4, p. 623-636, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000400011. Acesso em: 12 jun. 2019.

NUNES, L.R. O. P. **Comunicar é preciso:** em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marilia: AMA, 2011.

NUNES. P. R.; SANTOS. L. B. Mesclando práticas em Comunicação Alternativa: caso de uma criança com autismo. **Psicol. Esc. Educ.**, v.19, n.1, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000100059. Acesso em: 16 mai. 2019.

OLIVEIRA. G. C.; ROSA. V. S. V.; CARVALHO. W.; FREITAS, E. F. Considerações da aplicação do método PECS em indivíduos com TEA. **Estudos Vida e Saúde**, v. 42, n. 3, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Windows%207%20Ultimate/Downloads/4129-11987-1-PB%20(2).pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.

OLIVEIRA. T. O.; CAMPOS. J. J. Análise de sistema de comunicação alternativa no ensino de requisitar por autistas. Ps**icol. educ. [online].** n.42, p. 23-33, 2016. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-69752016000100003&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 30 mai. 2019.

RODRIGUES, E. S. G. Protocolo PECS como intervenção alternativa para facilitar a dificuldade de comunicação e de desenvolvimento de crianças com autismo. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 5, n. 7, 2018.

Disponível em: file:///C:/Users/Windows%207%20Ultimate/Downloads/783-1-3345-1-10-20181109.pdf. Acesso em: 27 mai. 2019.

RODRIGUES, V. **Efeitos do PECS associado ao Point-of-video modeling na comunicação de crianças com transtorno do espectro autista.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa De Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9877/RODRIGUES_Viviane_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 jun. 2019.

SOUZA. M. T.; SILVA. M. D.; CARVALHO. R. Revisão integrativa: O que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: https://journal.einstein.br/pt-br/article/revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer/. Acesso em: 30 mai. 2019.

TIEN, K. C. Effectiveness of the Picture Exchange Communication System as a functional communication intervention for individuals with autism spectrum disorders: A practice-based research synthesis. **Education and Training in Developmental Disabilities**, v. 43, p. 67–76, 2008. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/82e8/25359bc8a78cd25917574126603be92c2760.pdf. Acesso em: 30 mai. 2019.

VIEIRA, S. C. P. O que é PECS? **Revista Autismo**, v. 2, abr. 2012. Disponível em: http://www.revistaautismo.com.br/RevistaAutismo002.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.

VIEIRA, S. C. P. Sistema por figuras é boa ferramenta de comunicação para autistas. **Revista Autismo,** 2019. Disponível em: https://www.revistaautismo.com.br/. Acesso em: 30 mai. 2019.

WALTER, C. C. F. O PECS-Adaptado no ensino regular: uma opção de comunicação alternativa para alunos com autismo. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 127-135, set./dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9689. Acesso em: 02 set. 2019.